

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**  
**CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**CURSO DE MESTRADO EM FILOSOFIA**

**TOMAS RODOLFO DRUNKENMÖLLE**

**O SIGNIFICADO DAS METÁFORAS**  
**SEGUNDO SEARLE E DAVIDSON**

**Curitiba**

**2011**

**TOMAS RODOLFO DRUNKENMÖLLE**

**O SIGNIFICADO DAS METÁFORAS  
SEGUNDO SEARLE E DAVIDSON**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Filosofia, da Pontifícia  
Universidade Católica do Paraná,  
como requisito à obtenção do título de  
Mestre em Filosofia.

Orientador:  
Prof. Dr. Kleber B. B. Candiotto.

**Curitiba**

**2011**

**TOMAS RODOLFO DRUNKENMÖLLE**

**O SIGNIFICADO DAS METÁFORAS**

**SEGUNDO SEARLE E DAVIDSON**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós - Graduação em Mestrado em Filosofia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Kleber B. B. Candiotto

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

---

Prof. Dr. Bortolo Valle

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Inês Lacerda Araújo

Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 19 de Agosto 2011

## **AGRADECIMENTOS**

O meu sincero agradecimento ao meu orientador Professor Dr. Kleber B. B. Candiottto que me auxiliou nas principais etapas desta pesquisa.

À minha esposa Angelita e ao meu filho Guilherme Augusto pelo afeto e o apoio em minha caminhada acadêmica.

Aos meus professores da faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

As abordagens da metáfora de Donald Davidson e John Searle são consistentes com as respectivas teorias do significado nas quais estão baseadas. Enquanto ambos os filósofos concordam que a falsidade patente geralmente se evidencia nos casos em que a metáfora é interpretada literalmente, eles discordam em relação ao seu caráter proposicional. Por um lado, Davidson convincentemente argumenta que, ao invés de considerar metáforas como enunciados que dizem que isso ou aquilo é o caso, deveríamos considerá-las um convite de seguir uma dada comparação, mesmo que indeterminada. Por outro lado, Searle mostra que há um significado metafórico a ser inferido e fornece um procedimento específico de como fazê-lo. Apesar de as duas abordagens das metáforas parecerem contraditórias e, portanto, mutuamente excludentes, ambas as teorias são persuasivas em seu respectivo escopo. Concebemos as abordagens da metáfora de Davidson e Searle não como mutuamente excludentes, mas sim, como abordagens complementares. Essa síntese pressupõe que reconhecemos como aceitável a ideia de que existe um ciclo vital para esses tropos. Argumentamos que a estrita justaposição da noção de *significado literal* com a noção de *significado metafórico* é mal orientada, na medida em que o uso ordinário e o uso extraordinário pertencem ao mesmo ciclo linguístico, tanto quanto o ordinário seja potencialmente extraordinário e vice versa. Concluimos que uma das funções da metáfora é a acomodação da linguagem natural a um mundo em transformação. Por meio dessa acomodação linguística ou, mais especificamente, por meio da acomodação do uso linguístico, podemos pensar em coisas novas, apesar de nosso recurso linguístico estar esgotado.

Palavras-chaves: Metáfora, Significado, Pragmática, Semântica.

## ABSTRACT

Donald Davidson's and John Searle's approach to metaphor is consistent with their respective theory of meaning on which it is based. While both philosophers agree that patent falsity is the usual case with metaphor in their literal interpretation, they disagree with regard to their propositional character. On one hand, Davidson convincingly argues that, instead of regarding metaphors as utterances which say that this or that is the case, we should consider them an invitation to follow a certain, albeit indetermined, comparison. On the other hand, Searle shows that there is a metaphorical meaning to be inferred and then provides a specific procedure to do so. Despite the fact that these two approaches seem to be contradictory and, thus, mutually exclusive, both theories are persuasive in their respective scope. However, we conceive Davidson's and Searle's respective approach to metaphor not as mutually exclusive, but as complementary. This synthesis presupposes that we recognize as acceptable the idea of a life cycle for these tropes. We argue that the strict juxtaposition of the notion of literal meaning with the notion of metaphorical meaning is misguided to the extent that ordinary and extraordinary use belong to the same linguistic cycle and as much as the ordinary is potentially extraordinary and vice versa. We conclude that one of metaphor's purposes is to accommodate natural language to a world in transformation. It is by means of this linguistic accommodation or, more specifically, by means of accommodating linguistic use, that we can think of new things, despite of our exhausted linguistic recourses.

Keywords: Metaphor, Meaning, Pragmatics, Semantics.

## SUMÁRIO

|                                                                         |           |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                  | <b>08</b> |
| <b>1 DONALD DAVIDSON – UMA APROXIMAÇÃO SEMÂNTICA.....</b>               | <b>12</b> |
| 1.1 A teoria geral da Linguagem.....                                    | 12        |
| 1.1.1 Significado e verdade.....                                        | 13        |
| 1.1.2 Tarski e a equivalência material.....                             | 16        |
| 1.1.3 A interpretação radical.....                                      | 19        |
| 1.1.4 Linguagem e comportamento linguístico.....                        | 23        |
| 1.2 Davidson e o que as metáforas significam (What Metaphors Mean)..... | 25        |
| 1.2.1 A primeira pressuposição.....                                     | 27        |
| 1.2.2 A segunda pressuposição.....                                      | 32        |
| <b>2 A INTERPRETAÇÃO DAS METÁFORAS SEGUNDO JOHN SEARLE.....</b>         | <b>40</b> |
| 2.1 Austin e a linguagem ordinária.....                                 | 40        |
| 2.2 Searle e os atos de fala.....                                       | 42        |
| 2.3 Grice e as críticas de Searle.....                                  | 46        |
| 2.4 Searle e o emprego das metáforas.....                               | 54        |
| 2.5 Aproximações entre Searle e Davidson.....                           | 58        |
| 2.6 Um caso exemplar.....                                               | 60        |
| 2.7 Searle e os passos para a interpretação da metáfora.....            | 67        |
| <b>3 DAVIDSON E SEARLE: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS.....</b>           | <b>71</b> |
| 3.1 Formulação de uma premissa.....                                     | 71        |
| 3.2 Expectativas costumeiras.....                                       | 78        |
| 3.3 Pressuposições problemáticas.....                                   | 83        |
| 3.4 Searle versus Davidson – uma breve justaposição.....                | 87        |
| 3.5 O ciclo vital das metáforas.....                                    | 89        |
| 3.6 A erosão da oposição entre semântica e pragmática.....              | 95        |

|                                    |            |
|------------------------------------|------------|
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b> | <b>105</b> |
|------------------------------------|------------|

|                         |            |
|-------------------------|------------|
| <b>REFERÊNCIAS.....</b> | <b>108</b> |
|-------------------------|------------|

## INTRODUÇÃO

Etimologicamente, o termo “metáfora” é derivado do Grego “μετα” (“além”, “acima”) e “φέρω” (“trazer”, “carregar”). O termo era utilizado, por exemplo por Aristóteles, para descrever uma ação por meio da qual algo foi trazido, transferido ou carregado de um lugar para outro. Na medida em que se aplicou “μεταφορά” a determinadas ações linguísticas, esse termo já foi empregado, por sua vez, metaforicamente. Ou seja, a própria explicação sobre o que é metáfora não está destituída de uma perspectiva também metafórica.

Discutiremos duas abordagens das metáforas: a abordagem semântica, como apresentada por Donald Davidson, e a abordagem pragmática, como oferecida por John Searle. Enquanto ambos os filósofos concordam que a falsidade patente geralmente se evidencia nos casos em que a metáfora é interpretada literalmente, eles discordam em relação ao seu caráter proposicional. Se a metáfora for de caráter proposicional, então ela estaria sujeita às condições de verdade e poderia ser usada no discurso racional. Se a metáfora não for de caráter proposicional, ela não estaria sujeita às condições de verdade e não poderia ser usada (adequadamente) no discurso racional.

Mesmo contemporaneamente, o paradigma do discurso racional conscientemente emprega metáforas para explicar assuntos complexos e complicados. Para nomear apenas alguns exemplos, o “big bang” e o “big crunch”, denotam alguma singularidade relativa ao começo do universo e ao seu fim. Para descrever uma relação de espaço-tempo, os astro-físicos recorrem ao termo “black hole” (buraco negro), mesmo sabendo que o objeto de sua descrição não é nem buraco, nem preto.

Dessa forma, deparamo-nos com o seguinte dilema: ou uma grande parte do nosso discurso parece, então, não ser sujeito às condições de verdade e, portanto, não racional; ou, se a metáfora for de caráter proposicional, como, então, seria possível que, na mesma sentença, as condições de verdade possam mudar de tal forma que a ela possam ser atribuídos valores de verdade opostos referentes à interpretação literal e à metafórica?

Propomos que, para superar este dilema, seja necessário conceber as duas abordagens das metáforas de Davidson e Searle não como mutuamente excludentes, mas sim, como abordagens complementares.

Argumentamos que, por um lado, não é o significado que determina o uso, mas sim, o uso que determina o significado das expressões e, por outro lado, que em um lado do espectro do seu ciclo vital, as metáforas não são sujeitas às condições de verdade e, no outro lado do mesmo espectro, elas sim são sujeitas às condições de verdade.

No primeiro capítulo analisamos o tratamento semântico desse tropo<sup>1</sup>, como formulado por Donald Davidson em seu artigo *What Metaphors Mean*. Na primeira parte desse capítulo explicamos sua teoria da metáfora no contexto de sua teoria geral do significado, como publicado em seu famoso artigo *Truth and Meaning*. Analisamos até que ponto as noções de *significado* e *verdade* estão vinculadas e como o conceito da *equivalência material* possibilita a predicação de valores de verdade. Mostramos como, no âmbito de uma interpretação radical, o comportamento linguístico ajuda a determinar o significado dos enunciados proferidos pelo falante e como essa interpretação está fundamentada no princípio de caridade. Na segunda parte desse capítulo, discutimos sua tese de que as metáforas não possuem qualquer significado metafórico, mas sim consistem em um emprego puramente literal das palavras. Explicamos sua crítica às teorias semânticas da metáfora que compreendem o significado metafórico, ou como significado acrescentado ao significado literal desses tropos, ou como derivado deles.

No segundo capítulo analisamos a abordagem pragmática da linguagem de John Searle. Explanaremos sua teoria dos atos de fala e discutiremos até que ponto essa teoria foi influenciada por John L. Austin e pela teoria da conversação de H. P. Grice. Veremos que a sua abordagem da metáfora explica esse tropo no âmbito da teoria da conversação de Grice, bem como mediante sua própria teoria dos atos de fala. Baseando-nos no procedimento proposto por Searle, discutimos até que ponto é possível deduzir o que o falante quer implicar com o enunciado metafórico, dado que o seu

---

<sup>1</sup> “Tropos” é um termo técnico da lingüística que significa o aspecto figurativo dos termos da linguagem que abrange, entre outros, metáfora, metonímia e sinédoque (BUSSMANN, 1990, p.809).

significado literal não cumpre com as máximas de conversação. Para elucidar determinados argumentos de Searle, os comparamos com os argumentos de Davidson, ressaltando as diferenças entre uma instância de significado ocasional do enunciado (*instance of utterance occasion meaning*) e o significado eterno da expressão (*timeless utterance meaning*).

No terceiro capítulo comentamos criticamente tanto a abordagem semântica de Davidson quanto a abordagem pragmática de Searle. Discutimos até que ponto os princípios de Searle podem ser fortalecidos pela formulação de uma premissa verdadeira e o conceito das expectativas costumeiras, ambos sugeridos por A. P. Martinich. Argumentamos que nenhuma teoria pragmática da metáfora pode prover uma maneira segura de determinar o significado pretendido pelo falante no momento em que ele a utiliza. Ao contrário, pelo fato de ser baseada numa pragmática, sua implicação pode ficar escondida e este fato, por sua vez, também pode ficar escondido, ou seja, despercebido pelos interlocutores. Referente a Davidson, argumentamos que existe, *prima facie*, uma contradição entre as duas pressuposições que formam a base para sua abordagem das metáforas. Em uma breve justaposição da teoria semântica com a teoria pragmática mostramos as divergências e as convergências entre ambas as aproximações. Argumentamos que a teoria causal (Davidson) e a teoria pragmática (Searle) podem ser combinadas em uma teoria que respeita a maioria dos respectivos argumentos. Ressaltamos que tal síntese pressupõe que reconhecemos como aceitável a ideia de que existe um ciclo vital para esse tropo. Quanto mais perto a metáfora se encontra do começo desse ciclo vital, mais aplicável parece ser a teoria causal enquanto que, quanto mais perto ela se encontra do final desse ciclo, mais aplicável parece ser a teoria pragmática.

Argumentamos que a discrepância quantitativa entre nosso dicionário restrito e os fatos brutos dá origem ao uso metafórico de nossa linguagem. No começo de seu ciclo vital, ao invés de considerar metáforas como enunciados que dizem que isso ou aquilo é o caso, as consideramos um convite a seguir uma certa, porém indeterminada comparação. Por um lado argumentamos que nesse estágio de sua vida, o significado metafórico de uma expressão não é sujeito às condições de verdade, e, portanto, não pode ser afirmado ou negado, mas que ela tem sucesso ou não em uma dimensão diferente. Por

outro lado argumentamos que, a partir de certo ponto em seu ciclo vital, esse tropo sim pode ser negado ou afirmado, isto é, que ele é sujeito às condições de verdade.

Procuramos, com isso, afirmar que ao mesmo enunciado podem ser atribuídos opostos valores de verdade em função de seu uso e, segundo, que o enunciado metafórico, apesar de nascer sem caráter proposicional, pode, no decorrer do seu ciclo vital, desenvolver estas características.

## 1 DONALD DAVIDSON – UMA ABORDAGEM SEMÂNTICA

Com a publicação de seu artigo *Truth and Meaning* em 1967, Donald Davidson estimulou a discussão das teorias do significado (PRECHTEL, 1999, p.193). Seu interesse, porém, não foca na pergunta de se e como se relacionam entidades às palavras, mas sim, na pergunta sobre qual é a competência linguística necessária para que uma pessoa possa compreender os enunciados do seu interlocutor.

Enquanto a teoria verificacionista argumenta que a compreensão do enunciado está vinculada a conhecer as condições sob as quais o enunciado é verdadeiro ou aceito como verdadeiro, Davidson, em resposta a sua pergunta, propõe uma teoria da semântica condicional de verdade que se distingue da teoria verificacionista na medida em que ela formula a resposta no modo subjuntivo condicional anteriormente ao modo indicativo.

Davidson afirma que para a compreensão de um enunciado seja suficiente imaginar o que seria o caso se ele fosse verdadeiro. Ele concretiza sua abordagem na medida em que pergunta como é possível que os intérpretes de uma linguagem sejam capazes de determinar o significado de uma expressão qualquer e compreender o significado de enunciados até então desconhecidos. A tarefa principal de sua teoria do significado encontra-se na resposta a essas perguntas.

Neste capítulo traçamos o desenvolvimento de sua teoria geral da linguagem e como Davidson aplica essa teoria às metáforas, cujo significado, supostamente, difere do significado literal desses tropos.

### 1.1 A TEORIA GERAL DE LINGUAGEM

Em sua teoria geral de linguagem, Davidson argumenta que cada linguagem que pode ser aprendida tem que ser exprimível por um método finito, mesmo que ela, em tese, seja capaz de gerar um infinito número de expressões. Disso segue que tem de ser possível gerar, para cada linguagem

natural, uma teoria semântica que pode determinar os significados de um número infinito de enunciados, baseando-se num sistema finito de axiomas.

Nos seguintes sub-capítulos explicamos até que ponto as noções de *significado* e *verdade* estão vinculadas e como o conceito da *equivalência material* possibilita a predicação de valores de verdade. Mostramos como, no âmbito de uma interpretação radical, o comportamento linguístico ajuda a determinar o significado dos enunciados proferidos pelo falante e como essa interpretação se baseia no princípio de caridade.

### 1.1.1 Significado e verdade

*Significado* e *verdade* são duas noções estreitamente vinculadas na filosofia de Donald Davidson. Embora Davidson frequentemente mencione e discuta a noção de verdade, seu primeiro objetivo é a explicação da noção de significado. “Verdade é relevante para o programa semântico de Davidson, porque, segundo sua convicção, a linguagem é estruturada semanticamente e uma teoria da verdade indica essa estrutura” (FISCHER, 2008, p.23).<sup>2</sup> Uma teoria da verdade constitui, então, a base para a interpretação do falante e, conseqüentemente, para a investigação sistemática do significado linguístico.

Diz Davidson:

Acredito que tanto linguistas quanto filósofos interessados em linguagens naturais não têm notado a importância chave da teoria da verdade, em parte porque não se deram conta de que uma teoria da verdade fornece uma resposta precisa, profunda, e testável à pergunta de como recursos finitos bastam para explicar a capacidade semântica infinita da linguagem e, em parte, porque exageraram as dificuldades de construir uma teoria formal da verdade para a linguagem natural (DAVIDSON, 1991a, p.55).<sup>3</sup>

Durante quatro décadas, Donald Davidson dedicou grande parte de seu trabalho ao desenvolvimento de uma teoria do significado que seria aplicável às linguagens naturais. Seu trabalho foi guiado pela convicção de que

---

<sup>2</sup>“Wahrheit ist relevant für Davidsons semantisches Programm, weil nach seiner Überzeugung eine Sprache semantisch strukturiert ist und eine Wahrheitstheorie diese Struktur aufzeigt.” – Tradução nossa

<sup>3</sup>“I think both linguists and philosophers interested in natural languages have missed the key importance of the theory of truth partly because they have not realized that a theory of truth gives a precise, profound, and testable answer to the question how finite resources suffice to explain the infinite semantic capacities of language, and partly because they have exaggerated the difficulties in the way of giving a formal theory of truth for a natural language.”

a estrutura base para qualquer teoria adequada do significado é a que encontramos numa teoria formal da verdade.

Desenvolver uma teoria do significado para uma linguagem requer, conseqüentemente, que ela nos permita gerar um teorema que especifique o significado de cada sentença real ou potencial dessa linguagem:

A teoria terá feito seu trabalho se ela nos fornece para cada sentença *s* na linguagem sob estudo [linguagem objeto] uma sentença igual (para substituir 'p') a qual (...) dá o significado de *s*. O óbvio candidato de uma sentença correspondente é o mesmo *s*, se a linguagem objeto é contida na metalinguagem; ou, se isso não for o caso, uma tradução de *s* para a meta linguagem (DAVIDSON, 1990, p.82).<sup>4</sup>

Uma teoria do significado em português que se refere, por exemplo, ao alemão deve gerar teoremas que expliquem a sentença alemã “Schnee ist weiss” como dizendo que a neve é branca. Para cada linguagem natural que consiste em um número infinito de sentenças potenciais, essa teoria tem de ser capaz de gerar um número infinito de teoremas (um para cada sentença) com base em um conjunto finito de axiomas.

Davidson baseia o desenvolvimento de seu programa em dois pontos de partida. O primeiro é que uma teoria do significado para uma linguagem natural será lançada como relatório construtivo do significado da sentença. O segundo é que a maneira filosoficamente mais perspicaz de fazê-lo é através de adaptar uma teoria axiomática da verdade à *la* Tarski. Referente ao primeiro ponto, Davidson diz:

Proponho o que a mim parece claramente ser um aspecto necessário de uma linguagem que pode ser aprendida: há de ser possível dar um relato construtivo do significado das sentenças dessa linguagem. Tal relatório eu chamo de uma teoria do significado para a linguagem e sugiro que a teoria do significado que esteja em conflito com essa condição, (...), não pode ser uma teoria da linguagem natural; e se ignora essa condição, ela falha em lidar com algo central para o conceito de uma linguagem (DAVIDSON, 1991b, p.03)<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> “The theory will have done its work if it provides, for every sentence *s* in the language under study, a matching sentence (to replace 'p') that, (...), gives the meaning of *s*. One obvious candidate for matching sentence is just *s* itself, if the object language is contained in the metalanguage; otherwise a translation of *s* in the metalanguage.” Tradução nossa.

<sup>5</sup> “I propose what seems to me clearly to be a necessary feature of a learnable language: it must be possible to give a constructive account of the meaning of the sentences in the language. Such an account I call a theory of meaning for the language, and I suggest that a theory of meaning that conflicts with this condition, (...), cannot be a theory of a natural language; and if it ignores this condition, it fails to deal with something central to the concept of a language.” - Tradução nossa.

Outros filósofos e estudiosos como, por exemplo, E. Lepore e K. Ludwig (2005), chamam essa teoria de “teoria composicional do significado” (*compositional meaning theory*). O aspecto composicional visa explicar que o significado das sentenças depende de suas partes, i.e., das palavras que constituem as sentenças, que formam a base finita da linguagem e que são os blocos pelos quais as frases são compostas. Diz Davidson que “a teoria do significado para uma linguagem L mostra como os significados das sentenças dependem dos significados das palavras (1990, p.82)”.<sup>6</sup>

Segundo Davidson, podemos atribuir significado às palavras na medida em que elas atuem com seu respectivo papel nas sentenças. Consequentemente, são as sentenças e não as palavras individuais que constituem o foco predominante na teoria do significado de Davidson. Desenvolver uma teoria do significado para uma linguagem requer, então, uma explicação sistemática da estrutura finita da linguagem em questão que permita ao usuário dessa teoria entender toda e qualquer sentença dessa linguagem.

A teoria do significado de Davidson não trata o conceito de ‘significado’ como uma entidade abstrata no sentido de que os teoremas gerados por tal teoria sejam teoremas que relacionem certas expressões a certos significados. Pelo contrário, esses teoremas relacionam sentenças a outras sentenças na medida em que sentenças da linguagem à qual a teoria se refere são relacionadas a sentenças da linguagem da própria teoria, sendo a primeira a linguagem objeto e a última a metalinguagem. Esse relacionamento ocorre de forma tal que a sentença da metalinguagem de fato dá o significado da sentença da linguagem objeto.

Parece, então, que podemos chegar à conclusão preliminar de que esses teoremas podem ser expressos através da fórmula “s significa que p” onde ‘s’ denomina a sentença da linguagem objeto e ‘p’ representa a sentença na metalinguagem. Isso, porém, pressupõe que podemos dar uma explicação formal do verbo ‘significar’ na expressão ‘s significa que p’. Para evitar incorrer nessa falácia de *petitio principii*, na qual o verbo ‘significar’ é explicado dizendo o que ele significa, Davidson recorre ao conceito de verdade, ou seja, à teoria

---

<sup>6</sup> “a theory of meaning for a language L shows how the meanings of sentences depend upon the meanings of words (...).” Tradução nossa.

axiomática da verdade de Tarski, que é o segundo ponto de partida na abordagem de Davidson.

Ele argumenta que ‘verdade’ é um conceito menos opaco do que o conceito de ‘significado’. Ademais, explica Davidson, a especificação das condições sob as quais uma sentença é verdadeira é, *eo ipso*, uma forma de especificar o significado dessa sentença:

a definição funciona dando as condições necessárias e suficientes para a verdade de cada sentença e, estabelecer as condições de verdade é uma forma de estabelecer o significado de uma sentença. Conhecer o conceito semântico de verdade para uma linguagem é saber o que significa para uma sentença – qualquer sentença – ser verdadeira e isso resulta, [...], em compreender a linguagem (DAVIDSON, 1990, p.83)<sup>7</sup>.

Em vez de usar ‘s significa que p’, Davidson, então, propõe como modelo para os teoremas de uma teoria adequada de significado o uso de ‘s é verdadeiro se e somente se p’. O uso do bi-condicional ‘se e somente se’ é crucial uma vez que garante a equivalência funcional da verdade das sentenças ‘s’ e ‘p’, i.e., que ambas têm o mesmo valor de verdade. No nosso exemplo acima citado, os teoremas da teoria de Davidson tomariam, então, a forma de “Schnee ist Weiss” é verdadeira se e somente “se neve é branca”, dado que a linguagem objeto fosse alemão e que a metalinguagem fosse português onde o enunciado alemão “Schnee ist Weiss” é materialmente equivalente, i.e., equivalente em valor de verdade, ao enunciado português “a neve é branca”.

### 1.1.2 Tarski e a equivalência material

Davidson recorre à teoria da verdade de Alfred Tarski para fundamentar sua própria teoria do significado. Com essa teoria, Tarski não visa definir o que é ‘verdade’, mas sim definir o que significa atribuir o predicado “ser verdade” às sentenças de linguagens formais. Tarski sugere que chegamos a uma definição formal do predicado “é verdade” em “isso ou aquilo

---

<sup>7</sup> “the definition works by giving necessary and sufficient conditions for the truth of every sentence, and to give truth conditions is a way of giving the meaning of a sentence. To know the semantic concept of truth for a language is to know what it is for a sentence – any sentence – to be true, and this amounts, (...), to understanding the language.” Tradução nossa.

é verdade” por meio de providenciar para cada sentença ‘s’ na linguagem objeto, uma sentença igual, ou seja, materialmente equivalente, ‘p’ na meta linguagem que é uma tradução de ‘s’. (PRECHTEL, 1999)

Tanto Davidson quanto Tarski baseiam suas respectivas teorias nos conceitos de verdade e significado, porém, de maneiras inversas. Enquanto Davidson fundamenta sua abordagem à teoria do significado no conceito de ‘verdade’, Tarski baseia sua teoria da verdade no conceito de ‘significado’. Tarski estipula que uma teoria adequada de verdade deve ser capaz de criar o que ele chama de “sentença-T” para cada sentença na linguagem objeto e chama este procedimento de “convenção-T”. Essa “convenção-T” visa criar sentenças ‘T’ que devem ter a seguinte forma: “S’ é verdade em linguagem ‘L’ se e somente se ‘p’”, onde ‘s’ representa uma determinada sentença na linguagem objeto e ‘p’ a sentença materialmente equivalente na meta linguagem (FISCHER, 2008).

A estrutura formal da teoria de Davidson é idêntica à teoria de Tarski na medida em que

- a) ambas as teorias se referem à totalidade do universo de sentenças na linguagem objeto com a respectiva tradução para a metalinguagem e
- b) o valor de verdade e o significado de cada sentença dependem dos componentes dela.

Neste último aspecto, Tarski opera recursivamente através da noção de “satisfação”. A condição de satisfação de frases complexas pode ser cumprida *se e somente se* for cumprida para os seus componentes, i.e., as frases simples. Em outras palavras, o predicado de verdade pode ser atribuído às frases complexas *se e somente se* ele puder ser atribuído a cada frase simples que compõe a frase complexa.

Davidson aplica o modelo de Tarski como base para uma teoria do significado para línguas naturais. Enquanto Tarski usa a identidade de significado (pela noção de tradução) como recurso para prover uma definição de “verdade”<sup>8</sup>, Davidson visa usar “verdade” para prover uma definição de “significado”. O problema específico é que o bi-condicional “se e somente se”

---

<sup>8</sup> Um dos requerimentos da convenção-T é que a sentença do lado direito da sentença -T seja a tradução da sentença do lado esquerdo.

garante somente que a sentença do lado esquerdo do operador tem o mesmo valor de verdade da sentença do lado direito do operador. Isso nos permite substituir a sentença da direita por qualquer outra sentença, sempre e quando esta outra sentença tiver o mesmo valor de verdade que a sentença do lado esquerdo, assim mantendo o valor de verdade do bi-condicional.

Em outras palavras, como podemos impedir a construção de “sentenças – T” da forma “a neve é branca” *se e somente se* “a grama é verde”? Parece, então, que precisamos de uma forma de restringir a formação de “sentenças-T” para assegurar que essas sentenças realmente forneçam especificações corretas referentes ao significado das sentenças. De certa forma, este problema é satisfeito por simplesmente insistir que as “sentenças-T” têm de ser vistas como teoremas gerados por uma teoria do significado, a qual é adequada para a linguagem em questão como um todo (FISCHER, 2008).

Jeff Malpas (2010) ressalta:

Desde que o significado de determinadas expressões não seja independente do significado de outras expressões (...), [podemos afirmar que] uma teoria que gera resultados problemáticos em relação a uma expressão, [provavelmente] gerará outros resultados problemáticos e, especialmente, resultados que não satisfaçam a ‘convenção – T’.<sup>9</sup>

Parece, então, que a mera equivalência material não constitui uma condição cuja satisfação garante a satisfação das exigências da teoria da verdade nem da teoria do significado. Visto dessa maneira, a equivalência material parece ser uma condição necessária, porém não suficiente para estabelecer o significado de uma sentença, nem o seu valor de verdade. Diz Davidson (1990, p.50):

Agora, (...), estamos na posição de colocar de forma precisa as condições sob as quais consideramos o uso e a definição do termo “verdade” como sendo adequado do ponto de vista material: desejamos usar o termo “verdade” de maneira tal que todas as equivalências da forma (T) podem ser afirmadas e *chamamos uma*

---

<sup>9</sup>“Since the meaning of particular expressions will not be independent of the meaning of other expressions (...), so a theory that generates problematic results in respect of one expression can be expected to generate problematic results elsewhere, and, in particular, to also generate results that do not meet the requirements of Convention T.” Tradução nossa.

*definição de verdade de “adequada” se todas estas equivalências seguem dela.*<sup>10</sup>

Referente à -T, Davidson (1990, p.50) explica:

Consideremos uma sentença arbitrária; substituamo-la pela letra ‘p’. Formamos o nome dessa sentença e o substituímos por outra letra, digamos ‘X’. Agora perguntamos qual a relação lógica entre as duas sentenças “X é verdade” e ‘p’. É claro que, do ponto de vista de nossa concepção básica de verdade, essas sentenças são equivalentes. Em outras palavras, a seguinte equivalência permanece válida:

(T) X é verdade se, e somente se, p.

Chamamos esse tipo de equivalência (com ‘p’ substituído por qualquer sentença da linguagem à qual a palavra “verdade” se refere, e ‘X’ substituído pelo nome dessa sentença “uma equivalência da forma (T)”).<sup>11</sup>

Essa definição parece, *prima facie*, redundante e tautológica e nos remete à diferença importante entre uma teoria da verdade à *la* Tarski e uma teoria do significado à *la* Davidson. Explica Malpas (2010) que “uma teoria do significado para uma língua natural tem de ser uma teoria empírica – ela é, de fato, uma teoria que deve ser aplicada ao real comportamento linguístico - e, como tal, deve ser empiricamente verificável”<sup>12</sup>.

A satisfação do requisito de que a teoria do significado seja adequada como teoria empírica e que, conseqüentemente, seja adequada com relação ao real comportamento linguístico, acarreta firmes restrições no que se refere às formações de sentenças ‘T’. De fato, Davidson não somente é explícito ao enfatizar o caráter empírico de uma teoria do significado, mas também explica como tal teoria pode ser desenvolvida, especificando a natureza da evidência na qual ela deve se basear.

<sup>10</sup> “Now (...) we are able to put into a precise form the condition under which we will consider the usage and the definition of the term “true” as adequate from the material point of view: we wish to use the term “true” in such a way that all equivalences of the form (T) can be asserted, and we call a definition of truth “adequate” if all these equivalences follow from it”. Tradução nossa.

<sup>11</sup> “Let us consider an arbitrary sentence; we shall replace it by the letter ‘p.’ We form the name of this sentence and we replace it by another letter, say ‘X.’ We ask now what is the logical relation between the two sentences “X is true” and ‘p.’ It is clear that from the point of view of our basic conception of truth these sentences are equivalent. In other words, the following equivalence holds: (T) X is true if, and only if, p. We shall call any such equivalence (with ‘p’ replaced by any sentence of the language to which the word “true” refers, and ‘X’ replaced by a name of this sentence) an equivalence of the form (T).” Tradução nossa.

<sup>12</sup> “a theory of meaning for a natural language must be an empirical theory – it is, indeed, a theory that ought to apply to actual linguistic behavior – and as such it ought to be empirically verifiable.” Tradução nossa.

### 1.1.3 A interpretação radical

O projeto da interpretação radical de Davidson tem como objetivo determinar o que é necessário para que uma pessoa possa interpretar o falante de outro idioma sem a ajuda de pessoas bilíngues. Davidson recorre a Quine e seu estudo sobre a tradução radical. Quine (1960) explica a “tradução radical” como uma idealização do projeto de tradução em sua forma mais extrema, imaginando-se um caso em que a tradução de uma linguagem tem de ser feita sem qualquer conhecimento linguístico anterior dessa língua e somente baseada na observação do comportamento do falante e das estimulações perceptuais que dão origem a esse comportamento.

Ressalta Malpas (2010) que enquanto Quine enxerga a tradução radical primariamente como parte de uma investigação epistemológica, o interesse de Davidson na teoria de Quine é mais voltado para seus aspectos semânticos. Davidson também substitui o conceito de “tradução” pelo conceito de “interpretação”, já que, no ver de Davidson, uma teoria da tradução por si só não é suficiente para garantir o entendimento da língua que é traduzida, como no caso de essa língua ser traduzida em uma língua que nós não conhecemos.

Enquanto Davidson segue um conceito mais amplo do que Quine no que se refere à evidência comportamental disponível, sua “interpretação radical” é uma questão de interpretar o comportamento linguístico do falante, começando do zero, e, conseqüentemente, sem ter qualquer conhecimento anterior no que se refere aos significados dos seus enunciados e suas crenças dele.

O problema básico é que

- não se pode atribuir significados aos enunciados do falante sem saber quais são suas crenças e
- não se pode identificar suas crenças sem saber o que significam os enunciados do falante.

Amoretti e Vassallo (2008, p.11) colocam o problema positivamente:

vamos supor que o intérprete saiba que o falante considera certa sentença como verdadeira: se ele [o ouvinte] soubesse o significado da sentença poderia estabelecer a crença do falante e, inversamente, se ele conhecesse as crenças do falante, ele poderia determinar o

significado da sentença. A interdependência entre crença e significado é aparentemente inextricável.<sup>13</sup>

Para resolver este dilema é necessário achar um caminho que corte este “círculo” dos subjuntivos condicionais. Parece ser preciso prover ao mesmo tempo tanto uma teoria da crença (*theory of belief*) quanto uma teoria do significado. Segundo Davidson (1984, p.144), isso é possível se definimos uma teoria geral de interpretação que pode nos “fornecer simultaneamente uma teoria da crença e uma teoria do significado”.<sup>14</sup> Davidson reivindica que isso seja possível por meio da aplicação do que ele chama de ‘princípio de caridade’ (*principle of charity*) ou, também, de acomodação racional (*rational accomodation*), cuja versão podemos encontrar também em Quine.

Como Davidson o formula inicialmente<sup>15</sup>, o princípio de caridade obriga o intérprete a supor que, *ceteris paribus*, as crenças do falante são, de modo geral, verdadeiras. Em outras palavras, esse princípio sugere que interpretemos os falantes como sustentando crenças verdadeiras (segundo os nossos critérios, pelo menos) sempre e quando seja plausível fazer isso. Ressalta Malpas (2010) que, de fato, esse princípio pode ser visto como uma combinação de duas noções: a suposição holística de que existe racionalidade nas crenças, ou seja, coerência, e a suposição de que existe uma relação causal entre as crenças – especialmente crenças perceptuais – e os objetos da crença, ou seja, correspondência.

O processo de interpretação depende de ambos os aspectos desse princípio. Tanto as atribuições de crenças quanto as designações de significado têm de condizer entre si e com o comportamento geral do falante. Ambos os aspectos deste princípio precisam ser compatíveis com a evidência fornecida pelo nosso conhecimento do ambiente do falante.

Amoretti e Vassallo (2008, p.12) enfatizam que “para manter a coerência e a racionalidade geral do falante, às vezes pode ser necessário atribuir ao falante crenças falsas ou crenças muito diferentes das nossas

<sup>13</sup> “let us assume that the interpreter knows that the speaker hold a certain sentence true: if she knew the meaning of the sentence, she could establish what the speaker believes, and, conversely, if she knew what the speaker believes, she could determine the meaning of the sentence. The interdependence of belief and meaning is apparently inextricable.” Tradução nossa.

<sup>14</sup> “deliver simultaneously a theory of belief and a theory of meaning”. Tradução nossa.

<sup>15</sup> Podemos encontrar diversas caracterizações desse princípio que, em menor grau, diferem um do outro. Cf. Lepore e Ludwig (2005, p.12)

próprias [crenças].”<sup>16</sup> Cabe lembrar que o objetivo desse princípio não é a perfeita concordância entre ouvinte e falante, mas sim que o ouvinte maximize seu grau de entendimento do falante.

Supondo que as crenças do falante condizem com as nossas próprias crenças, pelo menos, nos casos mais básicos e simples, também podemos supor que elas sejam, segundo nosso ponto de vista, verdadeiras. Consequentemente, podemos usar nossas próprias crenças referentes ao mundo, como guia para as crenças do falante. Contanto que possamos identificar simples frases assertivas, enunciadas pelo falante e supondo que ele tem uma atitude de veracidade (dizer o que crê ser a verdade), então a interconexão entre crença e significado nos habilita a usar as nossas crenças como guia aos significados dos enunciados do falante.

Como resume Malpas (2010), é assim que podemos desenvolver uma base rudimentar tanto para uma teoria da crença quanto para uma teoria do significado. Se, por exemplo, um falante emite certo som ou certa sequência de sons sempre que está na presença do que acreditamos ser um coelho, podemos, como hipótese preliminar, interpretar esses sons como enunciados referente aos coelhos em geral ou a este coelho específico. Uma vez que chegamos, de forma preliminar, a atribuir significados a uma quantidade significativa de enunciados, podemos testar essas atribuições, comparando-as com outro comportamento linguístico do falante e modificar as respectivas atribuições conforme o resultado.

Podemos usar essa teoria do significado em desenvolvimento, por assim dizer, para testar as iniciais atribuições de crenças que foram geradas por meio da aplicação do conceito de caridade e, onde e quando for necessário, modificá-las. Esse procedimento nos habilita a seguir ajustando as designações de significado anteriores o que, por sua vez, possibilita maiores ajustes de atribuição de crenças. Esse processo continua até que algum tipo de equilíbrio seja alcançado.

O desenvolvimento de uma teoria da crença mais finamente ajustada nos permite, subsequentemente, afinar mais ainda nossa teoria do significado,

---

<sup>16</sup> “in order to keep the overall coherence and rationality of the interpreted, sometimes it could be necessary to attribute to the speaker either false beliefs or beliefs very different from our own.” - Tradução nossa

enquanto o ajuste mais fino de nossa teoria do significado, por sua vez, nos permite harmonizar mais ainda a nossa teoria da crença. Mediante o equilíbrio das atribuições de crenças com as designações de significado, podemos progredir em direção a uma teoria geral do comportamento de um falante, ou de falantes, que combina uma teoria do significado com uma teoria da crença dentro de uma só teoria da interpretação.

Contrário a Quine, porém, Davidson considera o princípio de caridade como sendo um elemento constitutivo de interpretação, já que, sem ela, não haveria nenhuma interpretação. A tese de indeterminação, segundo a qual sempre é possível obter interpretações diferentes de um determinado comportamento linguístico, será discutida na terceira parte dessa dissertação, não como limitação epistemológica da interpretação, mas sim como característica holística de ‘significado’ e ‘crença’.

#### **1.1.4 Linguagem e comportamento linguístico**

Em *A Nice Derrangement of Epitaphs*, Davidson diz que não existe algo tal como uma linguagem, pelo menos não no sentido como foi suposto por muitos filósofos e linguistas (Davidson, 1986, pp.433-446).<sup>17</sup> Davidson argumenta que, embora a compreensão linguística - de fato - dependa do entendimento da estrutura formal da linguagem, é essa estrutura que precisa ser modificada, considerando o efetivo comportamento linguístico. A compreensão de uma linguagem requer ajustes permanentes das pressuposições interpretativas de acordo com o enunciado a ser interpretado. Cabe ressaltar que, frequentemente, essas pressuposições não são explícitas.

Enquanto o coração da teoria da interpretação de Davidson tem a sua base na teoria da verdade de Tarski, vimos que uma teoria da verdade à la Tarski fornece somente a estrutura formal na qual a interpretação linguística está baseada. Para alcançar o objetivo de Davidson, tal teoria precisa ser encaixada em uma abordagem mais ampla que, por um lado, considere as interconexões entre enunciados, comportamento linguístico e atitudes do

---

<sup>17</sup> “There is no such thing as a language, not if a language is anything like many philosophers and linguists have supposed.” – Tradução nossa.

falante e, por outro lado, e - ao mesmo tempo - leve em conta o caráter dinâmico de mudança de tais comportamentos.

Jeff Malpas (2010) explica que a compreensão linguística

invoca habilidades e conhecimentos (imaginação, atenção às atitudes e comportamentos dos outros, conhecimento do mundo) que não são especificamente de caráter linguístico, mas sim parte de uma habilidade mais geral de progredir nesse mundo e dar-se bem com outros – uma habilidade que também resiste a uma explicação formal.<sup>18</sup>

Como sabemos por própria experiência, o discurso cotidiano está repleto de construções pouco e, às vezes, não-gramaticais, como frases e sentenças incompletas, metáforas, neologismos, piadas, trocadilhos e todo tipo de fenômenos que não podem ser compreendidos pela mera aplicação de uma teoria pré-existente a esses fenômenos linguísticos. O ponto essencial é que, embora as convenções linguísticas (especialmente as convenções que representam um acordo no que se refere ao emprego de regras sintáticas e semânticas compartilhadas) facilitem a compreensão de uma linguagem, elas constituem a base necessária, porém não suficiente, para tal compreensão. A compreensão linguística, então, não pode ser simplesmente um assunto de aplicação mecânica de uma teoria como desenvolvida por Tarski, uma teoria *a priori*, por assim dizer, mas ela requer algo mais. E esse “algo mais” resiste a uma explicação formal.

A rejeição de Davidson das convenções baseadas em regras, como base fundamental e suficiente para a compreensão linguística, junto com o seu argumento de que a capacidade para essa compreensão deve ser considerada como parte de um conjunto mais geral de capacidades para progredir nesse mundo, formam o ponto de partida para seu célebre ensaio sobre metáforas, *What Metaphors Mean*. Nesse trabalho, Davidson rejeita a ideia de que uma linguagem metafórica pode ser explicada por meio de algum tipo de conjunto de regras que regem tal significado. Em vez disso, ele argumenta que tais enunciados dependem do seu uso literal, do seu uso padrão, por assim dizer, de maneira tal que podem gerar novos ou inesperados discernimentos. E, tanto quanto não há regras por meio das quais podemos inferir o que o falante quer

---

<sup>18</sup> “Calls upon skills and knowledge (imagination, attentiveness to the attitudes and behavior of others, knowledge of the world) that are not specifically linguistic and that a part of a more general ability to get on in the world and in relation to others – an ability that also resists any formal explication.” Tradução nossa.

dizer quando enuncia um trocadilho ou uma sentença que desvie das normas, também não há regras que regem a compreensão de metáforas.

## 1.2. DAVIDSON E O QUE AS METÁFORAS SIGNIFICAM (WHAT METAPHORS MEAN)

Em seu famoso artigo *What Metaphors Mean*<sup>19</sup>, Davidson formula sua tese que as metáforas não possuem qualquer significado metafórico, mas sim consistem em um emprego puramente literal das palavras. Nesse artigo, Davidson formula uma crítica às teorias semânticas da metáfora que compreendem o significado metafórico, ou como significado acrescentado ao significado literal desses tropos, ou como derivado deles.

Davidson resume sua tese central da seguinte maneira: “este ensaio trata do significado de metáforas e a sua tese é que metáforas significam o que as suas palavras, na sua interpretação mais literal, significam, e nada mais” (1990, p.430)<sup>20</sup>. Logo depois ele acrescenta: “o erro central contra o qual eu vou argumentar é a ideia de que a metáfora tem, adicionalmente ao seu significado literal, outro significado” (1990, p.430)<sup>21</sup>.

Metáfora, então, não possui outro significado além do significado literal das suas palavras. Davidson reconhece que o emprego puramente literal dessas palavras pode chegar a causar efeitos inesperados no ouvinte. De seu ponto de vista, o significado literal e o efeito metafórico desses tropos pertencem, porém, a duas esferas distintas de comunicação: por um lado, à esfera de significado linguístico, ou seja, a semântica, e, por outro lado, à esfera de uso linguístico, ou seja, a pragmática. Davidson argumenta que as metáforas pertencem exclusivamente ao domínio do uso, ou seja, à pragmática:

Eu dependo da distinção entre o que as palavras significam e o que elas fazem [no sentido de causar efeitos]. Acredito que metáfora pertence exclusivamente ao domínio do uso. É algo que é permitido por meio do emprego imaginativo de palavras e sentenças e depende inteiramente dos significados usuais dessas palavras e,

<sup>19</sup> Daqui em diante abreviamos “What Metaphors Mean” com a sigla “WMM”.

<sup>20</sup> “This paper is concerned with what metaphors mean, and its thesis is that metaphors mean what the words, in their most literal interpretation, mean, and nothing more.” Tradução nossa.

<sup>21</sup> “The central mistake against which I shall be inveighing is the idea that a metaphor has, in addition to its literal sense or meaning, another sense or meaning.” Tradução nossa. Tratamos as palavras ‘sense’ e ‘meaning’ como sinônimos, traduzindo ambos como ‘significado’.

consequentemente, do significado usual das sentenças que elas formam (1990, p.431)<sup>22</sup>.

O argumento de Davidson procede na maior parte de forma negativa: como crítica das teorias semânticas tradicionais da metáfora e, consequentemente, da noção de um significado metafórico distinto do significado literal. É na base dessa crítica negativa que Davidson articula, subsequentemente, sua teoria positiva de metáfora.

Sua crítica da noção do significado metafórico, como distinto do literal, está baseada em duas pressuposições: primeiro, na ideia de que o significado literal das palavras que constituem a metáfora precisa ser visível para que a metáfora possa existir; e, segundo, na estipulação de que ‘significado literal’ e ‘uso metafórico’ são conceitos estritamente separados. Seu argumento positivo é formulado como teoria causal da metáfora que entende esse tropo como produtor de efeitos, um argumento que recai por sua vez no âmbito da pragmática. Davidson explica que a metáfora nos dá acesso a outros conteúdos cognitivos e que esses outros conteúdos não residem no significado literal das palavras que a compõem, mas sim, que eles residem, exclusivamente, na forma como usamos essas palavras (Davidson, 1990, p. 440). A metáfora, então, é a ferramenta, por assim dizer, que nos permite usar a linguagem para provocar emoções que são essencialmente indeterminadas e, consequentemente, diferentes dos significados literais. Como tal, a metáfora é o objeto de estudo da pragmática.

O termo “literal” aparece mais de quarenta vezes em WMM de Davidson. Ele explica a noção de significado literal como “significado ordinário”,<sup>23</sup> oposto ao significado extraordinário ou metafórico<sup>24</sup>, como

<sup>22</sup> “I depend on the distinction between what words mean and what they are used to do. I think metaphor belongs exclusively to the domain of use. It is something brought off by the imaginative employment of words and sentences and depends entirely on the ordinary meanings of those words and hence on the ordinary meaning of the sentences they comprise” – Tradução nossa. Ressaltamos que “(...) what they are used to do” é ambíguo e pode significar tanto “o que elas costumeiramente fazem” quanto “para que [efeito] elas são empregadas”. O denominador comum de ambas alternativas refere-se ao efeito produzido pelo uso das palavras e foi traduzido com essa finalidade em mente.

<sup>23</sup> Traduzimos “ordinary sense” por significado ordinário. No entanto, ressaltamos que o autor emprega a termo “sense” com o mesmo sentido de “meaning” na sentença referida. (DAVIDSON, 1990, p. 432).

<sup>24</sup> Traduzimos “extraordinary or metaphorical sense” por significado extraordinário ou metafórico. No entanto, ressaltamos que o autor emprega a termo “sense” com o mesmo sentido de “meaning” na sentença referida. (DAVIDSON, 1990, p. 432).

“significado original”<sup>25</sup> e “significado primário”<sup>26</sup> como oposto ao “significado novo”<sup>27</sup>, e se refere à maneira literal como maneira normal<sup>28</sup>.

Davidson afirma que o significado literal pode ser atribuído às palavras e às sentenças independentemente do contexto particular de uso.<sup>29</sup> Ele contrasta “significado literal” com “significado especial” e “significado metafórico”.<sup>30</sup> O autor também contrasta a noção de significado original com a noção de significado novo (Davidson, 1990, p.432) e, conseqüentemente, por implicação, a noção de significado literal com a noção de significado novo. Davidson ressalta, porém, que “novidade não é a questão. [...] uma palavra, no primeiro encontro, pode ser facilmente apreciada em seu novo papel literal.”<sup>31</sup>

Mais adiante sujeitaremos essas explicações do termo “literal” a uma análise crítica, sobretudo no contexto do ciclo vital das metáforas. Enquanto argumentaremos no terceiro capítulo em favor da erosão da estrita separação entre “semântico” e “pragmático”, sendo que a abordagem de Davidson é baseada tanto na semântica quanto na pragmática, seguimos usando a palavra ‘literal’, por enquanto, como explicitada por Davidson em WMM.

### 1.2.1 A primeira pressuposição

A primeira suposição de Davidson pode ser formulada da seguinte maneira: para poder compreender uma expressão metafórica, o significado literal das palavras que a constituem tem de permanecer ativo. Em outras palavras, a compreensão do significado literal da expressão é uma condição necessária para a compreensão da expressão metafórica (se é que esta compreensão da expressão metafórica é possível). Davidson defende essa pressuposição através de sua crítica de duas teorias semânticas da metáfora:

<sup>25</sup> Traduzimos “original meaning” por significado original. (DAVIDSON, 1990, p. 432).

<sup>26</sup> Traduzimos “primary meaning” por significado primário. (DAVIDSON, 1990, p. 432).

<sup>27</sup> Traduzimos “new meaning” por significado novo. (DAVIDSON, 1990, p. 432).

<sup>28</sup> Interpretamos “in a normal, literal way,” como equiparação de “maneira literal” com “maneira normal”. (DAVIDSON, 1990, p. 436).

<sup>29</sup> Traduzimos “literal meaning [...] can be assigned to words and sentences apart from particular contexts of use” por significado literal pode ser atribuído às palavras e às sentenças independentemente do contexto particular de uso. (DAVIDSON, 1990, p. 431).

<sup>30</sup> Traduzimos “special meaning” por significado especial. (DAVIDSON, 1990, p. 435).

<sup>31</sup> DAVIDSON, D. 1990, p. xxx: “Novelty is not the issue. (...), a word may easily be appreciated in a new literal role on a first encounter.” – tradução nossa.

da crítica da teoria do significado literal estendido e da crítica da teoria da símile elíptica.

Segundo a teoria de significado literal estendido, o significado literal de uma palavra da metáfora é estendido para incluir um novo objeto no seu escopo de referência. Para demonstrar a deficiência dessa explicação, Davidson recorre à *reductio ad absurdum* através do exemplo de uma metáfora bíblica: “o Espírito de Deus moveu-se na face da água”. Para explicar o uso metafórico do nome ‘face’, a teoria do significado literal estendido argumenta que a classe dos objetos ao qual o conceito de ‘face’ se refere literalmente, deve ser estendido para incluir o objeto “água(s)”. Segundo essa teoria, a extensão do escopo de referência converte, por assim dizer, o significado metafórico de “face” em seu significado literal estendido. Ou seja, o uso metafórico da palavra “face” faz com que, após a extensão do escopo da sua referência, essa palavra literalmente se refere tanto à parte frontal de cabeça quanto à ‘águas’.

A ideia, então, é que na metáfora certas palavras assumem um novo significado, ou, como frequentemente é chamado, significados ‘estendidos’. Quando lermos, por exemplo, que ‘o Espírito de Deus moveu-se na face das águas’, devemos considerar a palavra ‘face’ como tendo um significado estendido (...). A extensão aplica (...) àquilo, que os filósofos chamam de (...), classe de entidades à qual se refere. Aqui, a palavra ‘face’ aplica às faces comuns e, adicionalmente, às águas (DAVIDSON, 1990, p.432)<sup>32</sup>.

Davidson argumenta que se isso fosse verdade, i.e., se “face”, após a extensão de seu escopo de referência, literalmente se referisse a “águas”, então não se trataria mais de uma explanação para a metáfora que originalmente tencionávamos explicar, mas sim de uma explanação de um novo significado literal da palavra “face”. Ou seja, ao invés de elucidar a característica metafórica, por assim dizer, da expressão em questão, a teoria dos significados estendidos meramente visa introduzir um novo termo literal e, conseqüentemente, nas palavras de Davidson, isso assassina a metáfora.

Se devemos pensar nas palavras das metáforas como tendo o papel para o qual elas deveriam ser aplicadas, então não há diferença entre

<sup>32</sup> “The idea, then, is that in metaphor certain words take on new, or what are often called ‘extended,’ meanings. When we read, for example, that ‘the Spirit of God moved upon the face of the waters,’ we are to regard the word ‘face’ as having an extended meaning (...). The extension applies, (...), to what philosophers call (...), the class of entities to which it refers. Here the word ‘face’ applies to ordinary faces, and to waters in addition.” Tradução nossa.

metáfora e a introdução de um novo termo no nosso vocabulário: usar uma metáfora significa assassiná-la (1990, p.432)<sup>33</sup>.

Neste contexto, Davidson aborda a noção da metáfora morta e explica que ela é uma metáfora cujo prévio teor metafórico tem sido aceito como seu significado literal, como na expressão “boca do rio” na qual o significado original literal da palavra “boca” (abertura do tubo digestivo), passa - *prima facie* - despercebido e é entendido como designação literal do ponto onde um rio entra no mar (DAVIDSON, 1990, p. 434). Em metáforas mortas, o significado literal original das palavras que formam a expressão metafórica desaparece ou é relegado ao segundo plano em termos de importância ou uso cotidiano.

Davidson argumenta que se a metáfora tivesse um significado no sentido de que esse significado pudesse ser explicitado pela extensão do escopo de referência do significado literal das respectivas palavras, ou por atribuir ambiguidade, “o significado figurativo da metáfora viva deveria ser imortalizado no significado da [metáfora] morta” (1990, p. 434)<sup>34</sup>. Isso, porém, parece plenamente errado, já que o significado da metáfora - enquanto ativa - é muito mais rico do que o significado literal das metáforas mortas.

Davidson conclui que uma explicação de “metáfora” que mantém a característica desses tropos, ou seja, a característica metafórica, tem que pressupor que as respectivas expressões mantenham seu significado literal e que esse significado literal seja imediatamente percebível. A teoria do significado literal estendido, então, somente fornece uma explicação de um tipo de metáfora que perdeu sua característica metafórica e que, conseqüentemente, deixou de ser uma metáfora.

Em sua crítica da teoria da símile elíptica, Davidson ressalta novamente que as palavras que constituem a metáfora precisam manter seu significado literal. Davidson diferencia entre a teoria que equipara a metáfora com a correspondente símile elíptica e a versão mais sofisticada dessa teoria. A diferença é que a primeira relaciona o significado literal da metáfora ao

<sup>33</sup> “If we are to think of words in metaphors as directly going about their business of applying to what they properly do apply to, there is no difference between metaphor and the introduction of a new term into our vocabulary: to make a metaphor is to murder it.” – Tradução nossa.

<sup>34</sup> “The figurative meaning of the living metaphor should be immortalized in the literal meaning of the dead.” Tradução nossa.

significado literal da *símile* enquanto a versão mais sofisticada explicita que o significado figurativo da metáfora é idêntico ao significado literal da *símile*:

O ponto de vista de que o significado especial da metáfora é idêntico ao significado literal da correspondente *símile* (...) não deve ser confundido com a teoria comum de que a metáfora é uma *símile* elíptica. Essa teoria não distingue entre o significado de uma metáfora e o significado de uma *símile* relacionada, e não fornece nenhuma razão para falar de significados figurativos, metafóricos, ou especiais. É uma teoria que (...) parece simples demais para funcionar. Pois se definirmos o significado literal da metáfora em termos do significado literal da *símile*, nós negamos acesso ao que originalmente pensamos ser o significado literal da metáfora, e nós havíamos concordado - quase desde o começo - que este significado era essencial para o funcionamento da metáfora, (...). Tanto a teoria da *símile* elíptica de metáfora quanto sua variante mais sofisticada, que equipara o significado figurativo da metáfora com o significado literal da *símile*, compartilham um defeito fatal. Elas tornam óbvio e acessível demais o significado escondido da metáfora. Em cada caso, o significado escondido pode ser encontrado simplesmente por olhar o significado literal de uma *símile*, usualmente trivial (1990, p. 435)<sup>35</sup>.

Segundo essa teoria, o significado literal da expressão “Tolstói era uma criança”, por exemplo, é equivalente ao significado literal de “Tolstói era como uma criança”, ou, em sua versão mais sofisticada, o significado metafórico (significado figurativo) da expressão “Tolstói era uma criança” é equivalente ao significado literal de “Tolstói era como uma criança”.

Davidson critica esse argumento por duas razões. Introduzindo mais uma alternativa de igualar metáfora à *símile*, Davidson ressalta que a equiparação entre o significado metafórico da metáfora com o significado figurativo da *símile* não acrescenta nenhuma explicação relevante, dado que a *símile* nada acrescenta às similitudes que devemos perceber além do que a metáfora o faz: “A *símile* (...) não indica em maior grau quais as similitudes que devemos notar do que a metáfora o faz” (1990, p. 435)<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> “The view that the special meaning of a metaphor is identical with the literal meaning of a corresponding simile (...) should not be confused with the common theory that a metaphor is an elliptical simile. This theory makes no distinction in meaning between a metaphor and some related simile and does not provide any ground for speaking of figurative, metaphorical, or special meanings. It is a theory that (...) seems too simple to work. For if we make the literal meaning of the metaphor to be the literal meaning of a matching simile, we deny access to what we originally took to be the literal meaning of the metaphor, and we agreed almost from the start that *this* meaning was essential to the working of the metaphor, (...). Both the elliptical simile theory of metaphor and its more sophisticated variant, which equates the figurative meaning of the metaphor with the literal meaning of a simile, share a fatal defect. They make the hidden meaning of the metaphor all too obvious and accessible. In each case the hidden meaning is to be found simply by looking to the literal meaning of what is usually a (...) trivial simile.

<sup>36</sup> “The *símile* (...) no more *tells* us what similarities we are to notice than the metaphor does.” – Tradução nossa.

Embora aceitássemos que a metáfora e a respectiva símile possam ter o mesmo significado figurativo,

o suposto significado figurativo da símile nada explica; não é uma característica da palavra que a palavra tem antes e independentemente do contexto de uso e não se baseia em costumes linguísticos, exceto aqueles que governam o significado usual (DAVIDSON, 1990, p. 436)<sup>37</sup>.

Não podemos determinar o significado figurativo que a metáfora e a “correspondente” símile têm, supostamente, em comum, simplesmente pela afirmação que é o mesmo em ambos os casos.

Por outro lado, Davidson chama atenção para os equívocos que resultam da identificação e equiparação do significado literal da metáfora com o significado literal da símile. A proposição articulada pela interpretação literal da símile “Tolstói era como uma criança” explicitamente afirma, uma similaridade. A proposição expressa pela interpretação literal da respectiva metáfora “Tolstói era uma criança”, ou, por um lado, é uma falsidade (porque Tolstói não escrevia novelas quando era criança), ou, por outro lado, é uma verdade óbvia, i.e., trivial (já que Tolstói, como qualquer outra criança tinha uma infância).

Davidson, finalmente, pergunta por que as metáforas têm de ter um conteúdo cognitivo especial para poder conseguir surtir os efeitos que elas causam, já que os símiles não têm tais conteúdos.

Geralmente os críticos não estão sugerindo que a símile diz uma coisa e significa outra – eles não supõem que ela significa algo mais do que está na superfície de suas palavras. Ela nos pode fazer pensar pensamentos profundos, tanto quanto a metáfora o faz; como é possível, então, que ninguém apela ao ‘conteúdo cognitivo especial da símile?’ (1990, p. 439)<sup>38</sup>.

Ele mesmo nos fornece a resposta a essa pergunta, ressaltando que, geralmente, os falantes que enunciam uma símile querem dizer o que as suas palavras literalmente dizem. Nesse sentido, a diferença entre símile e metáfora

<sup>37</sup> “(...) the supposed figurative meaning of a simile explains nothing; it is not a feature of the word that the word has prior to and independent of the context of use, and it rests upon no linguistic customs except those that govern ordinary meaning.” Tradução nossa

<sup>38</sup> “In general, critics do not suggest that a simile says one thing and means another – they do not suppose it *means* anything but what lies on the surface of the words. It may make us think deep thoughts, just as a metaphor does; how come, then, no one appeals to the ‘special cognitive contents’ of the simile?” – Tradução nossa.

é que “a símile nos diz, em parte, o que a metáfora meramente nos cutuca suavemente a notar” (1990, p. 434)<sup>39</sup>.

Davidson conclui que, qualquer que seja o conteúdo de verdade do significado literal das palavras que formam a metáfora, esse significado literal tem de permanecer ativo para que a metáfora possa existir. Davidson completa que quando “tomamos o significado literal da metáfora como sendo o significado literal da respectiva símile, nós negamos o acesso ao que originalmente pensamos ser o significado literal da metáfora” (1990, P. 435)<sup>40</sup>

### 1.2.2 A segunda pressuposição

A segunda pressuposição pode ser resumida da seguinte maneira: a capacidade de apreender o significado de palavras e a capacidade de usá-las pertencem a duas esferas distintas. Baseado nessa segunda pressuposição, Davidson argumenta contra qualquer teoria que visa explicar o significado metafórico de uma expressão como um segundo significado literal, uma ambiguidade, ou que fornece regras para derivar o significado metafórico por meio de algum tipo de algoritmo.

Davidson enfatiza que a metáfora pertence ao âmbito de uso da linguagem: “Eu dependo da distinção entre o que as palavras significam e o que elas fazem [no sentido de causar efeitos]. Acredito que metáfora pertence exclusivamente ao domínio do uso.”<sup>41</sup> Para poder usar palavras metaforicamente e para colocá-las num contexto que surte certos efeitos, o falante precisa ter apreendido o significado literal das palavras e precisa saber usá-las segundo este significado literal. Esta aprendizagem do significado literal e, subsequentemente, do uso delas segundo este significado literal, formam, para Davidson, a *conditio sine qua non* para o uso metafórico das palavras. Em outras palavras e, formulado com referência específica à questão da característica metafórica, o que aprendemos ao aprender uma linguagem é, em

<sup>39</sup> Ibid., p. 434: “(...) a simile tells us, in part, what a metaphor merely nudges us into noting.” – Tradução nossa.

<sup>40</sup> Ibid., p. 435: “(...) we make the literal meaning of the metaphor to be the literal meaning of a matching simile, we deny access to what we originally took to be the literal meaning of the metaphor.” – Tradução nossa.

<sup>41</sup> Ibid., p. 431: “I depend on the distinction between what words mean and what they are used to do. I think metaphor belongs exclusively to the domain of use.” – Tradução nossa.

primeiro lugar, o funcionamento literal das palavras. Uma vez que dominemos a linguagem nessa dimensão, podemos propositalmente criar metáforas e reconhecê-las através da sua patente falsidade ou da sua verdade trivial. “Metáfora”, então, como fenômeno linguístico e no sentido mais puro, pressupõe o domínio da linguagem literal e emerge exclusivamente por meio do uso dela. Para analisar essa abordagem e para elucidar a diferença entre “aprendizagem” e “uso”, analisaremos o exemplo do Saturniano (DAVIDSON, 1990, p. 433).

Se ensinássemos a um saturniano a palavra “chão” pela primeira vez, indicando o chão e simultaneamente dizendo “chão”, o saturniano estaria, segundo Davidson, aprendendo o significado literal da palavra. Se, subsequentemente, o saturniano quisesse testar seu novo conhecimento, ele poderia indicar o chão e articular a palavra “chão” e esperar por nossa confirmação do uso correto da palavra. Essa segunda instância é, argumenta Davidson, uma instância de apreender o uso do significado literal da palavra “chão”.

Agora suponhamos que estejamos acompanhando o saturniano na viagem de volta para o seu planeta. Durante a viagem, olhamos para a terra (planeta) e exclamamos “chão”. Como podemos discernir, nesse instante, se o saturniano acha que está apreendendo e compreendendo

- um segundo significado literal da palavra “chão” (no sentido que “terra” pode se referir ao planeta terra ou a substância em qual pisamos quando caminhamos por uma fazenda),
- um novo significado literal que substitui o significado apreendido quando ainda estávamos no planeta terra,
- uma extensão do significado literal anterior, considerando a terra literalmente um chão (por ponto de vista do planeta Saturno),
- que estamos usando a palavra “chão” como metáfora no sentido de quando Dante se refere à terra como ‘o pequeno e redondo chão que nos enche de paixão’?

Podemos transferir a pergunta referente ao discernimento do falante para o ouvinte. Como o ouvinte pode discernir qual das mencionadas alternativas o falante tenciona comunicar? Davidson pergunta qual a diferença

para o nosso amigo de Saturno. Será que tem importância qual das alternativas ele escolhe? Então ele responde:

No que se refere à teoria da metáfora sob consideração [a teoria de Frege] muito pouca diferença, porque, segundo essa teoria, uma palavra tem um novo significado no contexto metafórico; a ocasião da metáfora seria, então, a ocasião de aprender um novo significado. Devemos concordar que, de certa maneira, faz relativamente pouca diferença se, num dado contexto, pensarmos que uma palavra está sendo usada metaforicamente ou de uma maneira literal, porém, anteriormente desconhecida (1990, p. 434)<sup>42</sup>.

Davidson argumenta que, enquanto aprendemos uma linguagem, ficamos dentro dos limites do literal; é somente com o uso da linguagem que podemos (como possibilidade) entrar no domínio do metafórico. Se o significado literal é inteiramente governado pelas convenções que precisamos dominar para poder compreender e falar, o uso da metáfora somente ocorre fora dos limites dessas convenções. Se, porém, o uso literal não fosse inteiramente governado pelas convenções, então, pode acontecer que o que parece ser uma metáfora para um dos interlocutores não necessariamente tem de parecer esse tropo para o outro interlocutor<sup>43</sup>.

Parece, conforme podemos inferir, que *aprender* o significado literal de uma palavra é *aprender* o uso dela. Se é somente com o uso da linguagem que podemos entrar no domínio do metafórico, então este uso seria diferente do uso que caracteriza o significado literal. Trata-se, possivelmente, de dois usos diferentes, como argumentamos mais adiante: um uso ordinário de uma expressão e um uso extraordinário dela; ou, em outras palavras, de um uso comum de uma expressão e o seu uso fora-do-comum. O uso comum e ordinário indicaria o significado literal dessa expressão. Com relação ao aprender certa palavra, porém, ressaltamos que não é o significado que determina se a expressão está sendo usada de maneira ordinária ou extraordinária, mas sim o uso ordinário que determina o significado literal dessa palavra. Em outras palavras, quando aprendemos certa língua,

<sup>42</sup> Ibid., p. 434: "With the theory of metaphor under consideration, very little difference, for according to that theory a word has a new meaning in a metaphorical context; the occasion of the metaphor would, therefore, be the occasion for learning the new meaning. We should agree that in some ways it makes relatively little difference whether, in a given context, we think a word is being used metaphorically or in a previously unknown, but literal way.

<sup>43</sup> Na terceira parte deste trabalho discutimos as definições de 'metáfora' e como variáveis culturais como mito, folclore e contexto do enunciado influenciam no uso e na interpretação desses tropos e na sua identificação.

costumeiramente aprendemos em primeiro lugar o uso comum das expressões dessa língua. Uma vez que dominamos este uso comum, podemos identificar o uso fora-do-comum de certa expressão. Parece, então, que é essa justaposição do ordinário com o extra-ordinário, do comum com o fora-do-comum, do padrão com o não-padrão, do cotidiano com o não-cotidiano, que nos permite atribuir os rótulos do literal e do metafórico no que se refere a um determinado uso.

A crítica de Davidson à teoria de que seja possível derivar o significado metafórico do significado literal da respectiva expressão, como proposta por Searle em seu ensaio *Metaphor*<sup>44</sup>, cuja abordagem será discutida no próximo capítulo, está baseada na separação estrita entre a interpretação literal de palavras, entendido como função puramente linguística, e o uso metafórico de expressões, concebido como atividade extralinguística. Como vimos no início deste capítulo, Davidson baseia sua abordagem da metáfora na premissa de que as metáforas significam o que as suas palavras, na sua interpretação mais literal, significam, e nada mais. Essa crítica também se aplica às tentativas de explicar um significado metafórico por meio de paráfrases de certas expressões.

Do ponto de vista de Davidson, a tentativa de parafrasear metáforas erroneamente pressupõe que elas possuem um conteúdo cognitivo além da interpretação puramente literal dos seus termos:

Se o que a metáfora nos faz notar fosse limitado no seu escopo e de caráter proposicional, isso, em si, não causaria nenhuma dificuldade; simplesmente projetaríamos na metáfora o que ela nos traz à mente. De fato, porém, não há limite no que metáfora chama a nossa atenção, e muito de que ela nos leva a notar não é de caráter proposicional. Se tentarmos dizer o que a metáfora significa, nós nos damos conta de que não há fim no que queremos mencionar (DAVIDSON, 1990, p. 440)<sup>45</sup>.

O que Davidson está propondo é a distinção entre literalidade – concebida como articulação unívoca de um finito conjunto de idéias – e “metaforicidade”, por assim dizer, concebido como expressão ou evocação de

<sup>44</sup> Searle, J. R., *Metaphor*, 1990, p. 408 - 429.

<sup>45</sup> “If what the metaphor makes us notice were finite in scope and propositional in nature, this would not in itself make trouble; we would simply project the content the metaphor brought to mind on to the metaphor. But in fact there is no limit to what a metaphor calls to our attention, and much of what we are caused to notice is not propositional in character. When we try to say what a metaphor ‘means’, we soon realize there is no end to what we want to mention.” – Tradução nossa.

um número interminável de sugestões e emoções que, *eo ipso*, não são parafraseáveis devido à falta de caráter proposicional: “Enxergar *como* não é [igual à] enxergar *que*” (DAVIDSON, 1990, p.440, *ênfase nossa*)<sup>46</sup>.

Segundo essa separação de esferas, o significado literal pode ser transferido de forma completa e precisa, do falante para o ouvinte; e o ouvinte, por sua vez, pode compreender e reformular este significado através de uma expressão equivalente. “Metaforicidade”, ao contrário, é um fenômeno extralinguístico que não pode ser substituído por - nem traduzido em - outros termos.

É essa distinção que nos permite resumir a teoria causal da metáfora de Davidson. Se “significado” for compreendido como conteúdo estritamente cognitivo proposicional, capaz de ser parafraseado, então os enunciados metafóricos, devido ao seu caráter não “parafraseável”, ou não têm significado ou somente podem ter significado literal. Por outro lado, o caráter não “parafraseável” e não substituível dos efeitos produzidos pela metáfora, faz com que se ganhe acesso a outros conteúdos cognitivos.

De acordo com esse esquema, a metáfora assume um papel parecido ao papel dos atos de fala. O efeito da metáfora, tanto quanto o efeito da promessa ou da mentira, não reside no significado literal das palavras que a enunciam, mas sim exclusivamente na forma como usamos essas palavras. O uso das palavras é o que diferencia a mentira da metáfora: “O que constitui a diferença entre uma mentira e uma metáfora não é uma diferença nas palavras usadas ou o que elas significam (no sentido estrito de ‘significado’), mas sim em como as palavras são usadas” (DAVIDSON, 1990, p.437)<sup>47</sup>.

Davidson reivindica que é pelo fato de que metáforas carecem de um conteúdo cognitivo, além do conteúdo cognitivo de seu significado literal, que elas não nos dizem nada sobre a realidade, além do que dizem suas palavras com seu significado literal; elas não têm um significado adicional que poderia ser decifrado ou pronunciado: “o que tentamos fazer ao ‘parafrasear’ uma metáfora não pode ser uma tentativa de dar o seu significado, porque este está

---

<sup>46</sup> “Seeing as is not seeing that.” – Tradução nossa.

<sup>47</sup> “What makes the difference between a lie and a metaphor is not a difference in the words used or what they mean (in any strict sense of meaning) but in how the words are used.” – Tradução nossa

na sua superfície: mas antes tentamos evocar àquilo que ela chama a nossa atenção” (DAVIDSON, 1990, p.439)<sup>48</sup>.

Enquanto o significado linguístico literal pode ser articulado e repetido independentemente do contexto de seu enunciado, a metáfora só pode ser identificada e interpretada à luz de um dado contexto. A metáfora produz uma série interminável de emoções, ela nos convida a enxergar a realidade de outra maneira, ela nos incita a perceber conexões entre as coisas que normalmente passam despercebidas e, como citamos anteriormente, Davidson diz que: “quando tentamos dizer o que uma metáfora significa, nós nos damos conta que não há um termo ao que queremos mencionar.”<sup>49</sup> Davidson acautela, porém, que o poder cognitivo da metáfora tem de ser claramente diferenciado do suposto conteúdo cognitivo dela que, por sua vez, não vai além do significado literal das palavras que a constituem:

Metáfora nos faz ver uma coisa como outra fazendo uma afirmação literal que inspira ou induz um insight. Já que na maioria dos casos o que a metáfora induz ou inspira não é inteiramente, ou, até, de alguma forma, o reconhecimento de uma verdade ou fato, a tentativa de expressar literalmente o conteúdo de uma metáfora é simplesmente equivocada (DAVIDSON, 1990, p.440)<sup>50</sup>.

Ao compreender uma metáfora, o intérprete atinge uma nova perspectiva da realidade, não uma asserção referente à verdade ou falsidade.

No que se refere à paráfrase, Davidson conclui que

uma metáfora somente *diz* o que mostra em sua face – usualmente uma patente falsidade ou uma verdade absurda. E essa simples verdade ou falsidade não precisa de uma paráfrase – ela é dada no significado literal das suas palavras (1990, p.438)<sup>51</sup>.

Davidson acrescenta, seguindo Max Black, que a paráfrase “‘não terá o mesmo poder de informar e elucidar como o original’... (...) ela fracassa como

<sup>48</sup> “what we attempt in ‘paraphrasing’ a metaphor cannot be to give its meaning, for that lies on the surface: rather we attempt to evoke what the metaphor brings to our attention.” – Tradução nossa

<sup>49</sup> Ibid., p. 440: “When we try to say what a metaphor ‘means,’ we soon realize that there is no end to what we want to mention.” – Tradução nossa

<sup>50</sup> Ibid., p. 440: “Metaphor makes us see one thing as another by making some literal statement that inspires or prompts the insight. Since in most cases what the metaphor prompts (...) is not entirely, or even at all, recognition of some truth or fact, the attempt to give literal expression to the content of the metaphor is simply misguided.” – Tradução nossa

<sup>51</sup> “(...) a metaphor says only what shows on its face – usually a patent falsehood or an absurd truth. And this plain truth or falsehood needs no paraphrase – it is given in the literal meaning of the words.” – Tradução nossa

tradução porque fracassa em fornecer o insight que a metáfora forneceu” (DAVIDSON, 1990, p.438)<sup>52</sup>.

No que se refere às teorias da metáfora, Davidson explicita que “nenhuma teoria do significado metafórico ou verdade metafórica pode ajudar a explicar como a metáfora funciona” (DAVIDSON, 1990, p.438)<sup>53</sup>. No início de WMM, ele avisa que não existe nenhum manual de instruções que explique como construir metáforas tanto como não existe nenhum manual que possa ajudar em determinar o que as metáforas significam e que, conseqüentemente, “não há nenhum teste para metáfora que não requeira gosto” (DAVIDSON, 1990, p.430)<sup>54</sup>.

Embora Davidson reconheça que podemos compreender esses tropos e chamar o que compreendemos de ‘verdade metafórica’, ele alerta que colocar essa compreensão dentro da metáfora, como se fosse o seu significado, capaz de ser inferido, é como explicar que um comprimido nos faz dormir devido ao seu potencial sonífero, o que seria incorrer na falácia de *petitio principii*.

O reconhecimento de Davidson de que existe uma verdade metafórica parece contradizer a premissa fundamental de seu ensaio e precisa ser esclarecido. Ele diz que

Isso não é para negar que existe alguma coisa como verdade metafórica, só para negar que ela existe nas sentenças [metafóricas]. A metáfora nos leva a notar o que, de outra forma, talvez não fosse notado, e não há nenhuma razão, suponho, para não dizer que essas visões, pensamentos e sentimentos, inspirados pela metáfora, são verdadeiras ou falsas (DAVIDSON, 1990, p.436)<sup>55</sup>.

Resumindo a abordagem de Davidson em WMM, ressaltamos que Davidson menciona as noções de ‘verdade metafórica’ e ‘significado metafórico’ como referente a dois conceitos diferentes.

---

<sup>52</sup> “(...) ‘will not have the same power to inform and enlighten as the original... (...) it fails to be a translation because it fails to give the insight that the metaphor did.’” – Tradução nossa

<sup>53</sup> “No theory of metaphorical meaning or metaphorical truth can help explain how metaphor works.” – Tradução nossa.

<sup>54</sup> “(...), there is no test for metaphor that does not call for taste.” – Tradução nossa.

<sup>55</sup> “This is not to deny that there is such a thing as metaphorical truth, only to deny it of sentences. Metaphor does lead us to notice what might not otherwise be noticed, and there is no reason, I suppose, not to say these visions, thoughts, and feelings inspired by the metaphor, are true or false.” – Tradução nossa.

Por um lado, referente ao enunciado metafórico, como sentença, ele nega que essa sentença possa ter um significado além do que suas palavras significam literalmente. Segundo Davidson, essa entidade linguística somente tem significado literal e é a única entidade à qual pode se atribuir um valor de verdade, que, normalmente, é o valor “falso” ou, em casos triviais ou absurdos, o valor “verdadeiro”. Portanto, nesse contexto, ele rejeita as respectivas noções de “verdade metafórica” e “significado metafórico”. Consequentemente, não há mecanismo linguístico pelo qual certo significado metafórico pode ser transportado ou comunicado. Não há mecanismo linguístico pelo qual certo significado metafórico poderia ser derivado ou construído. Segue que o ouvinte não pode interpretar mal esses tropos, no sentido de atribuir um valor de verdade diferente do valor intencionado pelo falante. A metáfora pode, sim, causar efeitos, porém, esses efeitos não têm caráter proposicional. Não há estrutura racional que indique os efeitos causados. Não existe, nem na sentença nem em qualquer outro lugar, um significado metafórico. Chamamos essa concepção de atitude rigorosa de Davidson.

Por outro lado, como vimos na citação acima, Davidson esboça uma abordagem positiva referente à verdade metafórica e, *eo ipso*, ao significado metafórico. Ele abre espaço para a posição que permite tais noções em algum lugar diferente da sentença metafórica. Em WMM, porém, apesar de ele usar expressões como “o significado escondido da metáfora” ou que “ela nos pode fazer pensar pensamentos profundos” e ajudar a “ganhar acesso a outros conteúdos cognitivos”, Davidson não elabora mais no que se refere a esse espaço. Chamamos essa aproximação de atitude tolerante de Davidson.

No terceiro capítulo deste trabalho iremos justapor a abordagem de Davidson das metáforas com a abordagem de John Searle desses tropos e analisaremos até que ponto a noção de semântica pode ser mantida e até que ponto ela é sujeita à erosão.

## 2 A INTERPRETAÇÃO DAS METÁFORAS SEGUNDO JOHN SEARLE

A filosofia da linguagem de John Searle foi fundamentalmente influenciada por J. L. Austin, H. P. Grice, entre outros. Em seu *opus magnum* inaugural, “Speech Acts”, Searle desenvolve a teoria dos atos de fala, baseando-se no trabalho de Austin. Ele, porém, vai além de Austin ao fornecer não somente uma estrutura geral para uma teoria dos atos de fala, mas também ao apresentar especificações mais detalhadas dos respectivos atos e como eles funcionam do ponto de vista cognitivo.

Começaremos este segundo capítulo com uma apresentação da abordagem de Austin para, subsequentemente, mostrar como Searle a reelaborou. A teoria geral dos atos de fala de Searle nos leva, mais adiante, a sua teoria específica de como interpretar metáforas. Após sua explicitação da “anatomia” dos atos, Searle fornece princípios que, segundo ele mesmo, são individualmente necessários e coletivamente suficientes para capacitar os interlocutores a compreender enunciados nos quais a interpretação literal de certa sentença difere do que o falante intenciona dizer. Começamos com a teoria de Austin.

### 2.1 AUSTIN E A LINGUAGEM ORDINÁRIA

No final da primeira metade do século XX, Austin desenvolveu seu famoso trabalho *How to do Things with Words*, no qual ele aborda o tema de como usamos a linguagem em situações cotidianas. Austin argumenta que usamos a linguagem não somente para contar coisas com a intenção de fazer proposições, mas também de fazer coisas, ou seja, de realizar atividades. Esse núcleo da sua obra contrasta com a abordagem da linguagem dos filósofos lógico-positivistas que avaliavam a linguagem em termos de verdade e falsidade, ou seja, em termos da semântica condicional da verdade (*truth conditional semantics*).

A ruptura com a semântica condicional da verdade ocorreu com o ensaio *Other Minds*, no qual Austin discute a maneira como usamos frases como ‘Estou seguro de que’ e ‘Eu sei que’ na linguagem comum. Dizer ‘Eu sei que S é P’ para Austin (1990, p. 45) “*não é dizer que ‘Eu realizo uma façanha de cognição particularmente notável’ ...*”, mas antes, “quando digo que ‘Eu sei’ eu dou a minha palavra à alguém: eu afirmo a minha autoridade perante alguém para dizer que ‘S é P’” (1990, p. 45)<sup>56</sup>. Similarmente, Austin escreve que quando dizemos ‘Eu prometo’, “eu não somente anunciei a minha intenção, mas, pelo uso dessa fórmula (realizando este ritual), eu assumi um compromisso perante outros, e arriscado a minha reputação, de uma nova maneira” (AUSTIN, 1990, p. 45)<sup>57</sup>.

Segundo Austin, os enunciados performativos são aqueles usos da linguagem – frequentemente envolvendo algum aspecto ritual - onde eles mesmos são um tipo de ação e cujo enunciado ocasiona algum resultado. Enquanto os enunciados constativos podem ser avaliados segundo os valores de verdade, não perguntamos se o enunciado ‘Eu prometo cortar a grama’ é verdadeiro ou falso, mas sim, se ele (o enunciado) foi bem sucedido. Austin chama as condições para que o enunciado seja bem sucedido de ‘condições de sucesso’ (*felicity conditions*).

Essas condições podem ser encontradas tanto no âmbito formal, como nas condições que governam o pronunciamento de uma sentença por um juiz, quanto em circunstâncias cotidianas, como as condições que governam a expressão de gratidão ou simpatia. Austin também indica a existência de um outro conjunto de condições que tem a ver com o lado pessoal dos atos performativos, como as condições que o ator, por assim dizer, deve ter pensamentos, sentimentos e intenções apropriados para a realização de tais atos.

Austin abandonou a idéia de uma teoria de atos performativos, ao se dar conta de que todos os enunciados são de natureza performativa. Ele substitui sua teoria dos atos performativos pela teoria geral dos atos de fala.

---

<sup>56</sup> “(...) is *not* saying ‘I have performed a specially striking feat of cognition .... (...). When I say ‘I know’ I give others my word: I give others my authority for saying that ‘S is P’.” Tradução nossa.

<sup>57</sup> “I have not merely announced my intention, but, by using this formula (performing this ritual), I have bound myself to others, and staked my reputation , in a new way.” – Tradução nossa.

Seu trabalho, porém, se limita a colecionar exemplos e recomendar ferramentas para avançar a teoria.

## 2.2 SEARLE E OS ATOS DE FALA

Searle leva adiante a teoria de Austin, fornecendo uma estrutura teórica, dentro da qual ele unifica as três dimensões de enunciado, significado e ação. Em sua análise dos atos de fala, ele começa com a distinção entre o que chama de regras reguladoras e regras constitutivas. Segundo Searle, o primeiro conjunto de regras regula as já existentes formas de comportamento. As boas maneiras à mesa, por exemplo, regem e regulam a forma de como comemos, porém, o ato de comer existe independentemente dessas regras. As regras constitutivas, por outro lado, não somente regulam, mas sim criam e definem novas formas de comportamento. As regras do xadrez, por exemplo, criam a possibilidade de empenhar uma atividade que chamamos de 'jogar xadrez'. Esse último caso é, então, atuar de acordo com um dado conjunto de regras.

Tais regras eu chamo de 'regras constitutivas', porque atuar de acordo com as regras é constitutivo da atividade regulada pelas regras. As regras constitutivas também regulam, mas fazem mais do que regular; elas constituem a própria atividade que elas regulam da maneira descrita (SEARLE, 2009, p.123)<sup>58</sup>.

Searle explica que as regras constitutivas têm a forma básica de 'X conta como Y em contexto C': "Regras constitutivas sempre têm a mesma forma lógica (...). Sua forma lógica sempre é: tal e tal [coisa] conta como tendo o status de ser assim e assim. Eu gosto de colocar isso na forma (...): 'X conta como Y em (contexto) C' (SEARLE, 2009, p.123)<sup>59</sup>.

Para explicar essa abordagem, Searle nos dá o exemplo da atividade que chamamos de *colocar-a-seta-para-virar-à-esquerda*. Esta atividade é um

<sup>58</sup> "Such rules I call 'constitutive rules,' because acting in accord with the rules is constitutive of the activity regulated by the rules. Constitutive rules also regulate, but they do more than regulate; they constitute the very activity that they regulate in the way that I have suggested." – Tradução nossa.

<sup>59</sup> "Constitutive rules always have the same logical form (...). They are always of the logical form: such-and-such counts as having the status so-and-so. I like to put this in the form (...) 'X counts as Y in (context) C.'" - Tradução nossa.

resultado das regras constitutivas que efetivam o fato de comportar-se de maneiras pré-determinadas em contextos predeterminados dentro de veículos em movimento conta como colocar a seta para virar à esquerda. Levantando a mão durante um leilão conta como fazendo uma oferta. Um enunciado da forma ‘Prometo que vou cortar a grama’ conta como assumindo a obrigação correspondente.

As regras constitutivas raramente ocorrem de forma isolada. Normalmente, quando aplicamos a fórmula “X conta como Y”, precisamos levar em conta conjuntos e, até, subconjuntos inteiros de tais regras. A hipótese central de *Speech Acts*, então, pode ser formulada da seguinte maneira: os atos de fala são atos realizados por meio da enunciação de expressões de acordo com determinadas regras constitutivas.

Para esclarecer essa definição e analisar o que ela acarreta, Searle precisa explicar a diferença entre meramente enunciar sons e realizar atos de fala e isto, por sua vez, significa que ele precisa analisar o que significa dizer que certo enunciado significa algo em termos da fórmula acima descrita, isto é, “X conta como Y”. Em sua análise dos atos de fala, Searle considera os respectivos pontos de vista dos interlocutores, ou seja, o que nesse trabalho chamamos a perspectiva do ‘falante’ e ‘ouvinte’.

A hipótese de que o ato de fala é a unidade básica da comunicação, junto com o princípio de ser exprimível, sugere que há uma série de conexões analíticas entre a noção de atos de fala, o que o falante quer dizer, o que significa a sentença enunciada, o que o falante intenciona, o que o ouvinte compreende e quais são as regras que governam os elementos linguísticos (SEARLE, 2009, p.21)<sup>60</sup>.

Searle procede, explicando que dizer que certo falante enuncia a sentença T e intenciona dizer o que de fato está dizendo, é dizer que as três condições seguintes são satisfeitas: Primeiro, o falante tem a intenção de que o seu enunciado produza no ouvinte o efeito de estar ciente de que a situação (ou conjunto de situações) correspondente à T prevalece. Segundo, o falante pretende causar no ouvinte o efeito de estar ciente por meio do

<sup>60</sup> Ibid., p. 21: “The hypothesis that the speech act is the basic unit of communication, taken together with the principle of expressibility, suggests that there are a series of analytic connections between the notion of speech acts, what the speaker means, what the sentence (...) uttered means, what the speaker intends, what the hearer understands, and what the rules governing the linguistic elements are.” – Tradução nossa.

reconhecimento de sua intenção pelo ouvinte. Terceiro, o falante pretende que sua intenção será reconhecida em virtude das regras que governam os elementos da sentença *T*.

Searle explicita que:

- S enuncia *T* e intenciona dizer literalmente o que diz = S enuncia *T* e
- a) S intenciona (*i*-1) com o enunciado *U* de *T* a produzir em *H* o conhecimento (reconhecimento, estar ciente) que o conjunto de situações especificado pelas (certas das) regras de *T* prevalece. (Chamamos este efeito de efeito ilocucionário, IE)
  - b) S intenciona *U* a produzir IE por meio do reconhecimento de *i*-1.
  - c) S intenciona que *i*-1 será reconhecido em virtude do (por meio do) conhecimento de *H* (de certas) das regras que governam (os elementos de ) *T* (SEARLE, 2009, p.49)<sup>61</sup>.

Na página seguinte de *Speech Acts*, Searle introduz o conceito de *fato institucional* e o justapõe à noção de *fatos brutos*. Ele define o *fato institucional* como fato cuja existência pressupõe a existência de certos sistemas de regras constitutivas, chamados de *instituições*.

Eles são, deveras, fatos; sua existência, porém, distinta da existência de fatos brutos, pressupõe a existência de certas instituições humanas. Somente, dada a instituição de casamento, é que certas formas de comportamento constituem o casamento entre o Sr. Smith e a Sra. Jones (SEARLE, 2009, p.51)<sup>62</sup>.

Para Searle existem, por outro lado, os fatos brutos, constituídos efetivamente pelos fenômenos da natureza, independente de já terem sido observados ou não pela ciência natural. A ciência natural, por sua vez, ou, mais especificamente, o método científico, é composto por fatos institucionais. Os fatos brutos são independentes de qualquer instituição humana, da instituição da linguagem inclusive. O uso da linguagem é necessário para descrever estes fatos brutos e para falar sobre eles; sua existência, porém, independe da linguagem que usamos para representá-los. Tanto como a Lua não começou a existir com o nascimento dos recursos linguísticos para nomeá-la e descrevê-

<sup>61</sup> "S utters sentence *T* and means it (i.e., means literally what he says) = S utters *T* and a) S intends (*i*-1) the utterance *U* of *T* to produce in *H* knowledge (recognition, awareness) that the states of affairs specified by (certain of) the rules of *T* obtain. (Call this effect the illocutionary effect IE), b) S intends *U* to produce IE by means of the recognition of *i*-1. C) S intends that *i*-1 will be recognized in virtue of (by means of) *H*'s knowledge of (certain of) the rules governing (the element of) *T*.

<sup>62</sup> "They are indeed facts; but their existence, unlike the existence of brute facts, presupposes the existence of certain human institutions. It is only given the institution of marriage that certain forms of behavior constitute Mr. Smith's marrying Miss Jones." – Tradução nossa.

la, o fato de que a Terra encontra-se a certa distância do sol não se tornou um fato porque os recursos linguísticos necessários para expressar essa distância tornou-se disponível num certo ponto na história. Recorreremos a esses fatos brutos no terceiro capítulo deste trabalho no contexto de nossa discussão tanto do ciclo vital das metáforas quanto da necessidade de cunhar expressões para articular e comunicar novos conhecimentos e, talvez, até poder desenvolver e adquirir esses conhecimentos.

Quando realizamos certo ato de fala criamos determinados fatos institucionais. Os fatos institucionais existem somente porque estamos aqui, tratando do mundo e uns aos outros de determinadas formas (cognitivas) especiais em determinados contextos (institucionais) especiais. Em seus escritos mais tardios, Searle fala do contraste entre características do mundo que são independentes do observador, tais como força, massa, atração gravitacional, por um lado, e das características que são relativas ao observador, como dinheiro, propriedade, casamento e governo. Esses últimos são exemplos de instituições, o que significa, no sentido de Searle, que eles são sistemas de regras constitutivas. Cada fato institucional como, por exemplo, o fato que João prometeu cortar a grama está, então, baseado em um sistema de regra(s) da forma 'X conta como Y em contexto C' (SEARLE, 2009, p. 51). O conhecimento tanto dos fatos brutos quanto dos fatos institucionais, por ambos (ou mais) os interlocutores, é relevante na interpretação da comunicação humana.

Searle vai além de Austin ao fornecer não somente uma estrutura geral para uma teoria de atos de fala, mas também ao apresentar especificações mais detalhadas dos respectivos atos mesmos. Ele distingue, por exemplo, entre dois tipos de condições bem sucedidas (*felicity conditions*): as condições para a realização de um ato de fala e as condições para sua satisfação. Por exemplo, é preciso cumprir as primeiras para fazer uma promessa e as outras para cumpri-la. As condições para a realização de um ato de fala são, por sua vez, subdivididas em condições preparatórias, proposicionais, essenciais e de sinceridade (SEARLE, 2009, p. 60). Como veremos no terceiro capítulo deste trabalho, tanto essas condições para a realização de um ato de fala quanto as máximas de conversação de Grice têm notável influência na interpretação de metáforas, da ironia, e dos atos indiretos de fala.

Quando, por exemplo, João promete cortar a grama do seu interlocutor, a condição preparatória é que o interlocutor gostaria que João cortasse a grama dele e que João acredita que isso seja o caso e que nem João nem o seu interlocutor acreditam que João iria cortar a grama independente do desejo dele; a condição proposicional é que o enunciado de João ‘Eu prometo cortar a sua grama’ predica o correto tipo de ação da parte de João; a condição de sinceridade é que João verdadeiramente tem a intenção de cortar a grama do interlocutor; e a condição essencial é que o enunciado de João conta como incumbência da parte dele de realizar essa ação.

Searle ressalta que se atribui à realização de um ato ilocucionário que ele está significativo (SEM) e que o falante quer comunicar um significado pelo enunciado (SPM). Ou seja, “quando alguém fala esse alguém intenciona comunicar um significado pelo que diz; e ao que este alguém diz, (...), atribui-se (...) um significado” (SEARLE, 2009, p. 42)<sup>63</sup>. Searle continua perguntando “o que significa dizer que alguém quer comunicar um significado pelo que diz e o que significa para algo ter significado?” (SEARLE, 2009, p. 43)<sup>64</sup>. Antes de responder a essas perguntas, porém, Searle recorre a P. H. Grice e seu artigo *Meaning* para estabelecer a distinção entre dois diferentes tipos de significado.

## 2.3 GRICE E AS CRÍTICAS DE SEARLE

Grice diferencia entre significado não-natural (non-natural meaning) e outros sentidos de “significar”. Consideremos os seguintes exemplos:

1. Estas manchas significam sarampo.
2. Estes três toques na campainha significam que o ônibus está lotado.

Grice explica que a segunda “sentença pode ser refeita de forma que o verbo ‘significar’ seja seguido de uma frase entre aspas, ou seja, ‘esses três toques da campainha significam ‘o ônibus está lotado’” (GRICE, 1990, p. 73)<sup>65</sup>. Não é possível fazer o mesmo com a primeira sentença. “Assim ‘estas

<sup>63</sup> “(...), when one speaks one means something by what one says; and what one says, (...), is (...) Said to have a meaning.” Tradução nossa.

<sup>64</sup> “(...) what is it for one to mean something by what one says, and what is it for something to have a meaning?” Tradução nossa.

<sup>65</sup> “(...) sentence can be restated in a form in which the verb “mean” is followed by a phrase in inverted commas, that is, “Thos three rings on the Bell mean ‘the bus is full’”. Tradução nossa.

manchas significam sarampo' não pode ser reformulado como 'estas manchas significam 'sarampo'" (GRICE, 1990, p. 72)<sup>66</sup>.

A diferença entre esses dois exemplos é que a primeira frase é da forma 'x significa que p' onde x implica p, enquanto na segunda sentença que é da mesma forma, p não está implicado por x. Sempre que 'significa' descreve algum tipo de implicação, Grice se refere ao sentido no qual 'significa' é usado como o sentido natural. Sempre que 'significa' se refere ao significado semântico, esse verbo está sendo usado em um sentido não-natural. Diz Grice:

Quando as expressões 'significa', 'significa algo', 'significa que' estão sendo empregadas da forma como estão sendo empregados na primeira (...) frase, eu chamarei o sentido, ou sentidos, em qual está sendo empregado de sentido, ou sentidos, natural, da expressão em questão. Quando as expressões são usadas da maneira como são usadas na segunda frase, vou chamar o sentido, ou os sentidos, em qual são usadas, de sentido, ou sentidos, não-natural da expressão em questão (GRICE, 1990, p. 73)<sup>67</sup>.

Com relação aos significados não-naturais, Grice propõe a seguinte definição:

podemos resumir da seguinte maneira o que é necessário para A comunicar um significado através de x. A tem que intencionar induzir, através de x, uma crença nos ouvintes, e também tem de intencionar que seu enunciado seja reconhecido como tendo essa intenção (GRICE, 1990, p. 75)<sup>68</sup>.

Searle expressa esse resumo de Grice, diferenciando entre falante (*speaker*) e ouvinte (*hearer*): "Dizer que o falante S quis comunicar um significado através de X, é dizer que S intencionou que o enunciado de X de produzia algum efeito no ouvinte H pelo reconhecimento dessa intenção" (SEARLE, 2009, p.43)<sup>69</sup>. Searle considera a abordagem de Grice da noção de

<sup>66</sup> "Thus 'Those spots meant measles' cannot be reformulated as 'Those spots meant "measles"' (...)." Tradução nossa.

<sup>67</sup> "When the expression 'means,' 'means something,' 'means that' are used in the kind of way in which they are used in the first (...) sentence, I shall speak of the sense, or senses, in which they are used, as the *natural* sense, or senses, of the expressions in question. When the expressions are used in the kind of way in which they are used in the second (...) sentence, I shall speak of the sense, or senses, in which they are used, as the *non-natural* sense, or senses, of the expression in question." Tradução nossa.

<sup>68</sup> "(...) we may sum up what is necessary for A to mean something by x as follows. A must intend to induce by x a belief in an audience, and he must also intend his utterance to be recognized as so intended." – Tradução nossa.

<sup>69</sup> Searle. J. H. *Speech Acts...*, p. 43: "To say that a speaker S meant something by X is to say that S intended the utterance of X to produce some effect in the hearer H by means of the recognition of this intention." Tradução nossa.

‘significado’ um bom começo, porque estabelece uma conexão entre ‘significado’ e ‘intenção’, por um lado, e, por outro lado, porque capta as seguintes quatro características essenciais da comunicação linguística: Primeiro, pelo fato de falar, o interlocutor está tentando comunicar determinadas coisas ao seu ouvinte ao induzi-lo a reconhecer a sua intenção de comunicar exatamente essas coisas. Segundo, o falante consegue realizar esse efeito no ouvinte ao induzi-lo a reconhecer essa intenção de realizar esse efeito. Terceiro, tão logo que o ouvinte reconheça o que o falante intenciona realizar, em geral, ela já está realizada. Quarto, o ouvinte compreende o que o falante está dizendo tão logo ele reconheça a intenção dele (falante) em enunciar o que está enunciando como intenção de dizer tal coisa. (SEARLE, 2009, p.43).

Searle exemplifica que o falante, ao dizer “Bom dia”, pretende produzir no ouvinte o conhecimento de que ele está sendo cumprimentado. Se o ouvinte reconhece que é a intenção do falante produzir nele esse conhecimento, então, consequentemente, o ouvinte adquire esse conhecimento.

Searle, porém, considera deficiente a abordagem de Grice em dois aspectos. Primeiro, Grice não leva em conta até que ponto o significado dos enunciados depende de regras e convenções. Sua análise não mostra a diferença que existe entre o que o falante quer dizer pelos enunciados proferidos por ele e o que o enunciado, de fato, diz, ou seja, que ele por si só, significa.

Segundo, Grice parece definir a noção de significado em termos dos efeitos que os respectivos enunciados causam no ouvinte e, com isso, parece confundir atos ilocucionários e atos perlocucionários.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> O ato de proferir uma frase gramatical e com significado constitui um ato locucionário. Este ato consiste na elocução de uma sequência de sons, ou seja, depende de fatores estritamente linguísticos. Quando o falante foi bem sucedido em sua intenção de tornar clara a função da sua elocução, no contexto em que foi proferida, então ele pratica um ato ilocucionário. Tanto Austin quanto Searle discriminaram entre vários atos ilocucionários. A tipologia de Searle, que resulta de uma crítica da tipologia de Austin, é normalmente aceita como canônica. Searle distingue entre seis tipos de atos ilocucionários: os atos assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos, declarativos e declarativos assertivos que reúnem os objetivos ilocucionários de asserções e declarações. Ao praticar um ato locucionário, o falante necessariamente pratica um ato ilocucionário. Se o ato ilocucionário for bem sucedido no sentido de que ele produz no interlocutor o efeito de acreditar no propósito por meio dele anunciado, então se trata de um ato perlocucionário. Se me comprometo, por exemplo, de entregar essa dissertação até segunda-

Dizendo-o de forma crua, Grice efetivamente define 'significado' em termos de intencionar a realização de um ato perlocucionário, porém dizer algo e querer comunicar o que se diz, é intencionar a realização de um ato illocucionário e, não necessariamente, um ato perlocucionário" (SEARLE, 2009, p.44)<sup>71</sup>.

Referente ao primeiro ponto, ressaltamos que Searle, por meio da distinção entre o que o enunciado diz e o que o falante diz, está diferenciando entre o que mais tarde, em "Metaphor", ele descreve com os termos "significado da expressão" (*utterance meaning*), "significado da expressão do falante" (*speaker's utterance meaning*), "significado de quem fala" (*speaker's meaning*) por um lado e, por outro lado, "significado da sentença" (*sentence meaning*) e "significado literal da sentença" (*literal sentence meaning*) de forma intercambiável. Para evitar confusão usaremos as noções de "significado da sentença" (SEM, i.e., *sentence meaning*) e "significado do falante" (SPM, i.e., *speaker's meaning*). A primeira noção irá denotar o significado literal de uma expressão, enquanto a segunda denotará o significado que o falante pretende transmitir com a expressão.

Voltamos, então, à primeira deficiência de Grice. Searle critica que Grice não leva em conta até que ponto o significado dos enunciados depende de regras e convenções. Searle argumenta que o SPM depende, em pelo menos alguns casos do SEM e que o SPM é, conseqüentemente, pelo menos de vez em quando, uma questão de convenção: "Significado é mais do que um questão de intenção, é também – pelo menos em alguns casos – uma questão de convenção" (SEARLE, 2009, p.45)<sup>72</sup>.

Para esclarecer seu argumento, Searle dá o exemplo de um soldado americano que, capturado pelos italianos durante a Segunda Guerra Mundial, pretende enganar seus captores e levá-los eles a pensar que ele é um soldado alemão. Com essa finalidade em mente, o soldado americano recita uma frase

---

feira e os professores da banca examinadora acreditam que o comportamento futuro vai acontecer, como articulado mediante minha promessa, então fui bem sucedido em praticar um ato perlocucionário. Atos perlocucionários necessariamente presupõem um ato illocucionário. Atos illocucionários, porém, não necessariamente resultam num ato perlocucionário. (BRANQUINHO, MURCHO, GOMES, 2006, p. 82-83).

<sup>71</sup> "Put crudely, Grice in effect defines meaning in terms of intending to perform a perlocutionary act, but saying something and meaning it is a matter of intending to perform an illocutionary, not necessarily a perlocutionary, act." Tradução nossa.

<sup>72</sup> "Meaning is more than a matter of intention, it is also at least sometimes a matter of convention." Tradução nossa.

de um poema em alemão que não tem nada a ver com a sua situação de prisioneiro, nem afirma que ele seja um soldado alemão. Searle descreve a situação em termos da teoria de Grice. O americano pretende produzir em seus captores o efeito de acreditar que ele, na verdade, é um soldado alemão. Ele pretende realizar esse efeito induzindo os italianos a reconhecer essa intenção. Ou seja, ele intenciona induzir os italianos a pensar que ele, o americano, tem a intenção de comunicar que é um soldado alemão e que os italianos, por reconhecer essa intenção, acreditam que o soldado capturado é, de fato, um soldado alemão (SEARLE, 2009, p. 44).

Enquanto Searle reconhece que, nesse exemplo, a intenção do americano, na verdade, é enganar seus captores e induzi-los a pensar que ele é um soldado alemão, ele ressalta que a intenção do americano envolve, em parte, fazer os italianos pensarem que seu ato de fala, i.e., a recitação de uma linha de um poema alemão, significa que ele, de fato, é um soldado alemão, pelo processo acima descrito.

Ele argumenta que não se pode concluir que, dada a situação e dado o fato de que o americano recita uma frase da poesia alemã que não tem nada a ver com a situação, o que ele intenciona dizer (SPM) é que ele é um soldado alemão. A crítica de Searle se volta contra a teoria de Grice, no sentido em que, segundo Grice, pode-se enunciar qualquer frase com qualquer conteúdo, uma vez que as circunstâncias possibilitem as intenções apropriadas. Isso, porém, levaria à conclusão de que o próprio significado da sentença (SEM) se tornaria outra circunstância.

Poder-se-ia dizer que, segundo a teoria de Grice, parece que qualquer sentença com qualquer conteúdo pode ser enunciado, dado que as circunstâncias possibilitam as apropriadas intenções. Isso, porém, acarreta a consequência de que o significado da sentença tornar-se-ia meramente outra circunstância (SEARLE, 2009, p.45)<sup>73</sup>.

Searle aponta como falha na teoria de Grice que ela não acomoda enunciados onde o SPM difere do SEM. Como Searle descreve no seu exemplo, o falante, para causar o efeito de reconhecimento de sua intenção no

---

<sup>73</sup> "One might say that on Grice's account it would seem that any sentence can be uttered with any meaning whatever, given that the circumstances make possible the appropriate intentions. But that has the consequence that the meaning of the sentence then becomes just another circumstance." – Tradução nossa.

ouvinte, utiliza um enunciado que, convencionalmente e segundo as regras que governam o uso desta ferramenta, i.e., a poesia, é tipicamente empregado para realizar efeitos bastante diferentes dos efeitos descritos no exemplo. Grice não apresenta as condições que nos permitiriam dizer uma coisa (SEM), querendo comunicar outra coisa (SPM).

Para Searle uma abordagem adequada dos atos illocucionários precisa dar conta tanto dos aspectos intencionais quanto dos aspectos convencionais e da relação entre eles.

Searle, então, define que:

Na realização de um ato illocucionário no enunciado literal de uma sentença, o falante pretende causar um determinado efeito ao induzir o ouvinte a reconhecer sua intenção de produzir esse efeito; e ademais, se ele está usando as palavras no seu sentido literal, ele intenciona que esse reconhecimento seja realizado em virtude do fato de que as regras que governam o uso das expressões enunciadas por ele associam a expressão com a produção desse efeito (SEARLE, 2009, p.45)<sup>74</sup>.

A segunda crítica de Searle visa melhorar a tese de Grice de que dizer o que o enunciado diz (SPM = SEM) é igual a realizar um ato perlocucionário. Searle, ao contrário de Grice, argumenta que, dado que SPM = SEM, o falante não necessariamente intenciona realizar um ato perlocucionário, mas sim um ato illocucionário. Searle baseia sua crítica em três argumentos:

Primeiro, muitos tipos de enunciados empregados para realizar atos illocucionários não têm nenhum efeito perlocucionário associado com o seu significado (SEM). Quando dizemos “Bom dia”, por exemplo, na condição de SPM = SEM, não estamos necessariamente intencionando a causar ou induzir outro estado ou outra ação no ouvinte do que o (re)conhecimento de que ele está sendo cumprimentado. E esse (re)conhecimento é simplesmente seu entendimento do que é dito e não uma resposta ou efeito adicional.

Segundo, mesmo em casos em que geralmente há um efeito perlocucionário correlato, podemos dizer algo e querer dizer o que dizemos (SEM = SPM) sem ter a intenção de produzir algum efeito. Searle dá o exemplo

---

<sup>74</sup> “In the performance of an illocutionary act in the literal utterance of a sentence, the speaker intends to produce a certain effect by means of getting the hearer to recognize his intention to produce that effect; and furthermore, if he is using words literally, he intends this recognition to be achieved in virtue of the fact that the rules for using the expressions he utters associate the expression with the production of that effect.” – Tradução nossa.

de alguém proferindo um enunciado sem se preocupar se os ouvintes creem ou deixam de crer no que diz, meramente motivado pelo senso de obrigação de ter que fazer o enunciado (SEARLE, 2009, p.46).

Terceiro, quando estamos falando com alguém com a intenção de fornecer ao ouvinte alguma informação, geralmente não intencionamos que sua razão para acreditar o que dizemos seja o reconhecimento do fato que nossa intenção é que ele nos creia.

Searle explica a razão para sua abordagem pelas propriedades extraordinárias da comunicação humana e, particularmente, por uma das mais extraordinárias, que é a seguinte:

Se estou tentando de dizer algo para alguém, então (supondo que determinadas condições estão satisfeitas) tão logo que ele reconheça que estou tentando dizer-lhe algo e o que exatamente é que estou tentando lhe dizer, fui bem sucedido em dizer-lhe o que eu queria lhe dizer. Ademais, a menos que ele reconheça que estou tentando dizer-lhe algo e o que é que estou tentando lhe dizer, não fui bem sucedido em dizer isso a ele (SEARLE, 2009, p.47)<sup>75</sup>.

Segundo Searle, os atos ilocucionários, então, são bem-sucedidos quando os ouvintes reconhecem o que é que o falante intenciona dizer. Porém, o falante não intenciona causar outro efeito no ouvinte a não ser que ele compreende o enunciado e não, como pretende a abordagem de Grice, causar um efeito de crença ou resposta física ou intelectual, adicionalmente ao entendimento do enunciado, ou seja, um ato perlocucionário.

Searle argumenta que sua primeira e segunda crítica à abordagem de Grice são críticas complementares e que elas resultam no seguinte quadro. Por parte do falante, proferir um enunciado e querer dizer o que o enunciado diz (SPM = SEM) é estreitamente vinculado com a intenção de causar um efeito (de entendimento) de parte do ouvinte. Por parte do ouvinte, o entendimento do enunciado do falante é estreitamente vinculado ao reconhecimento das intenções do falante.

---

<sup>75</sup> Ibid., p. 47: "If I am trying to tell someone something, then (assuming certain conditions are satisfied) as soon as he recognizes that I am trying to tell him something and exactly what it is I am trying to tell him, I have succeeded in telling it to him. Furthermore, unless he recognizes that I am trying to tell him something and what I am trying to tell him, I do not fully succeed in telling it to him." – Tradução nossa.

Searle, então, diz que a ponte entre falante e ouvinte é fornecida pela linguagem que os dois têm em comum no que se refere aos seus enunciados literais. Essa ponte funciona da seguinte maneira:

1. Compreender um enunciado é conhecer seu significado. 2. O significado de um enunciado é determinado por regras e essas regras especificam ambas condições do enunciado da sentença e também o que se conta com o enunciado. 3. Proferir um enunciado e querer dizer o que ele significa [SPM = SEM] é questão de (a) intencionar (i-1) induzir o ouvinte a conhecer (reconhecer, estar ciente de) que determinados conjuntos de situações especificados por determinadas regras prevalecem, (b) intencionar induzir o ouvinte a conhecer (reconhecer, estar ciente de) esses casos induzindo-o a reconhecer i-1 e (c) intencionando a induzi-lo a reconhecer i-1 em virtude de seu conhecimento das regras para o enunciado proferido. 4. O enunciado, então, fornece um meio convencional de realizar a intenção de produzir no ouvinte um determinado efeito ilocucionário. Se um falante profere o enunciado e quer dizer o que ele significa [SPM = SEM], ele terá as intenções (a), (b), and (c). A compreensão do enunciado por parte do ouvinte consistirá simplesmente em que essas intenções sejam alcançadas. E as intenções geralmente serão alcançadas se o ouvinte compreende o enunciado, ou seja, conhece seu significado, ou seja, conhece as regras que governam seus componentes (SEARLE, 2009, p.48)<sup>76</sup>.

Com sua abordagem da teoria dos atos de fala, Searle mostra que a unidade base da comunicação humana não é o símbolo, a palavra, ou o enunciado, mas sim a produção da palavra e do enunciado como ato de fala. Os atos de fala constituem a unidade básica da comunicação linguística. Os interlocutores precisam supor que o som e o signo linguístico, ambos em nível locucionário com relação ao ato de fala, não somente sejam o produto de um comportamento intencional, mas também que eles sejam intenções específicas e relevantes para o respectivo ato de fala. Portanto, não há duas investigações semânticas diferentes, analisando o significado das sentenças, por um lado, e o ato de fala, por outro lado. O ato de fala, que está sendo executado por meio da enunciação de certa palavra ou certa sentença, constitui a função do

<sup>76</sup> “1. Understanding a sentence is knowing its meaning. 2. The meaning of a sentence is determined by rules, and those rules specify both conditions of utterance of the sentence and also what the utterance counts as. 3. Uttering a sentence and meaning it is a matter of (a) intending (i-1) to get the hearer to know (recognize, be aware of) that certain states of affairs specified by certain of the rules obtain, (b) intending to get the hearer to know (recognize, be aware of) these things by means of getting him to recognize i-1 and (c) intending to get him to recognize i-1 in virtue of his knowledge of the rules for the sentence uttered. 4. The sentence then provides a conventional means of achieving the intention to produce a certain illocutionary effect in the hearer. If a speaker utters the sentence and means it he will have intentions (a), (b), and (c). The hearer's understanding the utterance will simply consist in those intentions being achieved. And the intentions will in general be achieved if the hearer understands the sentence, i.e., knows its meaning, i.e., knows the rules governing its elements. – Tradução nossa.

significado da sentença. Cada sentença que tem significado, no sentido não natural, pode ser usada para atuar, por assim dizer, em um ato de fala (PRECHTL, 1999, p. 196).

Será que para cada ato de fala haverá uma sentença disponível? Ou, será que, para poder expressar certos atos, as expressões adequadas têm de ser cunhadas e que, conseqüentemente, a respectiva gama dos atos de fala depende da criatividade do falante?

## 2.4 SEARLE E O EMPREGO DAS METÁFORAS

Em seu artigo *Metaphor*, Searle fornece uma comparação gráfica dos diferentes tipos de metáfora e dos respectivos estados no ciclo vital desses tropos. Começamos a nossa análise de sua abordagem da metáfora com essa diferenciação porque recorreremos repetidamente aos termos explicados

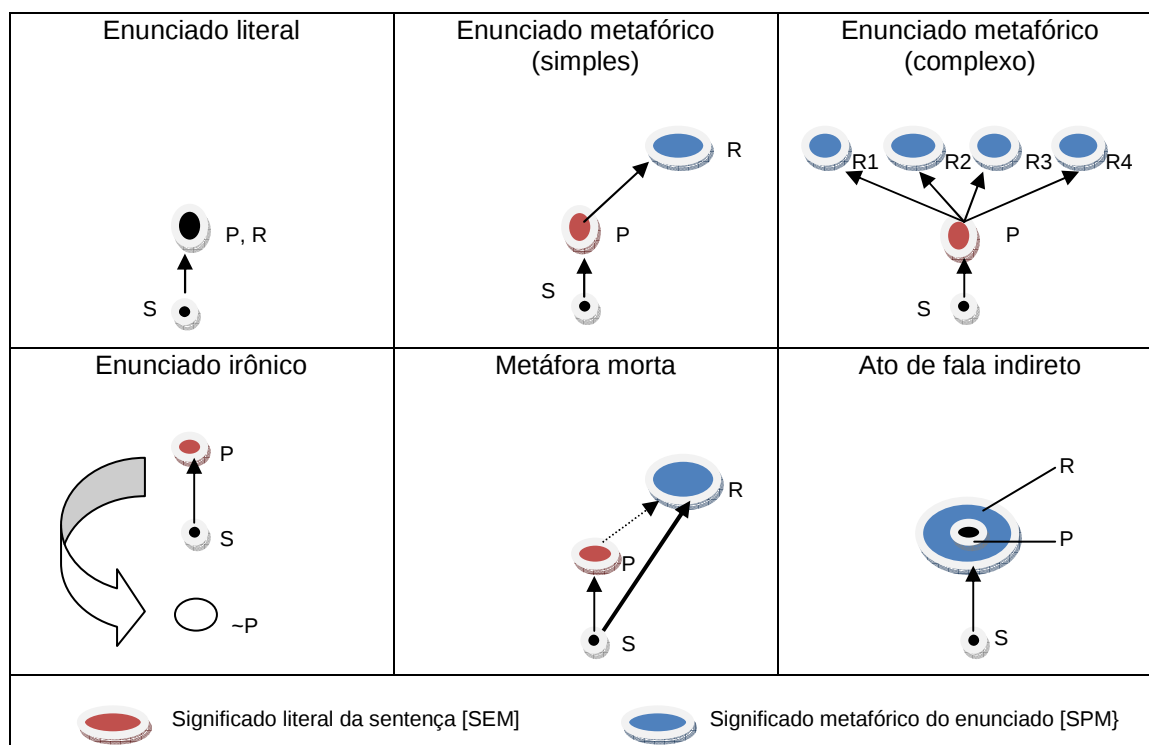
Ressaltamos que na tradução dos diversos termos empregados por Searle adotamos, para fins de clareza, a seguinte nomenclatura com as respectivas siglas. Searle usa os termos “significado da expressão” (*utterance meaning*), “significado da expressão do falante” (*speaker’s utterance meaning*), “significado de quem fala” (*speaker’s meaning*) por um lado e, por outro lado, “significado da sentença” (*sentence meaning*) e “significado literal da sentença” (*literal sentence meaning*) de forma intercambiável. Para evitar qualquer confusão usaremos as noções de “significado da sentença” (SEM, i.e., *sentence meaning*) e “significado do falante” (SPM, i.e., *speaker’s meaning*). A primeira noção irá denotar o significado literal de uma expressão, enquanto a segunda denotará o significado que o falante pretende transmitir com a expressão. Ademais substituímos o termo ‘objeto’ (*object*) pelo termo ‘sujeito’ (*subject*), já que não analisamos as metáforas em termos de sujeito, verbo, objeto, mas sim em termos de sujeito e predicado, sendo que o último abrange o que é atribuído ao sujeito, literalmente ou metaforicamente.

Na figura 1, vemos uma comparação gráfica que mostra as diferenças e similaridades entre metáforas em diferentes estados de seu ciclo vital, enunciados literais, enunciados irônicos e atos indiretos de fala.

Figura 1. Uma comparação gráfica da relação entre SEM e SPM no qual o SEM é 'S é P' e o SPM é 'S é R', ou seja, onde o falante enuncia uma sentença que significa literalmente que o sujeito 'S' cai sob o conceito 'P', mas o que o falante intenciona dizer com seu enunciado (SPM) é que o sujeito 'S' cai sob o conceito 'R'.

- a) Enunciado literal: O falante diz 'S é P' e intenciona dizer 'S é P'. Neste caso, o falante coloca o sujeito 'S' sob o conceito 'P', onde 'P' = 'R' SEM e SPM coincidem.
- b) Enunciado metafórico (simples): O falante diz 'S é P', porém, intenciona dizer metaforicamente que 'S é R'. Infere-se o SPM por meio do SEM [ou seja, o significado literal da sentença].
- c) Enunciado metafórico (complexo): O falante diz 'S é P', mas intenciona dizer metaforicamente uma gama indefinida de significados: 'S é R1', 'S é R2', etc. Como no caso do enunciado metafórico (simples), infere-se o SPM por meio do SEM [ou seja, o significado literal da sentença].
- d) Enunciado irônico: O falante intenciona dizer (SPM) o oposto do que ele [literalmente,] diz (SEM). Infere-se o SPM por meio do SEM, ou seja [o significado literal da sentença] para, logo depois, voltar ao significado oposto do SEM.
- e) Metáfora morta: O SEM original é deixado de lado e a sentença adquire um novo significado literal, idêntico com o significado metafórico anterior [ou seja, idêntico com o SPM anterior]. Isso é uma mudança do enunciado metafórico (simples), *b* acima, para o enunciado literal, diagrama *a*.
- f) Ato de fala indireto: O falante quer dizer o que ele diz, porém, ele também quer dizer algo mais. SPM, conseqüentemente, inclui SEM, porém, estende além dele. [O falante intenciona dizer o que diz, ou seja, SEM iguala SPM, porém, o falante também quer dizer algo mais. O SPM inclui o SEM e estende além dele, ou seja:  $SPM \geq SEM$ .] (SEARLE, 1990, p.427)<sup>77</sup>.

<sup>77</sup> "Figure 1. A graphical comparison of the relations between sentence meaning and utterance meaning where the sentence meaning is S is P and the utterance meaning is S is R, that is, where the speaker utters a sentence that means literally that the object S falls under the concept P, but where the speaker means by his utterance that the object S falls under the concept R. a. *Literal Utterance*. A speaker says S is P and he means S is P. Thus the speaker places object S under the concept P, where P = R. Sentence meaning and utterance meaning coincide. b. *Metaphorical Utterance (simple)*. A speaker says S is P but means metaphorically that S is R. Utterance meaning is arrived at by going through literal sentence meaning. c. *Metaphorical Utterance (open ended)*. A speaker says S is P, but means metaphorically an indefinite range of meanings, S is R1, S is R2, etc. As in the simple case, utterance meaning is arrived at by going through literal meaning. d. *Ironical Utterance*. A speaker means the opposite of what he says. Utterance meaning is arrived at by going through sentence meaning and then doubling back to the opposite of sentence meaning. Dead Metaphor. The original sentence meaning is bypassed and the sentence acquires a new literal meaning identical with the former metaphorical utterance meaning. This is a shift from the metaphorical utterance (simple), *b* above, to the literal utterance, diagram *a*. f. Indirect Speech Act. A speaker means what he says, but he means something more as well. Thus utterance meaning includes sentence meaning but extends beyond it. – Tradução nossa.



Fonte: Searle (1990, p.427).

Voltamos nossa atenção, em primeiro lugar, ao enunciado metafórico complexo. Um conhecido exemplo de uma metáfora é a sentença “Sam é um porco”. Como interpretar esta sentença? Se a palavra “Sam” se refere a um ser humano, a afirmativa “Sam é um porco” parece falsa, pois Sam obviamente é um ser humano e não um suíno. Assim, presumimos que a pessoa que fala não dá um significado literal à afirmação, mas sim que se expressa metaforicamente.

Searle explica que o ouvinte de uma expressão dessas deve passar por no mínimo três passos ao lidar com ela, o primeiro deles será determinar se deve ou não buscar uma interpretação metafórica. Ele aconselha que “(...) caso a expressão seja defeituosa se tomada literalmente, procure por um significado da expressão que seja diferente do significado da sentença” (SEARLE, 1990, p.422)<sup>78</sup>. Uma vez que o ouvinte saiba que uma sentença do tipo “S é P” é falsa, ele deverá procurar um significado alternativo para essa sentença, da forma “S é R”. “S” é o sujeito da expressão indicando alguém ou alguma coisa de quem ou de que “P” é o predicado, sendo “P” o significado literal daquela expressão com suas correspondentes condições de verdade. Tendo rejeitado

<sup>78</sup> “(...) where the utterance is defective if taken literally, look for an utterance meaning that differs from sentence meaning.” – Tradução nossa.

“P” como sendo falso, o ouvinte precisa procurar “R”, que denota um significado metafórico daquela mesma expressão.

Neste ponto, o segundo princípio de Searle entra em jogo:

Quando você ouve ‘S é um P’, para encontrar possíveis valores para ‘R’ procure maneiras pelas quais ‘S’ poderia ser como ‘P’, e para descobrir de que modo ‘S’ poderia ser como ‘P’, busque salientes, bem conhecidas e distintas características de coisas ‘P’ (SEARLE, 1990, p.423)<sup>79</sup>.

Seguindo esta estratégia, primeiro listaremos as salientes amplamente aceitas, e distintas características dos porcos. Porcos são animais domesticados, com um focinho comprido e largo e um corpo sólido e gordo, coberto de pelos ásperos. Além disso, acredita-se que eles sejam glutões, desmazelados, sujos e assim por diante. Assim sendo, “Sam é um porco” pode significar que Sam é como um porco, com respeito a qualquer uma dessas características. São essas as características que constituem a possível gama ou amplitude de “R”.

Dizemos propositalmente que “acredita-se” que os porcos sejam glutões, etc. em oposição a “sabe-se” que são assim para indicar que as metáforas são usadas não somente para relacionar propriedades reais com “S”, mas também para relacionar estereótipos com o sujeito. O falante que se refere a uma pessoa como sendo um tubarão pode fazê-lo porque ele e seu interlocutor compartilham (talvez) o mito de que os tubarões são perigosos e atacam qualquer coisa, em particular seres humanos, sempre que podem.

Esse estereótipo ignora o fato de que nem todos os tubarões são agressivos, que se sabe que menos de cinco espécies atacaram seres humanos e que os ataques foram causadas por certas circunstâncias não usuais. Talvez por causa da sequência dos filmes “Tubarão”, passou-se a acreditar que os tubarões são feras devastadoras, sempre à espera da ocasião de atacar um nadador confiante e inocente. Ao descrever alguém como um tubarão, o falante atribui essa maldade e esse comportamento perigoso ao sujeito ao qual se refere, a despeito do fato de que ser um devorador de homens não é uma característica real e verdadeira desses predadores.

---

<sup>79</sup> “When you hear ‘S is P,’ to find possible values for ‘R’ look for ways in which ‘S’ might be like ‘P,’ and to fill in the respect in which ‘S’ might be like ‘P’, look for salient, well-known, and distinctive features of ‘P’ things.” – Tradução nossa.

Até agora, os princípios de Searle nos ajudaram a estabelecer possíveis significados da sentença “Sam é um porco”. Para compreender a quais características o falante está efetivamente se referindo, o ouvinte deve seguir o terceiro princípio: “Volte para o termo ‘S’ e veja qual dos muitos candidatos aos valores de ‘R’ são características prováveis ou até possíveis de ‘S’” (SEARLE, 1990, p.423)<sup>80</sup>.

## 2.5 APROXIMAÇÕES ENTRE SEARLE E DAVIDSON

Searle mostra que confiar no “defeito” de uma expressão não é a única estratégia “pela qual o ouvinte pode concluir que uma expressão provavelmente tem um significado metafórico”, mas que essa é, de longe, a mais comum (SEARLE, 1990, p.422)<sup>81</sup>. Tanto como Davidson, ele percebe que nem toda expressão defeituosa, quando tomada literalmente, é uma metáfora e que nem toda expressão com um caráter metafórico mostra ser imperfeita ou defeituosa quando tomada literalmente. Desse modo, a imperfeição de uma expressão não é uma condição necessária nem suficiente para ser uma metáfora, e poderia, estritamente falando, não servir de critério para sua identificação. Por outro lado, tanto Searle quanto Davidson concordam em que “uma falsidade patente é uma condição usual da metáfora” (DAVIDSON, 1990, p.437)<sup>82</sup>.

Embora o primeiro princípio de Searle por si só não seja suficiente para identificar metáforas, ele é de grande ajuda por indicar aquelas expressões que possivelmente, talvez até provavelmente, têm um significado metafórico. São essas as sentenças com respeito às quais a computação especificada nos princípios dois e três dever ser experimentada. Searle considera que seu programa só terá êxito se permitir ao falante e ao ouvinte “(...) restringir a gama de possíveis valores ‘R’ ao valor real e verdadeiro de ‘R’” (SEARLE, 1990,

<sup>80</sup> “Go back to the ‘S’-term and see which of the many candidates for the values of ‘R’ are likely or even possible features of ‘S’.” – Tradução nossa.

<sup>81</sup> “(...) on which the hearer can tell that an utterance probably has a metaphorical meaning (...).” – Tradução nossa.

<sup>82</sup> “(...) patent falsity is the usual case with metaphor.” – Tradução nossa.

p.426)<sup>83</sup>. Se a aplicação do programa de Searle não resultar no valor real e verdadeiro de “R”, então qualquer interpretação da fórmula “S é um P significa que S é um R” deveria ser expressa no modo subjuntivo e não no modo indicativo.

Enquanto Davidson apresenta um tratamento semântico da metáfora que é consistente com a sua teoria geral do significado, Searle explica esses tropos dentro da teoria pragmática da conversação de Grice. Apesar de diferenças significativas, Searle e Davidson concordam em que “não há um sentido importante em que sentenças usadas metaforicamente têm um sentido metafórico” (SEARLE, 1990, p.422)<sup>84</sup>. Ambos os filósofos enfatizam que na expressão de uma metáfora, a sentença mantém seu significado literal cujo entendimento, por sua vez, constitui uma *conditio sine qua non* para que a metáfora seja entendida.

Tanto Davidson quanto Searle negam que as metáforas signifiquem, semanticamente, qualquer coisa diferente do que significam literalmente. Entretanto, Searle afirma seus diferentes significados pragmáticos e desenvolveu um sistema que, segundo ele acredita, permitirá ao ouvinte deduzir o SPM do SEM. Em outras palavras, com base no sentido literal da expressão metafórica, Searle tenta calcular ou deduzir o que o falante pretende comunicar por meio dessa expressão.

Procedimentos como os que foram trazidos por Searle são baseados na ideia de que, na metáfora, certas palavras assumem significados novos, mais estendidos, como vimos no capítulo anterior nos exemplos de Davidson de “face” em “face das águas” e “criança” em “Tolstói era uma criança”. Ambas as expressões soam aos nossos ouvidos como claramente falsas, ou seja, tanto “face” quanto “criança” não parecem estar corretamente empregadas nesse contexto. Se fossem corretamente empregadas, então as águas teriam rosto(s) e Tolstói (o adulto) era uma criança.

Enquanto Searle e Davidson concordam que a falsidade patente é o caso usual da metáfora, existe uma importante diferença entre os dois filósofos referente ao que essa falsidade implica. Searle, por um lado, especifica que

---

<sup>83</sup> “(...) to restrict the possible values of ‘R’ to the actual value of ‘R’.” – Tradução nossa.

<sup>84</sup> “(...) there is no important sense in which sentences used metaphorically have a metaphorical meaning.” Tradução nossa.

uma expressão que é defeituosa quando tomada literalmente deve impelir o ouvinte a procurar um SPM que difere do SEM. Davidson, por outro lado, não acredita que tal sentença possa significar (no sentido de significado não-natural) alguma coisa além do que ela significa literalmente.

Considere o seguinte diálogo:

Pessoa A: “Sam é um porco.”

Pessoa B: “Sim, eu concordo.”

A expressão de A, que é da forma “S é P”, é falsa se tomada literalmente. De acordo com Searle, a pessoa B terá que passar por todas as características aceitas como verdadeiras e efetivas de “P” até que encontre o valor “R” correto. (O que exatamente torna o valor “R” um valor “R correto” será discutido nas próximas páginas.) Davidson, por seu lado, percebe que a expressão “Sam é um porco” é falsa (quando tomada literalmente) e encerra o assunto nesse ponto. Em sua opinião, não existe valor “R” a ser encontrado, nenhum sentido metafórico a ser detectado, já que “Sam é um porco” significa exatamente o que diz, i.e., Sam é um porco.

É interessante perceber, seguindo as ideias de Davidson, que a conversa acima mencionada pode ter sido praticamente a mesma. A questão é: por que alguém concordaria com uma sentença falsa? Pois isso é, basicamente, o que Davidson parece estar nos pedindo. Ele argumenta que “(o significado ordinário no contexto de uso é estranho o suficiente para nos impelir a desconsiderar a questão de verdade literal” (DAVIDSON, 1990, p.437)<sup>85</sup>. Se a verdade literal não serve como critério com base na qual nós vamos ou não vamos dar uma resposta afirmativa, então o que serve?

## 2.6 UM CASO EXEMPLAR

Consideremos o seguinte exemplo para interpretar o enunciado:

Ao chamar alguém de “Sherlock” podemos asseverar que uma pessoa é como Sherlock Holmes no sentido de que tem poderes dedutivos similares aos do famoso investigador (o fato de que esta expressão também é usada para

---

<sup>85</sup> Davidson, D., What Metaphors Mean, p. 437: “(...) the ordinary meaning in the context of use is odd enough to prompt us to disregard the question of literal truth.” – Tradução nossa.

expressar ironia não será, por enquanto, objeto de nosso interesse). Parece absurdo pensar que alguém que chama outra pessoa de ‘Sherlock’ se refere às suas vãs tentativas de tocar violino. Se, por outro lado, temos alguém que tenta tocar violino e o faz de modo bastante amadorístico, isso pode levar o falante a lembrar dos esforços musicais fúteis do Sr. Holmes. Então ele pode dizer: “Veja, ali está Sherlock Holmes”. Se a pessoa referida usasse o típico chapéu de Holmes, ou fumasse um cachimbo curvo, então a metáfora estaria se valendo de algo que poderíamos chamar de “características bem conhecidas” daquele homem. Um ouvinte que não conhecesse Holmes muito bem não entenderia o que o tocador de violino e o detetive têm em comum. Alguém que só conhecesse Holmes por fotografias poderia não entender que a metáfora pretende chamar a atenção para os poderes dedutivos de ‘S’. Finalmente, alguém que nunca tivesse ouvido falar de Sherlock Holmes não saberia o que pensar daquele enunciado. Talvez nem sequer a reconhecesse como uma metáfora, e a tomasse por uma apresentação.

Vemos que a construção e a compreensão de metáforas dependem de uma variedade de parâmetros. Searle argumenta que “deve haver algumas estratégias em comum que permitam ao falante e ao ouvinte, dado o seu conhecimento do termo ‘S’ (...), restringir a amplitude de valores possíveis de ‘R’ ao valor real de ‘R’” (SEARLE, 1990, p.426)<sup>86</sup>. É óbvio, como coloca Searle “(...) que somente aqueles valores possíveis de ‘R’ que determinam propriedades possíveis de ‘S’, podem ser valores reais de ‘R’” (SEARLE, 1990, p.426)<sup>87</sup>. Consideramos que esses pontos pedem uma discussão mais abrangente.

Searle não declara explicitamente se ser uma propriedade possível de ‘S’ é apenas uma condição necessária ou uma condição necessária e suficiente, que, quando satisfeita, torna o valor possível de ‘R’ um valor real de ‘R’. Se é uma condição necessária e suficiente, então o número de valores ‘R’ reais é igual ao número de similaridades entre ‘S’ e ‘P’. Iremos nos referir a esse uso de valores reais ‘R’ como sendo o mais amplo sentido do termo. Se o

---

<sup>86</sup> “(...) there must be some shared strategies that enable the speaker and the hearer, given their knowledge of the ‘S’-term (...), to restrict the range of possible values of ‘R’ to the actual value of ‘R’.” – Tradução nossa.

<sup>87</sup> “(...) that only those possible values of ‘R’ which determine possible properties of ‘S’, can be actual values of ‘R’.” – Tradução nossa.

objetivo de Searle é determinar quais são as similaridades entre ‘S’ e ‘P’ que o falante tinha em mente ao fazer o enunciado, então *ser-a-possível-propriedade-de-S-que-o-falante-tinha-em-mente-quando-fez-o-enunciado* é a condição necessária e suficiente a qual, quando satisfeita, constitui um valor real ‘R’. Iremos nos referir a esse uso do valor real de ‘R’ como o mais restrito sentido do termo.

Não vemos como o processo de Searle ou qualquer outro processo de restrição poderia determinar valores reais ‘R’ no sentido mais estrito. Esse objetivo só parece ser viável se o ouvinte souber qual propriedade o falante tinha em mente quando enunciou a metáfora. Parece mais realista requerer do programa de Searle, e, para esta finalidade, de qualquer outro programa para inferir o SPM, que este determine os valores ‘R’ reais no sentido mais amplo. Se o processo de restrição produzir tal valor, então esse valor será a similaridade que o falante tinha em mente, desde que falante e ouvinte, *de facto*, tenham compartilhado princípios de calcular e restringir possíveis valores ‘R’. Se o cálculo produzir mais do que um valor, então pelo menos um, senão mais, desses valores representará o que o falante tinha em mente. Esse parece ser um resultado suficientemente bom de semelhante esquema.

Já vimos que metáforas podem se servir de crenças falsas, mas comumente aceitas, ou crenças falsas mutuamente aceitas pelo falante e por quem o ouve, mesmo que só eles mantenham essas crenças falsas; outras metáforas podem tirar vantagem de mitos ou folclore que a comunidade saiba que são falsos, como é o caso dos elefantes e sua memória infalível.

Por causa de diferenças naquilo que poderia ser considerado uma característica saliente de ‘P’ em ‘S é P’, podem existir algumas ‘características do falante’ que não são compartilhadas pelo ouvinte, algumas ‘características do ouvinte’ que não são compartilhadas pelo falante, e algumas características compartilhadas por ambos. Se o falante e o ouvinte acreditam que diferentes ‘P’s têm a mesma amplitude ou uma amplitude similar de valores ‘R’, podem usar esses diferentes ‘P’s para se referirem ao mesmo valor ‘R’.

Se, porém, acreditarem que o mesmo ‘P’ constitui diferentes escopos de valores ‘R’, podem usar aquele mesmo ‘P’ para se referirem a diferentes valores ‘R’. A expressão ‘ser como um boi numa loja de louças’, por exemplo, tem a mesma conotação que no dito alemão “*wie ein Elefant im Porzellanladen*”

(como um elefante numa loja de porcelanas). Embora a loja seja a mesma, atribuímos um comportamento similar a animais diferentes. Por mais que diferentes 'P's possam ter as mesmas características salientes, diferentes características podem ser associadas ao mesmo 'P'. Desse modo, uma raposa não só pode ser considerada astuciosa, mas também muito rápida, e uma tartaruga pode ser tida como lenta mas também sábia. Ao invés, se tanto o falante quanto o ouvinte já conhecem 'S' através de ocasiões diferentes ou de diferentes modos, e a restrição de valores possíveis de 'R' é baseada no conhecimento do termo 'S' pelo falante e pelo ouvinte, eles poderão atribuir diferentes características de 'P' a 'S', mesmo que concordem com a mesma amplitude de valores 'R'. Se aquele que ouve não conhece o 'S' referido, não há nenhum critério de restrição.

Não temos certeza do que Searle quer dizer com “possível amplitude de valores”, ou seja, com a palavra “possível”. Isso dá a impressão de que ele admite que qualquer característica ou coisa de 'P' em 'S é P' nos faz lembrar um possível valor 'R', não importando se isto seja verdadeiro do objeto por definição, contingentemente verdadeiro, ou simplesmente verdadeiro por ter sido declarado ou acreditado ser verdadeiro. Ele também admite características que 'P' não possui ou que nem mesmo são parecidas com qualquer característica que 'P' possua.

Isso certamente é genérico demais. Parece plausível supor que haja alguma condição no sentido de que a coisa trazida à memória fosse intencionada pelo falante. Isso evita rotular como metáfora todos os tipos de associações aleatórias e particulares que o falante não tem a intenção de provocar na mente do ouvinte, e que ele (o falante) pode nem sequer conhecer.

Se nós incondicionalmente seguíssemos esse conceito de 'trazer à memória', o falante e o ouvinte poderiam comparar grupos completamente diferentes de valores 'R' a 'S'. Embora seus conhecimentos de 'S' possam tornar alguns dos possíveis valores de 'R' em valores reais de 'R', eles, os interlocutores, acabariam atribuindo diferentes características de 'P' ao 'S'. Searle estava obviamente ciente desses problemas. Ele enfatiza que a fim de inferir o SPM dos enunciados metafóricos “é necessário existir algum princípio compartilhado [pelos interlocutores] que associa o termo 'P' (se o significado,

as condições de verdade, ou a denotação se houver alguma) com um grupo de possíveis valores de 'R'" (SEARLE, 1990, p.426)<sup>88</sup>.

Searle ressalta que o âmago do problema da metáfora é articular esses princípios. Enquanto Searle enumera oito princípios, ele supõe que existam outros. Os princípios mencionados por Searle são:

1. "Coisas que são *P* são, por definição, *R*."<sup>89</sup>
2. "Coisas que são *P* são, contingentemente *R*."<sup>90</sup>
3. "Coisas que são *P* são frequentemente ditas ou acreditadas que são *R*, apesar de que tanto o falante quanto o ouvinte saibam que *R* é falso com relação à *P*."<sup>91</sup>
4. "Coisas que são *P* não são *R*, nem são parecidas com coisas *R*, nem se acredita que sejam *R*, entretanto é um fato de nossa sensibilidade, se culturalmente ou naturalmente determinado, que sim percebemos uma conexão e que, na nossa mente, o enunciado de *P* é associado com propriedades de *R*."<sup>92</sup>
5. "Coisas *P* não são como coisas *R*, e não se acredita que sejam como coisas *R*. Não obstante, a condição de ser *P* é como a condição de ser *R*."<sup>93</sup>
6. "Existem casos nos quais *P* e *R* são iguais ou parecidos em [termos] de significado, mas nos quais um, usualmente *P*, é restringido em sua aplicação e não aplica literalmente ao [termo] *S*."<sup>94</sup>
7. "Este não é um princípio separado, mas uma forma de aplicar princípios 1 a 6 aos casos simples que não sejam da forma "*S* é *P*" mas sim metáforas de

---

<sup>88</sup> "(...) there must be some shared principle that associates the 'P'-term (whether the meaning, the truth conditions, or the denotation if there is any) with a set of possible values of 'R'." – Tradução nossa

<sup>89</sup> Searle, 1990, p. 423: "Things which are *P* are by definition *R*." – Tradução nossa.

<sup>90</sup> Searle, 1990, p. 423: "Things which are *P* are contingently *R*." – Tradução nossa.

<sup>91</sup> Searle, 1990, p. 424: "Things which are *P* are often said or believed to be *R*, even though both speaker and hearer may know that *R* is false of *P*". - Tradução nossa.

<sup>92</sup> Searle, 1990, p. 424: "Things which are *P* are not *R*, nor are they like *R* things, nor are they believed to be *R*, nonetheless it is a fact about our sensibility, whether culturally or naturally determined, that we just do perceive a connection, so that utterance of *P* is associated in our minds with *R* properties." – Tradução nossa.

<sup>93</sup> Searle, 1990, p. 424: *P* things are not like *R* things, and are not believed to be *R* things, nonetheless the condition of being *P* is like the condition of being *R*. – Tradução nossa.

<sup>94</sup> Searle, 1990, p. 424: "There are cases where *P* and *R* are the same or similar in meaning, but where one, usually *P*, is restricted in its application, and does not literally apply to *S*. – Tradução nossa.

relação e metáforas de outras formas sintáticas como os que envolvem verbos e adjetivos predicativos.”<sup>95</sup>

- 8.“De acordo com meu relato de metáfora, torna-se uma questão de terminologia se queremos explicar metonímia e sinédoque como casos especiais de metáfora ou como tropos independentes. (...). Em cada caso, tanto quanto na própria metáfora, o conteúdo semântico do termo *P* transmite o conteúdo semântico do termo *R* por meio de algum princípio de associação.”<sup>96</sup>

Concordamos com Searle que, se todos os seus requisitos fossem satisfeitos, o ouvinte poderia determinar o SPM de enunciados metafóricos na proporção em que isto seja possível pelo cálculo de valores reais de ‘R’, no sentido mais amplo. O que parece estar faltando, entretanto, é um critério segundo o qual os interlocutores possam determinar se, de fato, compartilham ou não desses princípios, ou se pelo menos um dos valores ‘R’ computados efetivamente representa o que o falante quis dizer com o seu enunciado. Mais adiante discutiremos se é de todo possível formular semelhante critério e até que ponto a teoria da metáfora de A. P. Martinich e as regras de conversação de H. P. Grice, poderiam ser de alguma ajuda nesse empreendimento.

Por enquanto, constatamos que Searle concorda com Davidson na rejeição da noção de significado metafórico com relação às sentenças. Ambos concordam que o enunciado metafórico pertence ao âmbito do uso. Enquanto Searle argumenta que a comunicação de um enunciado metafórico postula um tipo de mecanismo cognitivo que computa algo que ele chama de significado metafórico, Davidson rejeita a noção de significado metafórico não somente com relação às sentenças, mas sim, *per se*. Segundo Davidson, o efeito causado pelo enunciado metafórico não é de caráter proposicional, enquanto Searle reconhece que SEM e SPM podem ser diferentes (como, segundo ele, é o caso nas metáforas), Davidson implicitamente rejeita a noção de SPM.

<sup>95</sup> Searle, 1990, p. 424: “This is not a separate principle but a way of applying principles 1 through 6 to simple cases which are not of the form “*S is P*” but relational metaphors of other syntactical forms such as those involving verbs and predicate adjectives.” – Tradução nossa.

<sup>96</sup> Searle, 1990, p. 425: “According to my account of metaphor, it becomes a matter of terminology whether we want to construe metonymy and synecdoche as special cases of metaphor or as independent tropes. (...). In each case, as in metaphor proper, the semantic content of the *P* term conveys the semantic content of the *R* term by some principle of association.” – Tradução nossa.

Para Searle, o problema de explicar como a metáfora funciona parece um caso especial do problema mais genérico de como explicar que SPM e SEM se descolaram, por assim dizer. Isto, porém, nos leva a fazer várias perguntas: Até que ponto SEM e SPM ficaram colados? Qual a causa de seu descolamento? De que forma eles ficam conectados? Searle especifica que a tarefa de uma teoria da metáfora consiste em explicar os princípios que relacionam SEM e SPM: “Nossa tarefa em construir uma teoria de metáfora é tentar formular os princípios que relacionam o significado literal da sentença [SEM] ao significado metafórico do enunciado [SPM]” (SEARLE, 1990, p.408)<sup>97</sup>. Searle esclarece que este fenômeno do descolamento entre SEM e SPM também existe nas instâncias da ironia e de atos de fala indiretos.

A ironia e os atos de fala indiretos são algumas outras instâncias da quebra entre o significado do enunciado proferido pelo falante [SPM] e o significado literal da sentença [SEM]. Em cada um desses casos o que o falante quer dizer não é idêntico ao que a sentença significa; o que ele quer dizer [SPM], porém, depende de várias maneiras do que a sentença significa [SEM] (SEARLE, 1990, p.408)<sup>98</sup>.

Searle explica que o mecanismo da ironia é similar ao da metáfora no sentido de que o enunciado, se tomado literalmente, é inadequado na situação contextual e que, para sua interpretação, prevalecem os princípios de conversação (que discutiremos no capítulo seguinte) e as regras gerais dos atos de fala. O que diferencia a ironia da metáfora, porém, é que na ironia, a interpretação literal é tão grosseiramente inapropriada, que o ouvinte se sente compelido a reinterpretar o enunciado de tal maneira que se torne apropriado. E a forma mais natural de fazer isso é, segundo Searle, interpretar o SPM como significando o oposto de SEM (SEARLE, 1990, p. 426).

O caso do ato indireto de fala, porém, difere tanto da metáfora quanto da ironia, no sentido de que, nesse ato, o falante quer dizer (SPM) o que diz (SEM) (SEARLE, 1990, p. 427). A relação de SEM e SPM, neste caso, parece, *prima facie*, uma relação de igualdade, por assim dizer, isto é, SEM = SPM. Searle ressalta, porém, que nesses atos indiretos de fala, o falante quer dizer o

<sup>97</sup> “Our task in constructing a theory of metaphor is to try to state the principles which relate literal sentence meaning to metaphorical utterance meaning.” – Tradução nossa.

<sup>98</sup> “Some other instances of the break between speaker’s utterance meaning and literal sentence meaning are irony and indirect speech acts. In each of these cases, what the speaker means is not identical with what the sentence means, and yet what he means is in various ways dependent on what the sentence means.” – Tradução nossa.

que diz a sentença, e mais do que diz a sentença. A pergunta: “Você sabe que horas são?”, por exemplo, mostra como funciona esse ato indireto. Em primeiro lugar se supõe que o ouvinte reconhece o enunciado como um ato indireto de fala. Ele, então, é impelido a procurar significados alternativos. Em segundo lugar, conhecendo as regras dos atos de fala, o ouvinte sabe que sua capacidade de dizer que horas são é uma condição preparatória desse ato de fala em lhe pedir que faça exatamente isso. Portanto, ele pode inferir que a pergunta do falante é uma forma cortês de lhe pedir que realize o ato de informar que horas são. (Searle, *Metaphor*, p. 428). Isto torna a *prima facie* igualdade da forma  $S = P$  em  $S \geq P$ , ou seja,  $S$  é igual e maior do que  $P$ .

O ciclo vital das metáforas, que começa com o nascimento desses tropos e que passa pelos estados da metáfora complexa, da metáfora simples, até seu estado final, o da metáfora morta, será discutido no terceiro capítulo deste trabalho.

## 2.7 SEARLE E OS PASSOS PARA A INTERPRETAÇÃO DA METÁFORA

Searle enumera três passos no processo interpretativo da metáfora: Primeiro, o ouvinte precisa de uma estratégia para decidir se deve (ou não) procurar uma interpretação metafórica da sentença em questão. Segundo, ele precisa de princípios para computar possíveis valores de ‘R’ e, terceiro, o ouvinte precisa de uma estratégia (ou um conjunto de estratégias) para restringir a gama de possíveis valores de ‘R’ ao ‘R’ que o falante está provavelmente atribuindo a ‘S’. Referente ao primeiro passo, Searle explicita que “Os defeitos que dão pistas para o ouvinte podem ser, falsidades óbvias, absurdos semânticos, violações das regras dos atos de fala, ou violações dos princípios conversacionais de comunicação” (SEARLE, 1990, p.422)<sup>99</sup>.

Esse primeiro passo tem como base a abordagem de Grice sobre as máximas de comunicação e a própria teoria dos atos de fala de Searle. Parece que a maioria das metáforas satisfaz o modelo da falsidade óbvia, já que,

---

<sup>99</sup> “The defects which cue the hearer may be obvious falsehoods, semantic nonsense, violations of the rules of speech acts, or violations of conversational principles of communication.” – Tradução nossa.

quando consideradas literalmente, essas metáforas são falsas até o ponto de causar confusão conceitual. Porém, Searle, tanto quanto Davidson, reconhece que há uma quantidade de metáforas que, sob qualquer condição, não são falsas. Suas respectivas verdades parecem banais, devido a serem óbvias ou tautológicas.

Para o segundo passo, Searle nos dá oito princípios para computar 'R' dado que 'P', ou seja, "uma variedade de princípios segundo os quais o enunciado de *P* pode trazer à mente o significado *R* de [várias] maneiras que são peculiares para metáfora" (SEARLE, 1990, p.426)<sup>100</sup>. Searle também menciona que esses princípios funcionam para a metonímia e a sinédoque, independente se consideramos estes tropos serem uma espécie de metáfora ou não (SEARLE, 1990, p. 425).

Para o terceiro passo, Searle fornece uma estratégia, dizendo que o ouvinte tem de valer-se de seu conhecimento de 'S' e 'P' para escolher os candidatos plausíveis para a respectiva predicação metafórica.

Searle afirma que

Dado que o falante e o ouvinte têm conhecimento linguístico e factual suficiente para capacitá-los de comunicar enunciados literais [SEM], os (...) princípios são individualmente necessários e coletivamente suficientes para capacitar tanto ao falante quanto o ouvinte a formar e compreender enunciados da forma 'S é P', onde o falante quer dizer metaforicamente que S é R (onde  $P \neq R$ ) (SEARLE, 1990, p.426)<sup>101</sup>.

Desse ponto de vista, Searle declara – à la Grice e em oposição ao que acima chamamos de 'rigoroso Davidson' – que existe significado metafórico, porém, não como SEM, mas sim como SPM e que este SPM é comunicado por meio dos enunciados em questão. Isto nos leva à questão de se é possível parafrasear metáforas.

Referente a parafraseabilidade desses tropos, Searle explica que a pergunta se todos enunciados metafóricos podem ser parafraseados por meio de um enunciado literal acarreta uma resposta trivial. Ou a resposta é

<sup>100</sup> "(...) a variety of principles according to which the utterance of *P* can call to mind the meaning *R* in ways that are peculiar to metaphor." – Tradução nossa.

<sup>101</sup> "Given that a speaker and a hearer have shared linguistic and factual knowledge sufficient to enable them to communicate literal utterance[s], the (...) principles are individually necessary and collectively sufficient to enable speaker and hearer to form and comprehend utterances of the form 'S is *P*,' where the speaker means metaphorically that S is R (where  $P \neq R$ )." – Tradução nossa.

trivialmente sim se interpretamos a pergunta de uma forma ou, se interpretada de outra forma, ela é trivialmente não. Se interpretarmos a pergunta como

Será que é possível encontrar ou inventar uma expressão que expressa exatamente o significado metafórico intencionado [pelo falante]  $R$  [SPM], no sentido das condições de verdade de  $R$ , para qualquer expressão metafórica da forma ' $S$  é  $P$ ', onde, o que é significado é que  $S$  é  $R$ ? (SEARLE, 1990, p.428)<sup>102</sup>

a resposta é trivialmente sim, já que ela segue trivialmente o princípio da expressibilidade (*Principle of Expressibility*) (SEARLE, 1990, p. 428). "O princípio da expressibilidade diz: qualquer significado [SPM] pode ser dito [SEM]" (SEARLE, 1990, p.428)<sup>103</sup> (Discutiremos esse princípio de forma mais detalhada no terceiro capítulo deste trabalho.)

Se interpretarmos a pergunta como "Será que todas as linguagens existentes nos fornecem os artifícios para expressar literalmente o quer que seja que desejamos expressar em qualquer metáfora dada?" (SEARLE, 1990, p.428)<sup>104</sup>, a resposta é trivialmente não. Searle justifica esta resposta, argumentando que, em primeiro lugar, emprega-se metáforas exatamente porque não há expressão literal que diz (SEM) o que o falante quer dizer (SPM) e, em segundo lugar, o falante faz mais do que dizer que  $S$  é  $R$ . Como mostra o quadro dos enunciados metafóricos, em Figura 1, ao declarar que  $S$  é  $R$ , o falante quer dizer o SPM via  $S$  é  $P$  (SEM). Sem usar a expressão metafórica não reproduzimos o conteúdo semântico que ocorre no processo cognitivo do ouvinte ao compreender o enunciado. É nesse sentido que metáforas são intrinsecamente não parafraseáveis (SEARLE, 1990, p. 428).

Searle conclui que

O melhor que podemos fazer ao parafrasear, é reproduzir as condições de verdade do enunciado metafórico [SPM], porém, o enunciado metafórico faz mais do que somente transmitir suas condições de verdade. Ele transmite suas condições de verdade por meio de outro conteúdo semântico, cujas condições de verdade não

<sup>102</sup> "Is it possible to find or to invent an expression that will exactly express the intended metaphorical meaning  $R$ , in the sense of the truth conditions of  $R$ , for any metaphorical utterance of ' $S$  is  $P$ ', where what is meant is that  $S$  is  $R$ ?" – Tradução nossa.

<sup>103</sup> "(...) the principle of expressibility says: whatever can be meant can be said." – Tradução nossa.

<sup>104</sup> Ibid., p. 428: "Does every existing language provide us exact devices for expressing literally whatever we wish to express in any given metaphor?" – Tradução nossa.

fazem parte das condições de verdade do enunciado (SEARLE, 1990, p.428)<sup>105</sup>.

A dificuldade em parafrasear um enunciado metafórico (SPM), então, consiste em ter que desenhar outro enunciado literal (SEM) o que faz com o ouvinte chegue a uma gama de possíveis valores  $R$  para o novo  $P$  em 'S é P' da paráfrase e, subsequentemente, restringir a gama de possíveis valores de  $R$  ao valor atual de  $R$ , que o falante pretendeu transmitir com o enunciado literal original.

No capítulo seguinte, comentamos criticamente as duas abordagens das metáforas apresentadas respectivamente nos capítulos até aqui organizados. Argumentamos que a teoria causal (Davidson) e a teoria pragmática (Searle) podem ser combinadas em uma teoria que respeita a maioria dos respectivos pontos de vista.

---

<sup>105</sup> Ibid., p. 428: "The best we can do in the paraphrase is reproduce the truth-conditions of the metaphorical utterance, but the metaphorical utterance does more than just convey its truth conditions. It conveys its truth-conditions by way of another semantic content, whose truth conditions are not part of the truth conditions of the utterance." - Tradução nossa

### 3 DAVIDSON E SEARLE: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS

Neste capítulo almejamos comentar criticamente tanto a aproximação semântica de Davidson quanto a abordagem pragmática de Searle. Pretendemos discutir até que ponto os princípios de Searle podem ser fortalecidos pela formulação de uma premissa verdadeira e o conceito das expectativas costumeiras, ambos sugeridos por A. P. Martinich. Argumentamos que nenhuma teoria pragmática da metáfora pode prover uma maneira segura de determinar o significado pretendido pelo falante quando de sua utilização. Ao contrário, pelo fato de ser baseada numa pragmática, sua implicação pode ficar escondida e este fato, por sua vez, também pode ficar escondido, ou seja, despercebido pelos interlocutores. Referente a Davidson, argumentamos que existe, *prima facie*, uma contradição entre as duas pressuposições que formam a base para sua abordagem das metáforas. Em uma breve justaposição da teoria semântica com a teoria pragmática mostramos as divergências e as convergências entre ambas as aproximações. Argumentamos que a teoria causal (Davidson) e a teoria pragmática (Searle) podem confluir em uma teoria que respeita a maioria dos respectivos pontos de vista. Ressaltamos que tal síntese pressupõe reconhecer como aceitável a ideia de que existe um ciclo vital para esses tropos. Por um lado, quanto mais perto a metáfora se encontra do começo desse ciclo vital, mais aplicável parece a teoria causal; por outro lado, quanto mais próximo ela se encontra ao final desse ciclo, mais aplicável parece ser a teoria pragmática.

#### 3.1 FORMULAÇÃO DE UMA PREMISA

Em seu artigo *A Theory for Metaphor*, Martinich afirma que sua teoria da metáfora é logicamente mais substancial que a de Searle: “a minha teoria é logicamente mais forte do que a de Searle em três aspectos importantes” (MARTINICH, 1996, p. 436)<sup>106</sup>. Martinich parece, de fato, ser logicamente mais substancial na medida em que ele, por um lado, não só busca uma inferência

---

<sup>106</sup> “My theory is logically stronger than Searle’s in three important ways.”

válida, isto é, uma premissa que em conjunção com a metáfora acarretará na conclusão, mas também, por outro lado, especifica condições para que as características que incluímos na premissa fossem intencionadas pelo falante e, com base nisso, a conclusão é supostamente verdadeira no sentido de que o SPM calculado corresponde ao SPM real.

Primeiro. (...). Meu ponto de vista é mais forte no que eu reivindico que todas as metáforas *standard* desconsideram uma máxima [de Grice], a máxima da qualidade e todas as metáforas não-standard devem ser consideradas como a infringindo. Segundo. Searle não esclarece se o falante, ao enunciar uma sentença S, está dizendo que S ou somente parecendo dizê-lo. Eu argumento em favor do último ponto de vista, explicando também como o falante comunica [SPM] algumas partes do que diz [SEM]. Terceiro. Eu especifico que as premissas adicionadas à metáfora, com a finalidade de inferir para que serve a metáfora, são restringidas por três princípios: elas têm de envolver características ou propriedades que são salientes do termo metafórico; elas devem satisfazer a máxima de relação, sendo relevantes para o tópico da conversação; e devem ajudar a formar uma premissa que acabe produzindo uma conclusão verdadeira (MARTINICH, 1996, p. 436)<sup>107</sup>.

O requisito mais importante na abordagem de Martinich, e mais relevante para nossa análise, é o terceiro princípio do terceiro ponto, que visa a construção de um silogismo válido na inferência do SPM. Entretanto, ao compararmos a teoria de Martinich com a de Searle, não devemos voltar nossa atenção exclusivamente para requisitos formais, mas também perguntar - o que é de igual importância - se as restrições colocadas, tanto por Searle quanto por Martinich, na prática, ajudam a determinar o SPM. Em outras palavras, devemos comparar a aplicabilidade de ambas as teorias.

Martinich argumenta que as premissas adicionadas à metáfora devem envolver características salientes do termo P que são relevantes para o tópico da conversação, ou seja, que observem a máxima da relação, e que ajudem a chegar a uma conclusão verdadeira.

---

<sup>107</sup> "First. (...). My view is stronger in that I claim that all standard metaphors flout one maxim, the maxim of quality and all nonstandard metaphors must be supposed to contravene it. Second. Searle does not make clear whether, when a speaker utters a sentence s metaphorically, he is saying-that s or only making-as-if-to-say it. I have argued for the latter view, while also explaining how a speaker communicates some parts of what he says. Third. I have specified that the premises that are added to the metaphor, in order to infer what the point of the metaphor is, are constrained by three principles: they must involve features or properties that are salient to the metaphorical term; they must fulfill the maxim of relation by being relevant to the topic of the conversation; and they must help form a premise that ends to yield a true conclusion." – Tradução nossa.

A “máxima de relação” é uma das máximas da teoria de conversação de Grice. Antes de seguir com nossa análise de Martinich, explicaremos o princípio de cooperação de Grice que influenciou tanto a abordagem de Martinich quanto a de Searle no que se refere aos atos de fala, de forma geral, e à interpretação das metáforas, de forma mais específica.

Grice se interessava pelo uso da lógica na vida cotidiana. Partindo da lógica formal, que nos permite fazer inferências, ele transfere a noção da “implicação” do âmbito da lógica formal para o da lógica conversacional. Grice explica que tanto como os axiomas ou premissas da lógica formal implicam certas conclusões, nossos enunciados também têm essa força de implicação. Grice chama esse tipo de implicação, de forma geral, de “implicação não-convencional” (*nonconventional implicatures*) e, voltado às conversações, denomina este subconjunto como “implicações conversacionais” (*conversational implicatures*).

Em seu artigo *Logic and conversation*, Grice argumenta que a base lógica de nossas inferências nas conversações cotidianas é o princípio de cooperação. Supõe-se que esse princípio seja compartilhado pelos interlocutores tanto quanto se espera dos interlocutores aderirem a ele. Grice formula esse princípio da seguinte maneira: “faça sua contribuição conversacional tal como requerido, no estágio em que ocorra, segundo a finalidade aceita ou direção do intercâmbio verbal no qual esteja envolvido” (GRICE, 1990a, p.151)<sup>108</sup>.

Grice divide o princípio de cooperação em quatro categorias e, dentre elas, distingue duas “super máximas” e nove “máximas”:

A categoria de *quantidade* refere-se à quantidade de informação que deve ser fornecida e nela caem as seguintes máximas: (1) Faça sua contribuição tão informativa quanto é requerido (para a finalidade atual do intercâmbio). (2) Não faça com que sua contribuição seja mais informativo de que requerido. (...) Na categoria da *qualidade* cai a super-máxima - ‘Tente que a sua contribuição seja verdade’ – e duas máximas mais específicas: 1. Não diga o que você acredita ser falso. 2. Não diga nada a não ser que tenha evidência adequada. Na categoria de *relação* coloco uma única máxima (...), ‘Seja relevante’. (...). Finalmente, na categoria do modo, que eu compreendo como se referindo não ao que é dito (como as categorias anteriores), mas sim, ao *como* deve ser dito o que é dito, eu coloco a super máxima – ‘Seja

<sup>108</sup> “Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged.” – Tradução nossa.

perspícuo' – e várias máximas como: 1. Evite obscuridade de expressão. 2. Evite ambiguidade. 3. Seja conciso (evite prolixidade desnecessária). 4. Seja metódico. E, possivelmente, pode-se precisar de outros mais (GRICE, 1990a, p.152)<sup>109</sup>.

Essas máximas ou, mais precisamente, a violação delas, formam a base para as inferências que fazemos em conversação. Grice (1990, p.150) explica que diferentes formas de violar essas máximas originam diferentes tipos de implicaturas<sup>110</sup>.

Vimos que Searle, em *Metaphor*, enfatiza a importância do conhecimento de 'S' e 'P' tanto pelo ouvinte quanto pelo falante, o que constitui a *conditio sine qua non* para poder cumprir com a super-máxima 'Tente que a sua contribuição seja verdade', da categoria de qualidade. Ele, porém, não faz menção à máxima da relação. Embora pareça que o requisito de ser relevante em relação ao tópico seja aplicável em grau proporcional à quantidade de contexto em qual se encontra a metáfora e somente se a metáfora não se encontrar em contexto zero, seu efeito restritivo ajudará o ouvinte a restringir ainda mais a amplitude de características 'p' se o tropo estiver embutido em, pelo menos, algum tipo de contexto que seja maior do que zero, por assim dizer.

Andrew Ortony (1987) confirma a importância do contexto na busca ou cálculo do SPM. Se, por exemplo, alguém responder a um pedido de gasolina dizendo que há um posto logo virando a esquina, em violação superficial da máxima 'seja relevante', podemos facilmente restaurar a pressuposição de que a relevância está sendo respeitada ao considerarmos que o falante implicitamente disse que o posto está aberto, que vende gasolina, que a esquina está próxima e assim por diante. Ortony (In: GREGORY, 1987, p.479)

<sup>109</sup> "The category of *Quantity* relates to the quantity of information to be provided, and under it fall the following maxims: (1) Make your contribution as informative as is required (for the current purpose of the exchange). (2) Do not make your contribution more informative than is required. (...). Under the category of *quality* falls a super-maxim – 'Try to make your contribution one that is true' – and two more specific maxims: 1. Do not say what you believe to be false. 2 Do not say that for which you lack adequate evidence. Under the category of *Relation* I place a single maxim, (...), 'Be relevant.' (...). Finally, under the category of *Manner*, which I understand as relating not (like the previous categories) to what is said but, rather, to *how* what is said is to be said, I include the super-maxim – 'Be perspicuous' – and various maxims such as: 1. Avoid obscurity of expression. 2. Avoid ambiguity. 3. Be brief (avoid unnecessary prolixity). 4. Be orderly. And one might need others." – Tradução nossa.

<sup>110</sup> Grice usa o termo 'implicatura' (*implicature*) ao invés de 'implicação' (*implication*) para distinguir o primeiro, ou seja, as inferências conversacionais, do segundo, isto é, das inferências da lógica formal. (Grice, *Logic and Conversation*, p. 150.)

escreve que leva mais tempo para as pessoas decifrarem a linguagem “que não está bem integrada ao contexto, seja ela literal ou metafórica, e que nas circunstâncias apropriadas a linguagem metafórica é processada tão rapidamente e facilmente quando a linguagem literal (...)”<sup>111</sup>, e, poderíamos acrescentar, tão diretamente quanto ela. O princípio da relevância, contudo, não ajudará muito se a metáfora se encontrar fora do contexto.

Em um estudo sobre a interpretação de novas metáforas, Bruce Fraser descobriu que a questão básica – se uma metáfora em contexto zero recebe uma interpretação consistente – foi claramente respondida com a negativa. Embora haja com frequência uma orientação definida para a interpretação, tal como ser positiva ou negativa, há poucas evidências sobre o tipo de consistência que seria necessário para prever uma interpretação de contexto zero (ORTONY, 1984, p. 182) Isso não surpreende. Na proporção em que a interpretação metafórica é determinada pelo contexto no qual é enunciada, a interpretação menos consistente seria a de contexto zero. Este estudo também mostrou que quando os falantes diferem, suas diferenças são explicáveis em termos de características do falante, tais como a idade, a educação, o sexo, o histórico cultural, etc.

Assim, pensamos que Martinich, aplicando essa máxima da relação às metáforas, aperfeiçoou o algoritmo de Searle ao requerer que o valor possível de ‘R’ satisfaça essa máxima.

Martinich (1996) ademais argumenta que as características que incluímos na premissa maior devem contribuir para uma conclusão verdadeira. Ele parece requerer o mesmo que Searle, dizendo, que somente os valores possíveis de ‘R’ que determinam possíveis propriedades de ‘S’ podem ser valores reais de ‘R’. São somente esses valores de ‘R’ reais, no sentido mais amplo, que vamos incluir na premissa. Não obstante, se a inferência irá ou não produzir o real SPM não depende só de ambos os interlocutores atribuírem as mesmas características ao termo metafórico, mas também de eles considerarem ou não o mesmo conjunto de características como verdadeiros

---

<sup>111</sup> “(...) that is not well integrated into the context, be it literal or metaphorical, and that under appropriate circumstances metaphorical language is processed as quickly and easily as literal language (...)” – Tradução nossa.

em termos de 'S'. O exemplo a seguir mostra o que pode acontecer se eles não o fizerem.

Pensemos no caso de um alemão que vai aos Estados Unidos e um de seus colegas de trabalho americano descreve o outro como sendo uma galinha. O alemão concorda com a observação interpretando-a em termos de "ficar correndo dando voltas feito uma galinha decapitada", pois este é o tipo de característica ou propriedade que os alemães geralmente atribuem às galinhas. No entanto, a descrição é comumente usada na América do Norte para atribuir falta de coragem (covardia) a 'S', uma característica que o alemão atribuiria a uma lebre com base no termo alemão "*Angsthase*".

Enquanto os outros americanos conheciam bem a expressão e compreenderam o que o falante estava querendo dizer, o alemão não tinha idéia de que sua interpretação do SPM estava equivocada porque considerou que a característica que atribuiu a 'P' era verdadeira em relação a 'S'. Quando o mesmo comentário foi feito em circunstâncias diferentes, sua discordância deu motivo a uma discussão sobre o que o falante quisera dizer com seu enunciado. Enquanto o falante queria dizer exatamente a mesma coisa em ambas as circunstâncias, no primeiro caso o alemão não tinha consciência de qualquer discrepância entre o que o americano (falante) realmente queria dizer e o que ele, ouvinte, pensou que sua fala significava. Entretanto, no segundo caso, o alemão percebeu que havia uma diferença entre o que o falante atribuíra a 'S' e o que ele (alemão) atribuíra a 'S'.

A principal dificuldade em inferir o SPM está em determinar o conjunto de "características do falante", ou seja, os possíveis valores 'R' que o falante atribui a 'S' ou, em outras palavras, as características que o falante atribui a 'S' quando faz o seu enunciado. O requisito segundo o qual as características consideradas de 'P' devem ajudar a formar uma premissa que termina produzindo uma conclusão verdadeira não tem sentido, a menos que o ouvinte saiba exatamente quais características o falante atribui a 'P' e a partir dos quais, por meio desse princípio, ele consegue identificar o que anteriormente chamamos de "valores reais *R*, no sentido mais amplo". Enquanto a amplitude das "características do falante" não for conhecida pelo ouvinte, este não saberá se as características que ele inclui na premissa correspondem às características que o falante atribui a 'S' e, conseqüentemente, não saberá se a

conclusão obtida reflete o que o falante efetivamente quis dizer. Não concordamos que o requisito remanescente de Martinich ofereça uma solução viável para o problema, mesmo que possa ajudar evitar maus entendimentos do tipo mostrado no nosso exemplo do uso do termo “galinha”.

Martinich (1996, p. 431) defende a ideia de que deve “ser possível para quem ouve determinar em quais propriedades do termo metafórico o falante está pensando e o que o falante pensa que os ouvintes vão pensar que o falante pensa que os ouvintes vão pensar”.<sup>112</sup> São essas características que ele considera as mais significativas, ou seja, salientes. Ele indica que nem todas as características salientes ou significativas são o que o falante intenciona, pois elas são demasiadas. O autor sugere que elas podem ser reduzidas aplicando-se o princípio da relevância e que “(...) as propriedades pretendidas são apenas aquelas que contribuem para uma conclusão verdadeira”.<sup>113</sup> Esse requisito parece ser similar ao primeiro princípio de qualidade de Grice (“não diga o que é falso”).

Embora ambos os filósofos concordem em que determinar as características significativas é uma condição necessária para inferir o SPM, nem Searle nem Martinich nos mostram, de maneira convincente, a aplicabilidade de suas respectivas sugestões. Embora Martinich tenha aperfeiçoado a teoria de Searle por ter argumentado convincentemente que a premissa que é adicionada à metáfora deve ser restringida por certos princípios para inferir o ponto (intenção) daquele tropo, ele não ditou condições necessárias e suficientes que, quando satisfeitas na prática, indicariam que seu último requisito foi satisfeito.

Enquanto o ouvinte não tiver um critério segundo o qual possa efetivamente determinar a gama das características significativas (salientes) do falante, nem a mais burilada teoria da metáfora conseguirá melhorar a proposta de Searle na dimensão de sua aplicabilidade. Não temos certeza se é de alguma maneira possível determinar características significativas ou valores possíveis de ‘R’ no sentido de que poderiam ser necessariamente inferidas. Em

---

<sup>112</sup> “(...) be possible for the audience to determine which properties of the metaphorical term the speaker is thinking of and which the speaker thinks that the audience will think that the speaker thinks the audience will think of.” – Tradução nossa.

<sup>113</sup> MARTINICH, A. P., *A Theory for Mataphor*, 1996, p.431.: “(...) the properties intended are only those that contribute to a true conclusion.” – Tradução nossa.

outras palavras, não temos certeza se é possível de alguma forma computar valores 'R' reais no sentido mais amplo, ou, dito em outros termos, se é ou não possível evitar rotular como metáfora todos os tipos de associações aleatórias, particulares. Nas páginas que se seguem discutiremos até que ponto as expectativas costumeiras influenciam nossas interpretações dessas figuras de linguagem.

### 3.2 EXPECTATIVAS COSTUMEIRAS

Comumente, quando uma criança pequena começa a usar uma palavra, o significado dela é amplificado, sobre-estendido. Algumas vezes essa extensão alcança objetos, todos os quais compartilham com o objeto original alguma característica perceptual ou alguma função. Mas a regra que governa a ampliação ou extensão não precisa ser desse tipo tão direto.<sup>114</sup>

Quando interpretamos metáforas parece que tentamos encontrar características que 'P' e 'S' têm em comum. Nesse respeito, o processo de aquisição de linguagem parece ser similar a inferir o SPM da linguagem figurativa. Naturalmente, pode-se argumentar que no segundo caso ambos os interlocutores têm uma compreensão bastante clara de qual é o significado literal do enunciado. Perguntamo-nos, entretanto, até que ponto o significado literal de um enunciado é relevante para determinar qual característica o falante tem em mente quando o usa metaforicamente. Para levar esta questão um

---

<sup>114</sup> Vygotski relata um princípio de agrupamento conhecido como "complexo em cadeia", no qual cada nova referência tem uma característica em comum com alguma outra, mas que nenhuma característica isolada é comum a todas (GREGORY, 1987, p. 422). Diz Vygotsky que "o *complexo em cadeia* - um enlaçar dinâmico e consecutivo de ligações individuais numa cadeia única, com um significado levado de uma ligação para a próxima. (...). O atributo decisivo fica mudando durante todo o processo. Não há consistência no tipo dos vínculos ou na maneira em qual uma ligação é juntada com a ligação que a precede ou com a que segue. (...). Dois objetos incluídos nesse complexo possivelmente não tenham nada em comum e, todavia permanecem como partes da mesma cadeia em função da força de compartilhar um atributo com outro dos seus elementos" (VYGOTSKY, 1986 p. 115). Essa tradução está baseada no seguinte texto em inglês: "(...) the *chain complex* - a dynamic, consecutive joining of individual links into a single chain, with meaning carried over from one link to the next. (...). The decisive attribute keeps changing during the entire process. There is no consistency in the type of the bonds or in the manner in which a link of the chain is joined with the one that precedes and the one that follows it. (...). Two objects included in the complex may have nothing in common, and yet remain as parts of one and the same chain on the strengths of sharing an attribute with still another of its elements." - Tradução nossa.

passo à frente, poderíamos perguntar “De que modo o significado literal é diferente do significado metafórico, o que eles têm em comum e como se influenciam mutuamente?”

Simon Blackburn (1992, p. 172) mostra que a alguma linguagem figurativa é costumeiramente dada certa interpretação, e que esta é costumeiramente esperada: “se o costume se transformou em uma convenção, temos o caso de uma expressão idiomática, e será correto dizer que temos um significado literal ampliado ou novo”.<sup>115</sup> “Sam é um canguru”, por exemplo, é diferente de “Sam é um porco”, já que, ao nosso ver, não há uma interpretação metafórica costumeiramente dada e esperada da primeira frase, enquanto que para a segunda é costumeiramente esperada e dada certa interpretação metafórica (se ela é, ainda, metafórica). Por isso, acabou sendo incluída como verbete no *Webster’s Unabridged Dictionary* (Dicionário Webster Completo). No verbete ‘pig’ [porco] vemos no significado número 4: “uma pessoa considerada como agindo ou parecendo um porco; uma pessoa voraz ou imunda” (MCKECHNIE, 1983, p. 1358)<sup>116</sup>.

Esse verbete mostra cinco significados um pouco diferentes, alguns dos quais podem ser considerados literais, outros metafóricos. Embora nós não saibamos em que ponto terminam os significados literais e começam os metafóricos, se é que existe esse começo e fim, parece que um significado metafórico nunca é considerado a questão principal de uma palavra. Isto, não porque o significado metafórico não poderia chegar a ser o significado principal de uma expressão, mas sim porque o significado principal de uma expressão não é considerado o significado metafórico da expressão. Ou seja, se um significado metafórico um dia subir na escala e passar a ser considerado o significado número um, então, o que não deixa de ser estranho, será considerado como tendo perdido seu caráter metafórico e transferirá o significado principal de uma palavra de seu significado antigo para um novo significado literal.<sup>117</sup> Voltamos a esse ponto em nossas considerações sobre o ciclo vital desses tropos na segunda parte deste capítulo.

<sup>115</sup> “If the custom has hardened into a convention we have a case of an idiom and it will be right to say that we have a new or extended literal meaning.” – Tradução nossa.

<sup>116</sup> “(...) a person regarded as acting or looking like a pig; a greedy or filthy person.” – Tradução nossa.

<sup>117</sup> Searle descreve este processo na sua figura 1. Veja capítulo anterior.

O termo “significado literal”, usado dessa forma, sempre descreve o significado ou significados mais usuais que a palavra pode supostamente expressar. Sendo assim, parece admissível que o processo que transforma um significado metafórico em literal também pode transformar o antigo significado literal daquela expressão em uma nova expressão metafórica. Em outras palavras, se a metáfora da “galinha”, acima apresentada, fosse suficientemente popularizada, poderia transformar ocorrências anteriores comuns de “galinhas” em metafóricas.

Se fôssemos compreender “significado literal” como denotando o significado original de uma palavra, uma grande parte de nossa linguagem teria de ser considerada metafórica, já que palavras cujos significados foram modificados ao longo da história de seu uso são muito numerosas. Além disso, pode chegar a ser difícil determinar qual era o significado original da palavra. Poder-se-ia perguntar como uma interpretação de um enunciado chega a ser costumeira ou convencionalmente dada e esperada, ou até substituir o significado antigo, o “original”.

Martinich (1996, p. 430) argumenta que o reconhecimento de uma situação de transgressão de uma máxima da conversação compele o ouvinte a procurar um SPM que seja diferente de SEM. Concordamos com Martinich e acreditamos que a transgressão de uma máxima de conversação é o único indicador que compele o ouvinte a procurar um SPM que seja diferente do SEM e, como tal, constitui uma condição necessária e suficiente para agir desse modo. Ou seja, não conhecemos nenhuma outra condição que não seja a de transgredir um de nossos princípios de conversação, que, ao ser atendida, levaria o ouvinte a agir desse modo, a menos que o uso da metáfora seja anunciado de um jeito ou de outro, antes de enunciar o tropo, como, por exemplo, seria o caso se o falante declarar explicitamente que está por enunciar uma metáfora por meio das palavras “agora vou usar uma metáfora”.

Podemos concluir que, enquanto o uso da metáfora não for desse modo anunciado e enquanto essas regras não forem transgredidas, definindo o enunciado de uma verdade trivial ou tautológica também como transgressão de uma (ou mais) das máximas de conversação, não teremos motivo para inferir um SPM diferente de SEM. Em outras palavras, enquanto o que interpretamos que deva significar o enunciado estiver de acordo com nossos princípios de

conversação, não teremos razões para crer que o que o falante pretende transmitir por seu enunciado é diferente do que nós pensamos que ele transmite. Não obstante, não devemos confundir SEM com qualquer interpretação arbitrária de enunciado que acontece estar de acordo com certos princípios. Embora SEM obedeça certas regras, nem toda interpretação que assim se faz pode ser considerada o SEM daquele enunciado (ou será que pode?).

Não sabemos até que ponto a simples frequência de uso determina a interpretação dada e esperada de um enunciado, nem quantas vezes a interpretação do ouvinte precisa ser “confirmada” mediante a satisfação de certas máximas de conversação antes que ele comece a dar e esperar esta interpretação. Entretanto, parece plausível manter a ideia de que, quanto mais frequentemente ela for confirmada, tanto mais costumeiramente o ouvinte a dará e esperará, e quanto mais costumeiramente ela for dada por um interlocutor, mais costumeiramente será esperada por outro interlocutor e vice versa, até que se torne o significado convencional e mais tarde o significado literal de uma palavra.

Poder-se-ia argumentar que o exemplo “galinha”, que apresentamos neste capítulo, parece provar o contrário, porque, mesmo que a interpretação estivesse em concordância com nossas regras de conversação, o alemão interpretou erroneamente o SPM. Concordamos com esta objeção. Parece que não transgredir nossos princípios de conversação é mais uma condição necessária do que suficiente para determinar o que o falante pretende transmitir, o que achamos que o seu enunciado transmite.

Inversamente, ser um enunciado um desvio quando interpretado de certa forma, é uma condição necessária e suficiente para ajustar essa interpretação, na extensão em que possamos estabelecer características comuns entre ‘S’ e ‘P’ por um lado e entre todos os ‘S’ aos quais ‘P’ foi aplicado, por outro lado. Nesse ponto, podemos tirar duas conclusões preliminares. Primeiro, se ‘P’ é usado para predicar propriedades de ‘S’ pelo princípio do ‘complexo em cadeia’, é bem pouco provável que venhamos a dar e esperar uma certa interpretação ao ouvirmos ‘S é P’. Segundo, é possível que nossa interpretação inicial se mantenha, mesmo que o falante pense em uma propriedade ou função perceptual radicalmente diferente.

Apesar de tudo, temos confiança em que o ‘controle’ continuado de nossas interpretações pela aplicação das regras de Grice mais cedo ou mais tarde indicará diferenças entre o que o falante pretende dizer e o que nós pensamos que ele quer dizer, como foi o caso do exemplo “galinha”.

Desde que ficamos sabendo que “Sam é galinha” costuma ser interpretado como significando que ‘Sam é covarde’, pensaremos que é isso que o falante mais provavelmente estará querendo dizer quando pronunciar esta sentença. Caso esta interpretação se mostre como um desvio do padrão, vamos presumir que o falante não sabe o que o enunciado significa convencionalmente ou que ele está mentindo. Ou, caso essa interpretação transgrida ostensivamente uma das regras de Grice, pensaremos que ele está usando o enunciado metaforicamente. Neste último caso, tentaremos interpretá-lo como “ficar correndo dando voltas como uma galinha decapitada” como uma interpretação possível. Se isso também não funcionar, o enunciado cairá na mesma categoria de “Sam é um canguru”, ou seja, na classe de “novas metáforas”, como ocorreu no caso do exemplo “galinha” quando o alemão se deparou pela primeira vez com essa expressão no âmbito linguístico-cultural do Brasil. Nesse sentido, uma nova metáfora não é, como argumenta Jerry Morgan, uma metáfora que nunca foi encontrada antes, mas uma metáfora cujas interpretações anteriores, se houve alguma, mostraram ser falsas (MORGAN In: ORTONY, 1984, p.142.)

Seguindo a sugestão de Searle, voltaremos ao termo ‘S’ e examinaremos de que modo Sam poderia ser como uma galinha ou um canguru. Nesses casos, tentar estabelecer o SPM ou, para aquela finalidade, as características principais ou mais salientes, parece ser uma questão de tentativa e erro. Quais as interpretações que vamos tentar aplicar, vai depender de quais características o termo ‘P’ nos faz lembrar. Ao formular uma premissa no sentido de Martinich, excluiremos todas essas associações aleatórias, particulares, sobre as quais pensamos que o falante não pensa que pensamos que ele pensa, nem pretende provocar, nem sequer conhece. Ou seja, concordamos com Martinich que, ao determinar o SPM só devemos incluir as características na premissa sobre as quais pensamos que o falante pensa. Entretanto, ainda podemos estar enganados sobre quais características o

falante tinha em mente quando fez o enunciado, mesmo que não tenhamos qualquer motivo para acreditar nisso.

O problema é que embora não tenhamos qualquer motivo para acreditar que isso não é o que o falante pensa, o estar em conformidade com os princípios de conversação, parece ser uma razão fraca para acreditarmos que isso é o que o falante quer dizer. A fraqueza da razão se deve ao fato de que o estar em conformidade com os princípios de conversação não necessariamente indica que isso é o que o falante quer dizer, mas somente indica que é o que o falante possivelmente quer dizer. Entretanto parece que isso é o mais perto que podemos chegar na interpretação de metáforas novas, ou seja, que isso é a melhor das possíveis alternativas disponíveis.

Não consideramos, então, que estar em conformidade com os princípios de Grice seja um critério baseado no qual uma premissa possa ser formulada que nos permita deduzir o SPM (validade dedutiva). Concordamos com Martinich, porém, na medida em que o estar em conformidade com os princípios de Grice nos permite induzir o SPM. Neste último caso, porém, o resultado de nossa inferência indica o que o falante possivelmente mas nunca necessariamente quer dizer.

### 3.3 PRESSUPOSIÇÕES PROBLEMÁTICAS

Com relação à abordagem de Donald Davidson, não nos deparamos com a problemática descrita acima. Davidson rejeita a noção de que uma sentença possa ter um significado metafórico e, conseqüentemente, não há nada para inferir. Ele reconhece, porém, que a metáfora nos faz ganhar acesso a outros conteúdos cognitivos e que esses outros conteúdos cognitivos não residem no significado literal das palavras que a compõem, mas sim, que eles residem, exclusivamente, na forma de como usamos essas palavras (DAVIDSON, 1990, p. 440).

A teoria de metáfora de Davidson, então, se baseia em duas pressuposições:

1. O único significado de metáfora é o significado literal das palavras que a compõem (se uma metáfora pusesse qualquer outro significado

adicional ao significado literal das palavras que a compõem, ela imediatamente deixaria de ser uma metáfora);

2. Há que separar estritamente entre o significado das palavras e o uso delas.

Parece existir, porém, uma contradição entre essas pressuposições: a segunda pressuposição, que visa a separação estrita entre o significado e o uso das palavras, contradiz a primeira pressuposição na medida em que essa estrita separação impede a hipótese de que o significado literal do termo metafórico atue na interpretação metafórica do termo, tanto em termos de reconhecimento desses tropos, quanto referente ao que ela, em virtude de ser falsa, quando tomada literalmente, ou trivialmente verdadeira, nos traz à mente. Diz Davidson (1990, p. 440) que “se tentamos dizer o que a metáfora ‘significa’, nós nos damos conta de que não há fim ao que gostaríamos de mencionar”<sup>118</sup>.

Segundo Davidson, o significado de uma expressão reside no significado literal das palavras, ou seja, em um determinado conteúdo cognitivo. Ao apreender uma língua, estudamos, por um lado, qual o conteúdo cognitivo das expressões e, por outro lado, como determinado conteúdo cognitivo pode ser expressado. Neste sentido, o conteúdo cognitivo das expressões é sujeito a um processo de aprendizado: há uma relação unívoca entre palavras e significados e essa relação é governada por convenções. Se, segundo esse ponto de vista, a convenção, as regras, determinam o significado, então parece que o significado pode ser determinado independentemente das particularidades contextuais da comunicação, ou seja, independentemente das circunstâncias do uso das palavras.

Por outro lado, Davidson argumenta que a metáfora carece de significado (a não ser o significado literal das palavras que a compõem) e, por tanto, carece de um determinado conteúdo cognitivo, como atribuído ao seu significado literal. Davidson ressalta que a metáfora pertence exclusivamente ao domínio do uso. Parece razoável, então, supor que a metáfora, como tal, é o objeto de estudo da pragmática. A metáfora é a ferramenta, por assim dizer, que nos permite usar a linguagem para provocar emoções que são

---

<sup>118</sup> “When we try to say what a metaphor ‘means’, we soon realize there is no end to what we want to mention.” – Tradução nossa.

essencialmente indeterminadas e, por consequência, radicalmente diferentes dos significados literais aceitos.

A metáfora produz efeitos que não podem ser parafraseados, efeitos que são tão infinitos em número como as possíveis situações nas quais as palavras podem ser usadas. Se o significado literal é aquilo para o que a metáfora chama a nossa atenção e nos leva a notar, isto é, a sua “metaforicidade”, por assim dizer, são estritamente separados, então, por que e para que Davidson considera necessária a percepção do significado literal das palavras que a compõem, ou seja, o significado literal da metáfora? Será que realmente podemos manter uma clara distinção entre significado literal e efeito metafórico? Será que não existe uma relação entre significado literal e efeito metafórico, fato que contradiria a segunda pressuposição de Davidson?<sup>119</sup>

Podemos iniciar a resposta dessas perguntas focando nos efeitos produzidos pelas metáforas. A estrita separação de Davidson entre *significado* e *uso* restringe esses efeitos à esfera de uso e os compreende como emoções ou sugestões evocadas no ouvinte. Essas emoções são provocadas pelo falante (pelo uso das metáforas) e dependem inteiramente do contexto desses enunciados ou, formulado nas palavras de Martinich (1996, p.438), “se a sentença é usada literalmente ou metaforicamente depende do contexto do seu uso”<sup>120</sup>.

Segundo as pressuposições de Davidson, os efeitos produzidos pelas metáforas são efeitos adicionais, sem conexão com o significado literal dos termos da metáfora e diferentes deles. Se, porém, segundo a primeira pressuposição de Davidson, o significado literal de uma expressão precisa ser compreendido pelo ouvinte para que a expressão possa produzir o efeito metafórico, então parece impossível de desvincular o significado literal do enunciado do efeito metafórico que esse mesmo enunciado produz no ouvinte. Existe, pode-se afirmar, uma conexão entre *significado literal* e *efeito produzido*, apesar de o efeito produzido ser diferente do significado literal.

A produção de efeitos (metafóricos) precisa ser vista em relação à compreensão do significado literal. Se um enunciado produz esses efeitos em

<sup>119</sup> Esta pergunta foi levantada e discutida por Sonia Arribas em seu artigo *Normativity without Exception: Donal Davidson on Language and Communication* (2007, p.76-97).

<sup>120</sup> “(...) whether a sentence is used literally or metaphorically depends of the context of its use; (...)” - Tradução nossa

certas circunstâncias, mas em outras não, então a relevância do contexto não pode ser negada para os efeitos que tal enunciado produz. Em outras palavras, se a interpretação metafórica de um enunciado depende do contexto, então sua compreensão literal não pode ser livre e completamente independente das influências contextuais. É exatamente essa noção da relação necessária entre *significado* e *efeito* que impede uma estrita separação entre o significado literal de um enunciado e os seus efeitos metafóricos (como a segunda pressuposição de Davidson, *prima facie*, prescreve).

A aparente contradição entre a primeira e a segunda pressuposição de Davidson se dissolve se compreendermos essas suposições não como requisito da estrita separação *per se* entre o significado das palavras e o uso delas, mas sim como *ferramenta heurística* para explicar como e até que ponto significado e uso dependem um do outro. Davidson ressalta que, ao ensinar uma palavra, ensinamos como usar a palavra (1990, p.433). Ele contrasta “aprender um novo uso para uma palavra velha com usar uma palavra já compreendida”<sup>121</sup>. A nosso ver, Davidson sustenta que apreendemos o significado literal das palavras por meio de apreender o uso delas.

No primeiro capítulo vimos que Davidson descreve o significado literal pelo uso ordinário e o uso comum das palavras. Se substituirmos “uso ordinário” por “significado literal”, não falaríamos mais da diferença entre significado literal e uso metafórico, mas sim da diferença entre uso ordinário e uso metafórico, ou para usar “ordinário” como denominador comum, da diferença entre uso ordinário e uso extraordinário. Tanto quanto o extraordinário pressupõe o ordinário, o uso metafórico pressupõe o uso literal.

Substituímos, então, a concepção de diferença entre o significado literal e os efeitos metafóricos por um entendimento da relação entre o literal e o metafórico, reconhecendo certa dependência entre os dois e certa dependência entre o literal e o metafórico, por um lado, e o contexto em qual a respectiva sentença é enunciado, por outro lado. Neste sentido, a abordagem de Davidson compreende tanto aspectos semânticos quanto pragmáticos.

---

<sup>121</sup> Davidson, Donald, 1990, p. 434: “(...) learning a new use for an old word with using a word already understood (...). Tradução nossa.

### 3.4 SEARLE VERSUS DAVIDSON – UMA BREVE JUSTAPOSIÇÃO

Searle e Davidson estão em plena concordância no sentido de que ambos negam que expressões linguísticas têm significados metafóricos. Não vemos, porém, como Davidson pode disputar o ponto de vista de Searle no que se refere ao SPM metafórico, no qual o SPM é diferente do SEM (e no qual não há ironia nem é um ato indireto de fala). Davidson argumenta que o que é transmitido pela metáfora não é de caráter proposicional e, se ele está certo, então o argumento de Searle é imperfeito, ou seja, com falhas. A maior discordância entre os dois filósofos se refere à existência do significado metafórico e aos mecanismos cognitivo-linguísticos pelos quais esse significado é transmitido.

Enquanto Davidson argumenta que não há regras ou instrumentos para gerar ou interpretar metáforas, Searle desenvolveu várias regras que, em conjunto, formam um algoritmo para a interpretação desses tropos. E esse conjunto de regras parece plausível em seu raciocínio e em sua aplicabilidade.

Davidson qualificou sua asserção, dizendo que “não há nenhum teste para metáfora que não exija bom gosto” (DAVIDSON, 1990, p. 430). Searle provavelmente concederia este ponto, já que ele não reivindica completude para seu algoritmo, nem argumenta que um conjunto de princípios, mesmo que seja final no sentido de ‘aperfeiçoado’, conseguiria produzir resultados perfeitamente determinados. Não obstante, ele desenvolveu regras e instruções que, como vimos na análise do argumento de Martinich, aparentemente, não podem ser melhoradas na dimensão de sua aplicabilidade. Dizemos “aparentemente”, porque, como vemos mais adiante, a aplicabilidade do algoritmo de Searle e da versão melhorada de Martinich muda no decorrer do ciclo vital das metáforas. Enquanto os princípios de Searle não servem para determinar o SPM no começo desse ciclo, eles ajudam determinar o SPM no final do ciclo vital das metáforas.

Davidson comparou a noção de “significado metafórico” com a de “significado literal” (ou, melhor dito, com a noção de “significado literal de sentenças”) e sua objeção foi direcionada contra o significado metafórico dessas sentenças. Searle demonstrou que a noção de “significado metafórico do falante”, ou seja, o SPM, tem um papel substancial nas explicações de

como funciona o uso de metáforas. Elas funcionam pela computação do SPM baseado nos passos de inferência de Searle, fundamentado na percepção inicial do significado literal do enunciado (SEM), e segundo o princípio de cooperação de Grice no qual, por sua vez, o algoritmo de Searle se baseia. O argumento de Searle é mais persuasivo do que a abordagem de Davidson.

Ambos os filósofos analisam se é possível parafrasear metáforas. Davidson argumenta que isso não é possível já que o SPM não tem caráter proposicional. Ele enfatiza que a tentativa de parafrasear metáforas é fundamentalmente equivocada e explica que se tentássemos parafrasear uma metáfora, o que estaríamos parafraseando não seria o SPM, mas sim o SEM. A paráfrase, porém, não teria como objetivo de parafrasear o significado literal do SEM, mas sim de parafrasear o SEM da metáfora (para maior clareza chamamos ele de “SEM-1”) de um jeito tal que o novo SEM (“SEM-2”), isto é, a paráfrase, teria o mesmo efeito metafórico que o SEM-1. Davidson considera isso impossível, já que o que a metáfora nos faz notar não é finito em seu escopo e não é de natureza proposicional (1990, p.440). Na concepção de Davidson, então, a noção da “paráfrase” e a noção de “metáfora” são conceitos mutuamente excludentes.

Searle argumenta que muitas vezes usamos metáforas precisamente porque não encontramos uma expressão literal que nos permitiria manter a igualdade entre SEM e SPM, ou seja, onde o SEM = SPM. Em seu artigo *Metaphor*, Searle apresenta várias tentativas de parafrasear esses tropos e conclui que a paráfrase necessita se aproximar ao que o falante quis dizer com a metáfora, ou seja, que o SEM-2 tem que se aproximar ao que o falante quis dizer ao empregar SEM-1. SEM-1 e SEM-2 devem ser parecidos, então, no sentido que o SPM do SEM-1 fica parecido com o SPM de SEM-2. Neste sentido, Searle concorda com Davidson.

Se a metáfora é uma metáfora complexa, com uma indefinida gama de *R*'s, então precisaríamos uma indefinida gama de paráfrases para poder expressar o que o falante quis dizer com o SEM-1. Neste sentido, Searle diz que “em cada caso [de paráfrase] sentimos que a paráfrase é de uma forma ou outra inadequada, que algo se perdeu”.<sup>122</sup>

---

<sup>122</sup> Searle, *Metaphor*, 1990, p. 411: “(...) in each case we feel that the paraphrase is somehow inadequate, that something is lost.” – Tradução nossa.

### 3.5 O CICLO VITAL DAS METÁFORAS

Searle e Davidson fazem menção à noção da “metáfora morta”. Na abordagem de Davidson (1990, p. 434) lemos que “o significado metafórico da metáfora viva deve ser imortalizado no significado literal da [metáfora] morta. Apesar de alguns filósofos terem sugerido essa ideia, ela parece plenamente errada”<sup>123</sup>. No mesmo parágrafo, porém, Davidson (1990, p. 434) diz que “a expressão idiomática é, sem dúvida, o cadáver de uma metáfora. [...] Quando a metáfora estava viva, nós nos teríamos imaginado”.

Davidson argumenta, por um lado, que o significado metafórico de um termo não se torna seu significado literal ao falecer, já que não existem significados metafóricos de termos, e, por outro lado, ele reconhece, “sem dúvida”, que certo termo estava vivo, mas agora trata-se de uma metáfora defunta. O que nos interessa, por enquanto, é que Davidson reconhece a existência de metáforas mortas e que a sua tese acerca desse fenômeno não consegue explicá-la, já que ele nega a existência do significado não literal desses tropos que seria, do ponto de vista da teoria pragmática, a base para explicar o fenômeno da metáfora morta.

Tanto quanto Davidson, Searle afirma a existência das metáforas mortas. Ao contrário de Davidson, porém, ele sugere em sua “figura 1” de *Metaphor* que, no caso da metáfora morta

a SEM original é deixado de lado e a sentença adquire um novo significado literal, idêntico com o significado metafórico anterior [ou seja, idêntico com o SPM anterior]. Isto é uma mudança do enunciado metafórico (simples), (...), para o enunciado literal (SEARLE, 1990, p.427)<sup>124</sup>.

Sua abordagem do ciclo vital desses tropos sugere que enquanto a metáfora ainda está viva, ela pode ser comparativamente complexa ou indefinida no sentido de que a gama de ‘R’s é infinita ou, pelo menos, um

<sup>123</sup> “The figurative meaning of the living metaphor should be immortalized in the literal meaning of the dead.” – Tradução nossa.

<sup>124</sup> “The original sentence meaning is bypassed and the sentence acquires a new literal meaning identical with the former metaphorical utterance meaning. This is a shift from the metaphorical utterance (simple), (...), to the literal utterance, (...).” – Tradução nossa.

número substancial de valores 'R'. O terceiro passo da interpretação de Searle, "Volte para o termo 'S' e veja qual dos muitos candidatos aos valores de 'R' são características prováveis ou até possíveis de 'S.'" (SEARLE, 1990, p.423)<sup>125</sup>, terá, em tese, eliminado a maioria dos possíveis SPMs.

Talvez, uma parte do processo de morrer envolva uma redução desse tipo. Talvez, por qualquer razão sócio-cultural que seja, um dos valores de 'R' torne-se convencional antes de ser um valor que precisa ser calculado segundo os passos de Searle. Essa ideia, porém, concederia que, antes do *rigor mortis*, a metáfora era mais do que um cadáver com um novo significado literal. Em que sentido, porém, um significado complexo, indefinido, ou ilimitado (*open ended metaphorical utterance*) pode ser mais do que um significado definitivo? Intuitivamente parece que o primeiro seria menos do que o último, se pensamos o 'significado complexo' como um agrupamento disjuntivo de possíveis significados ao invés de ser um grupo limitado e definitivo de valores reais de 'R'. Nesse ponto de vista, o significado complexo seria menos em termos de 'definitivo' e mais em termos de 'significados possíveis'.

Antes de analisarmos mais profundamente o ciclo vital de metáforas, gostaríamos propor a seguinte síntese entre as teorias apresentadas. Cada um dos autores, Searle e Davidson, têm razão com relação a algo importante: Searle parece ter razão em argumentar em favor da existência de um significado metafórico do falante. Seu argumento de como inferir o SPM é plausível, embora seu alcance prático seja, *prima facie*, limitado.

Davidson, por outro lado, parece ter razão em argumentar que o que a metáfora realiza no ouvinte geralmente transcende o que nós consideraríamos ser de caráter proposicional. Argumentaremos que a teoria causal (Davidson) e a teoria pragmática (Searle) podem ser combinadas em uma teoria que respeita a maioria dos respectivos pontos de vista. Essa síntese também parece mais defensável do que as respectivas teorias que a compõem, tomadas isoladamente.

Essa síntese pressupõe que reconhecemos como aceitável a ideia de que existe, de fato, um ciclo vital para as metáforas. Para elucidar essa pressuposição, recorreremos aos termos do ciclo vital do ser humano, para

---

<sup>125</sup> "Go back to the 'S'-term and see which of the many candidates for the values of 'R' are likely or even possible features of 'S'." – Tradução nossa.

descrever e identificar os diferentes estágios da vida metafórica e usaremos a terminologia de Searle para descrever as respectivas características de cada estágio.

A metáfora idosa, o seja, a metáfora em seu último estágio antes de morrer, apesar de permanecer uma metáfora, tem certo óbvio, claro, e determinado SPM. Esse estágio seria comparável ao que Searle, na figura 1 de seu ensaio, chamou de 'metáfora simples'. A metáfora adulta já é ou, melhor, está um pouco mais ilimitada. Podemos estar seguros de que o falante se refere a uns dois ou três valores reais de 'R' que, ao usar esta metáfora, o falante atribui ao termo 'P', apesar de essas metáforas estarem mais ricas no sentido de abranger outros possíveis valores 'R'.

A metáfora jovem está ainda mais ilimitada do que a metáfora adulta, no sentido de que, embora saibamos que o falante evidentemente intenta comunicar um SPM radicalmente diferente do SEM, não temos como parafrasear este SPM. A SPM da metáfora permanece inefável. Finalmente nós nos deparamos com a metáfora bebê. Ela permanece indeterminável até o ponto em que achamos que ela não tem nenhum SPM proposicional. Resulta difícil de acreditar que o falante, ao enunciá-la, intenciona transmitir algo diferente do que o SEM que, por si só, pode chegar a não fazer sentido na respectiva conversação.

Quanto mais perto o tropo se encontra ao começo desse ciclo vital, ao nascimento da metáfora, por assim dizer, mais aplicável parece a teoria causal; porém, quanto mais perto ela se encontra da morte, mais aplicável parece a teoria pragmática. Argumentamos, porém, que não é o estágio em que a metáfora se encontra no seu respectivo ciclo vital que determina como certo ouvinte vai interpretá-la, mas sim, inversamente, a identificação do estágio em que ela se encontra ocorre em função de como ela está sendo interpretada. Já que essas interpretações podem ser individualmente diferentes, em função de fatores como idade, âmbito sócio-cultural, diversos mitos, crenças e educação, pode haver diferentes interpretações de determinadas metáforas, tanto entre falantes de diferentes idiomas quanto dentre o mesmo grupo sócio-cultural.

As consequências dessas diferenças serão analisadas mais adiante. Vamos supor, por enquanto, que as metáforas podem encontrar-se em diferentes estágios de seu respectivo ciclo vital e que, nos primeiro(s)

estágio(s), a abordagem de Davidson é a mais apropriada para lidar com esse tipo de enunciado, incluindo o fato de que elas não serem portadores de valores de verdade e que, conseqüentemente, não podem ser mal interpretados, mas sim causar efeitos radicalmente diferentes nos ouvintes.

Enquanto as metáforas se aproximam ao outro lado do espectro, mais aplicável vai ser a inferência racional do SPM a *la* Searle. Não entendemos que seja possível determinar exatamente onde a aplicação da teoria causal termina e onde a aplicabilidade da teoria pragmática começa, a não ser, possivelmente, mediante reação cognitiva do ouvinte, ou seja, em casos individuais. Isto significa que, em determinado grupo sócio-cultural e, referente a todo este grupo (supostamente) homogêneo, os casos dos lados extremos do espectro serão relativamente claros e bem delineados, enquanto, no decorrer do percurso de um lado extremo para outro lado extremo, existirão casos vagos referente a como elas serão “tratadas” pelos integrantes desse grupo.

Para elucidar mais o ponto de que há diferenças entre as diversas metáforas, não somente em termos de quantidade, como indicado pela gama de possíveis valores ‘R’ ou a gama de valores reais de ‘R’, mas sim em termos de qualidade, recorremos à noção da vitalidade desse tropo<sup>126</sup>.

Em um primeiro sentido de “vivo”, a metáfora é viva no sentido de que ela é nova, não somente no sentido trivial de que ‘P’ é atribuído a certo ‘S’ específico pela primeira vez, mas também e, sobre tudo, no sentido de que ‘P’ não vinha sendo usado previamente num enunciado qualquer para expressar metaforicamente uma relação da forma ‘S é R’. Neste sentido, o primeiro uso do termo como termo metafórico seria equivalente ao nascimento desse tropo.

Um segundo sentido de “vivo” pode se referir a casos em que o termo metafórico expressa uma propriedade nova para a qual não temos recursos linguísticos alternativos, ou seja, quando se trata de um atributo para o qual não temos nenhuma expressão no nosso repertório lexical atual. Por um lado,

---

<sup>126</sup> Encontramos uma diferenciação entre diversos tipos de metáforas vivas e metáforas mortas em Stern, J. *The Life and Death of a Metaphor*, 2008. Ressaltamos que não seguimos a rigor a diferenciação proposta por este autor, mas somente em parte. Onde assim o fazemos, adaptamos a nomenclatura de Stern, por fim de clareza, à nossa nomenclatura, usada neste trabalho. Em vez de falar de ‘expressão Ø’ (numa sentença S), seguimos a denominá-la de ‘P’ em ‘S é P’; em vez de falar de ‘propriedade ou conteúdo P’ o chamamos de valor ‘R’; não avaliamos se esses valores ‘R’ podem ou não ser atribuídos a um objeto x, mas sim a um sujeito que, na nossa nomenclatura é o ‘S’ em ‘S é P’.

uma lacuna linguística pode nos privar da compreensão de certos fenômenos como, por exemplo, dos fatos brutos, mencionados no segundo capítulo e, por outro lado, tal compreensão pode gerar novas palavras ou a atribuição de novos significados a palavras já existentes. Ambos estes sentidos de “vivo” podem, possivelmente, coincidir, de forma complementar.

Mais um sentido de “vivo” se manifesta mediante a interpretação disjuntiva do termo metafórico em função de diferentes ‘S’ em ‘S é P’. Um exemplo para esses casos são predicados como “é o sol” em, por exemplo, “Julieta é o sol” em determinado contexto ‘c1’ e “Aquiles é o sol” em outro contexto ‘c2’, onde cada predicado em seu respectivo contexto pode ser interpretado de forma disjuntiva. Por um lado, o predicado “é o sol” provavelmente significa que Julieta é sem igual, a pessoa arredor da qual gira a vida do falante, sem a qual ele não pode viver. Por outro lado, o mesmo predicado no contexto ‘c2’ pode ser interpretado como força fatal da natureza, atribuindo essa propriedade a Aquiles. (Stern, 2008, p.5)

Stern (2008, p. 5) argumenta que há casos nos quais uma série de interpretações sucessivas do termo metafórico leva o ouvinte a interpretações cada vez mais abrangentes, ou seja, em que cada qual contém a interpretação anterior. A vitalidade desses casos se manifesta em interpretações cada vez mais ricas e elaboradas, possivelmente como resultado de reflexão sobre sua gama de possíveis valores ‘R’. Sua vitalidade se mostra através de sua fertilidade de gerar cada vez mais interpretações.

Não reivindicamos que esses exemplos esgotem a gama de diferentes tipos de metáforas vivas. Pelo contrário, ressaltamos que eles somente dão uma noção do que significa ‘estar vivo’ no contexto desses tropos. Voltemos nossa atenção, então, às metáforas mortas.

Searle descreve a metáfora morta como tropo onde

O SEM original é deixado de lado e a sentença adquire um novo significado literal, idêntico com o significado metafórico anterior [ou seja, idêntico com o SPM anterior]. Isto é uma mudança do enunciado metafórico (simples), (...), para o enunciado literal (SEARLE, 1990, p.427)<sup>127</sup>.

<sup>127</sup> “The original sentence meaning is bypassed and the sentence acquires a new literal meaning identical with the former metaphorical utterance meaning. This is a shift from the metaphorical utterance (simples), (...), to the literal utterance, (...).” – Tradução nossa.

Parece que, nestes casos, o termo 'P' em 'S é P' deixou de ser interpretado segundo seu significado literal anterior. Ele, agora, está sendo interpretado segundo seu significado então metafórico, que deixou de ser seu significado metafórico e tornou-se seu significado literal. O processo de morrer, então, se refere não à palavra, mas sim ao seu significado metafórico, com ênfase em “metafórico”.

A metáfora morta foi uma vez uma metáfora viva, mas não o é mais. Neste sentido, o rótulo “metáfora”, apesar de ser morta, parece privativo já que ela não é mais metáfora, tanto quanto dinheiro falsificado não é mais dinheiro. O adjetivo “morta” em “metáfora morta” indica, então, mais que nada, a origem do significado literal da expressão.

Perguntamos se é adequado descrever este processo como aquisição no sentido de que o termo metafórico adquire um novo significado. Talvez fosse mais preciso descrever o processo do ponto de vista do falante, no sentido de que agora o falante, costumeiramente, usa um determinado termo para dizer (SEM) explicitamente o que antes intencionava transmitir (SPM) implicitamente por meio desse termo. Parece que, na terminologia de Searle, referente ao mesmo 'P' em 'S é P', a mudança de “metafórico” para “literal” corresponde com a mudança de 'SPM' para 'SEM'.

Tanto quanto a lagarta torna-se borboleta, a metáfora torna-se expressão literal. Seria fora do comum denominar a borboleta de “lagarta morta”. O termo “metáfora morta” é, estritamente falando, também uma metáfora que faz se valer de considerações temporais, explicando (parte da) a origem da expressão. Vamos, então, mudar a nossa terminologia e falar de metáforas, por um lado, e de expressões literais, por outro lado. Quando falamos das metáforas, então, falamos, *eo ipso*, das metáforas vivas.

A abordagem de Searle e a de Martinich sobre o ciclo vital desses tropos parece sugerir que, quanto mais determinadas metáforas são usadas para transmitir um determinado SPM, mais elas se aproximam à metamorfose que as transformará em expressões literais. Observamos, porém, que não há nada de literal em 'Julieta é o sol' apesar de essa expressão específica ter sido usado repetitivamente. Em outras palavras e, de forma mais geral, não há nada literal no predicado 'é o sol', apesar de ele ter sido usado com frequência no contexto de diferentes 'S' em 'S é P'.

Será que, contrário a nossa suposição inicial, existem metáforas que, apesar de serem mais frequentemente e regulamente usadas, são mais vivas do que àquelas que são menos frequentemente usadas? Será que existem exemplos de metáforas imortais na nossa tipologia desses tropos, apesar disso ser completamente contra-intuitivo no âmbito das respectivas abordagens de Davidson e Searle? Duas das perguntas fundamentais a serem abordadas, então, são:

1. Como, no desenvolvimento e crescimento de uma linguagem, certas expressões, consideradas metafóricas, em algum momento deixam de sê-lo e se tornam expressões literais?
2. Por que se criam metáforas e como é que elas sobrevivem?

### 3.6 A EROÇÃO DA OPOSIÇÃO ENTRE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Nesta seção, analisamos a noção de vagueza de expressões literais e, por consequência, das expressões metafóricas. Argumentamos que a justaposição entre “metafórico” e “literal”, por um lado, e entre “semântica” e “pragmática”, por outro lado, parece por si só, indeterminada, vaga e arbitrária. Embora seja difícil equacionar os problemas discutidos, ressaltamos que existe um problema a ser debatido.

A resposta a determinado problema, seja ele de natureza filosófica ou não, depende das suposições adotadas em relação a este problema. Unger (1984, p.5) argumenta que, independente do problema específico, parece que essas suposições podem ser arbitrárias e não necessariamente determinadas por fatos objetivos. Determinado conjunto de suposições rende um tipo de resposta enquanto outro conjunto de suposições rende outro tipo de resposta.

Quando os fatos relevantes para o problema não ajudam a decidir quais dos conjuntos de pressuposições é, objetivamente, preferível, então, nós nos deparamos com uma situação de relatividade filosófica (UNGER, 1984, p. 5). Certa posição filosófica é preferível em função de - e referente a - determinadas suposições que formam as premissas do argumento, enquanto a posição oposta pode ser preferível em função de – e referente a – suposições alternativas. Com exceção das suposições, possivelmente arbitrárias e

arbitrárias em diversos graus, não há nada que determine a escolha entre os diferentes conjuntos de suposições e, conseqüentemente, nada que determine a escolha entre posições opostas.

Um aspecto crucial de algum problema filosófico pode depender, por exemplo, do significado de certas expressões linguísticas em termos dos quais o problema é formulado. Diferentes teorias de conhecimento, por exemplo, podem render respostas diferentes em função da definição semântica da palavra “conhecimento”. O que significa “conhecer” e o que conta como “conhecimento”?

Caso não houver uma resposta objetivamente correta referente a como interpretar certas expressões, nenhum significado determinado a ser atribuído, então, trata-se do que Unger (1984, p. 5) denomina *relatividade semântica*. Um conjunto de suposições nos leva a certa interpretação semântica, outro conjunto nos leva a outra interpretação, e não há critério que poderíamos objetivamente decidir qual dos conjuntos é o correto.

Referente a essa relatividade semântica, existem duas abordagens<sup>128</sup>: a primeira abordagem leva em conta o contexto do enunciado e se parece com a noção da pragmática de Searle. A segunda abordagem leva em conta somente as palavras proferidas pelo falante. Essa atitude semântica nos faz lembrar o que Davidson descreveu como o enunciado significa o que significam as palavras que o compõem em seu sentido mais literal. Enquanto a discussão de Davidson e Searle foca em metáfora, parece que encontramos a relatividade semântica em enunciados não metafóricos, ou seja, em enunciados literais (excluindo a alternativa de outros tropos).

Imagine que alguém profira as palavras “o campo é plano”. Suponhamos que o ouvinte, segundo o padrão de forma de superfície mais relevante para o contexto atual (talvez ao observar um campo de futebol improvisado), concorda com esse enunciado. Intuitivamente, porém, poderíamos argumentar que palavras como “plano”, “cheio”, “vazio”, “fundo”,

---

<sup>128</sup> Peter Unger distingue entre o que ele chama em inglês de “*contextualism*” e “*invariantism*”. Sob o conceito de “*contextualism*” ele entende que a interpretação de uma proposição ocorre segundo o padrão relevante do contexto (1984, p. 8). Sob “*invariantism*” ele entende que a interpretação de uma proposição ocorre sem levar em conta o padrão relevante do contexto. (1984, p.26). Neste capítulo recorreremos a esses conceitos na medida em que diferenciamos entre o que as palavras significam em sua interpretação mais literal e o que as palavras significam em função do contexto no qual estão sendo usadas.

etc., tem certo caráter absoluto. Esse caráter absoluto fica mais claro, lembrando que seria contra intuitivo de descrever algo como mais plano, mais zerado, mais morto, etc. Ou o tanque do carro está vazio, ou não está vazio. Ou a dívida está zerada ou não está zerada. Ou alguém está morto ou não está morto. Quando constatamos que o tanque de nosso carro está vazio, apesar de ele ainda conter, digamos, oito litros de combustível, será que estamos usando a palavra ‘vazio’ de forma inadequada, de uma maneira extraordinária ou forado-comum?

Em tais circunstâncias, podemos interpretar o falante como implicitamente dizendo que, segundo o padrão relevante do contexto, o conteúdo do tanque está suficientemente perto de estar vazio (implicando a necessidade que precisa abastecer já) e que não poderia ficar (muito) mais vazio. Poder-se-ia contra-argumentar que o enunciado é falso, uma vez que o tanque, de fato, poderia ficar mais vazio. Ele pode baixar até cinco litros, depois até três litros, e assim por diante.

Perguntamos, então, a partir de quando poderíamos usar o termo “vazio” corretamente, segundo seu significado semântico, isto é, seu significado literal, seu significado ordinário e comum? Devemos usar “vazio” a partir de um litro de combustível, ou a partir de meio litro, ou de um quarto de litro, ou dez mililitros, ou a metade dessa quantidade, ou a metade dessa metade, etc.? Seguindo com esse fracionamento, chegamos a quantidades infinitesimais e, em tese, o tanque nunca vai ficar vazio, salvo se nunca antes tenha sido carregado combustível. Neste caso poderíamos inverter a pergunta, questionando a partir de que quantidade o tanque vai ficar cheio.

Sorensen (2001, p. 1) argumenta que

“(…), o antigo paradoxo de sorites me acossa em acreditar que todos os termos vagos são suscetíveis a pequenas diferenças arbitrárias. Passo base: a coleção de um milhão de grãos de areia é um montão. Passo de indução: se a coleção de  $n$  grãos é um montão, então a coleção de  $n-1$  grãos também é um montão. Conclusão: a coleção de um grão de areia é um montão. O argumento é válido por indução matemática. (...). Portanto, meu único recurso é rejeitar o passo da indução. (...). O assunto, porém não é tão livre de dor. Ao rejeitar o passo da indução, eu aceito, como consequência, sua negação. A negação é verdadeira somente se há um valor para  $n$  tal que  $n$  grãos de areia é um montão e  $n+1$  grãos não é um montão. Em outras

palavras, tem de haver um exato limiar em qual o montão torna se em não-montão.”<sup>129</sup>

Parece que na vida cotidiana não estaríamos aplicando os termos “vazio”, “cheio”, etc., segundo nosso bom senso se os empregássemos segundo seu respectivo caráter absoluto. Se aplicássemos o conceito do significado absoluto para determinar o uso literal, parece que tais termos, em nossas conversações cotidianas, seriam usados de forma não literal, de forma extraordinária e fora-do-comum, já que o emprego segundo este caráter absoluto parece ser não convencional.

Por outro lado, parece contra-intuitivo afirmar que, em caso de o tanque do carro contenha dois litros, declarar que o uso de “vazio” seria um uso metafórico do termo de forma tal que SPM difere do SEM, ou seja, que o termo “vazio” seria empregado de forma extraordinária e fora-do-comum.

Embora não saibamos expressar a quantidade exata, afirmamos que o conceito do significado absoluto faria com que muitos dos enunciados que identificamos, *prima facie*, como enunciados literais, isto é, enunciados que estão sendo usados segundo seu significado comum e ordinário, seriam, na verdade, enunciados metafóricos, enunciados empregados de maneira extraordinária. Ou deveríamos ter afirmado que, neste caso, MUITOS (com letras maiúsculas) dos enunciados literais seriam enunciados metafóricos? O que exatamente significa “muitos”? Dado que não sabemos a quantidade exata, talvez seria mais adequado afirmar que pelo menos um caso de enunciado não seria mais um enunciado literal, mas sim um enunciado metafórico? Ou deveríamos, de modo geral, suspender qualquer juízo referente a esse assunto devido a nossa perplexidade quantitativa?

Argumentamos que, no nosso exemplo, o termo “vazio” está sendo empregado segundo a convenção, ou seja, ele é empregado segundo seu uso padrão, seu uso comum. O critério segundo um termo é ou não é

---

<sup>129</sup> “(...), the ancient sorites paradox corners me into the belief that all vague terms are sensitive to arbitrarily small differences: Base step: a collection of one million grains of sand is a heap. Induction step: if a collection of  $n$  grains is a heap, then so is a collection of  $n-1$  grains. Conclusion: a collection of one grain of sand is a heap. The argument is valid by mathematical induction. (...). Therefore my only recourse is to reject the induction step. (...). But the matter is not so painless. If I reject the induction step, I thereby accept its negation. The negation is true only if there is a value for  $n$  such that  $n$  grains of sand is a heap and  $n+1$  grains is not a heap. In other words, there must be a sharp threshold at which a (...) heap turns into a non heap.” – Tradução nossa

adequadamente usado depende da convenção, que, por sua vez, é sujeito ao uso comum com relação à determinada relevância contextual. Equiparamos, nesse sentido os termos “uso convencional” com “uso comum” e “uso ordinário”.

Suponhamos agora que o carro mencionado esteja envolvido num acidente e que, por causa de circunstâncias extraordinárias, qualquer quantidade acima de meio litro de combustível no tanque constituiria um perigo eminente com a possível consequência de por em perigo a vida dos bombeiros. Ao sermos perguntados se o tanque do carro está vazio, responderíamos de modo negativo, devido à relevância contextual. Vemos, então, que, referente aos mesmos fatos, diferentes contextos podem provocar o mesmo falante de responder uma vez na afirmativa e a outra vez na negativa, ou seja, em um contexto afirmar o predicado enquanto, em outro contexto, negar o predicado do termo ‘S’.

Parece que o termo “vazio” por si só, ou seja, sem mais explicações quantitativas ou qualitativas, acarreta certa gama de possibilidades de interpretação. Enquanto minha esposa afirma que o tanque está vazio, eu nego este fato, já que a quantidade de combustível permite que ainda podemos percorrer uns trinta quilômetros. Tanto quanto a mesma pessoa pode afirmar ou negar determinada proposição em função do contexto, diferentes pessoas podem individualmente afirmar ou negar determinada proposição no mesmo contexto e referente aos mesmos fatos. O que o termo “vazio” significa para um, ele não necessariamente o significa para outro. E isso se deve não somente à relatividade do termo com relação ao contexto, ao estado das coisas, por assim dizer, mas também à sua relatividade cognitiva, à percepção individual, de cada pessoa.

*A Stanford Encyclopedia of Philosophy afirma que*

(...) predicados vagos expressam propriedades que são relativos aos interesses [do sujeito] no sentido de que suas extensões são determinadas pelo que conta como significativo para um indivíduo, x, em um determinado momento<sup>130</sup> (HYDE, 2008).

---

<sup>130</sup>“(...) vague predicates express properties that are interest-relative in the sense that their extensions are determined by what counts as significant for an individual, x, at a time.” – Tradução nossa.

No âmbito das metáforas, vimos duas abordagens: a de Searle, que visa que o ouvinte – através de certo algoritmo – procure os valores *reais* *R*, caso que o SEM é falso se tomado literalmente, e o de Davidson, que afirma implicitamente que não há valores *reais* *R*. Vimos, porém, que a relatividade semântica pode fazer com que o SEM, na interpretação do falante, seja diferente do SEM, na interpretação do ouvinte (tratando-se do mesmo SEM). Neste caso, supondo que o ouvinte perceba que o que o falante quer dizer com esse SEM é diferente da interpretação do ouvinte, o ouvinte vai ser impelido a procurar certo significado literal do ‘SEM’ que harmonize com o seu entendimento da situação. Ressaltamos que nesses casos, não se trata da divergência entre SPM e SEM no sentido de que ‘SPM’ denota certo (in)determinado significado metafórico do enunciado, mas sim de um SPM que, por ponto de vista do falante, não difere do SEM. Nessa situação, então, o ouvinte deve procurar uma interpretação literal ajustada.

Mas o que, exatamente, vai impelir o ouvinte a procurar uma interpretação literal ajustada e como o vai ajustar?

Diz Unger (1984, p.09):

Através de explorar premissas adequadas referente ao contexto, e entendido pelos interlocutores, o falante leva o ouvinte a inferir de uma (óbvia) falsidade irrelevante que ele [o falante] enunciou a uma (presumida) verdade relevante, subsequentemente observada.<sup>131</sup>

Esse procedimento nos faz lembrar a abordagem das metáforas de Searle e a respectiva versão logicamente mais sólida de Martinich. O fato de que este algoritmo existe, nos permite concluir que o significado literal não necessariamente seja um significado unívoco.

Em função das percepções diferentes do falante e do ouvinte, com relação à relevância de um determinado contexto, acreditamos que também seja possível que os interlocutores possam concordar com certa proposição, embora a interpretação do falante deste SEM seja diferente da interpretação do ouvinte com relação ao mesmo SEM. Ainda que, nessa ocasião, a diferença não seja percebida por meio do SEM, poderíamos perguntar qual dos interlocutores tem razão, o falante ou o ouvinte? Supondo que ambas as

---

<sup>131</sup>“By trading on suitable premises concerning the context, and understood by the conversational participants, the speaker gets his hearers to infer from an (obviously) irrelevant falsehood he expressed to a relevant (presumed) truth then attended.” – Tradução nossa.

interpretações do SEM se encontram dentro do uso comum e ordinário, nenhuma das posições seria mais correta do que a outra ou, em outras palavras, nenhuma das posições seria correta no sentido disjuntivo exclusivo.

Enquanto não saibamos determinar a fronteira absoluta (*absolute borderline*) do significado literal de determinadas expressões, ressaltamos que o significado literal de, pelo menos, algumas expressões e o uso delas é indeterminado e vago. Isto nos leva a sugerir que a justaposição entre a noção do metafórico e a noção do literal, entre uso comum e uso fora-do-comum, entre uso ordinário e extraordinário, também pode ser vaga, indeterminada e arbitrária.

Voltemos nossa atenção agora para as metáforas. Seguindo os argumentos de Searle e Davidson, equiparamos o uso metafórico de uma expressão com o uso extraordinário e fora-do-comum dela. O que leva a alguém de recorrer a esse uso extraordinário de uma expressão? Para responder esta pergunta recorreremos ao âmbito da ciência. Ressaltamos que nosso objetivo não é explicar a função científica desses tropos, mas sim um possível motivo para o uso extraordinário da linguagem.

Boyd (1984, p.358) argumenta que

(...) o uso da metáfora é uma das (...) ferramentas disponíveis para a comunidade científica para realizar a tarefa da *acomodação da linguagem à estrutura causal do mundo*. Com isso me refiro à tarefa de introduzir terminologia, e usos modificados de terminologia existente, para que categorias linguísticas que descrevam as causalmente e explanatoriamente significantes características do mundo sejam disponíveis.<sup>132</sup>

De forma simplificada, podemos afirmar, então, que uma das funções da metáfora é a acomodação da linguagem natural a um mundo em transformação, por assim dizer, no qual a transformação se deve aos avanços científicos. Parece, assim, que por meio da acomodação linguística ou, mais especificamente, mediante a acomodação do uso linguístico, podemos pensar (em) coisas novas apesar de nosso recurso linguístico, nosso dicionário do uso comum das palavras, estar esgotado

<sup>132</sup> "(...) the use of metaphor is one of the (...) devices available to the scientific community to accomplish the task of *accommodation of language to the causal structure of the world*. By this I mean the task of introducing terminology, and modifying usage of existing terminology, so that linguistic categories are available which describe the causally and explanatorily significant features of the world." – Tradução nossa.

O pré-requisito para tal acomodação é que o uso da linguagem não seja vinculado a um significado eterno da expressão (*timeless utterance meaning*). Tal acomodação é possível se e somente se o uso linguístico permite que o significado literal de uma palavra, isto é, o uso ordinário de uma expressão possa mudar, adaptando-se ao novo conhecimento.

Entendemos que o falante, ao “inventar” uma metáfora, está ciente de que o uso extraordinário da expressão não corresponde com o significado literal do termo empregado metaforicamente, ou seja, com o uso comum dele. Supomos que o falante opta por este uso extraordinário, porque, para determinada finalidade, essa opção é a melhor de todas as alternativas para expressar o que ele deseja expressar. Ao tentar de “explicar” o que ele quer dizer com este novo uso da expressão, o falante assume o papel de pedagogo, por assim dizer. Embora não saibamos como, exatamente, a explicação de uma nova expressão deve funcionar, supomos que o falante “explique” com sucesso ao ouvinte que é o que ele, o falante, quer dizer. Se o ouvinte adotar o novo uso para poder expressar a mesma coisa, então começaria o processo de difusão desse novo uso da expressão. Neste contexto, Boyd (1984, p.359) ressalta:

A obra de Kuhn tem esclarecido que – pelo menos no que concerne às (...) práticas sociais dos cientistas – o estabelecimento de uma fundamentalmente nova perspectiva teórica é um assunto de persuasão, recrutamento, e doutrinação.<sup>133</sup>

Na medida em que este novo uso for adotado, o uso extraordinário se tornará o uso ordinário. É assim que conjecturamos o desenvolvimento de uso de uma expressão ao longo do seu ciclo vital. Se substituirmos “uso ordinário” por “significado literal”, então podemos dizer que na medida em que avança o processo de difusão de um uso extraordinário, mais o uso “extraordinário” se torna ordinário. Dessa maneira, o significado metafórico de uma expressão se tornaria o significado comum, da expressão, isto é, seu significado literal.

Acreditamos que este processo é um ciclo contínuo que ocorre, possivelmente, em todos os campos semânticos. Não acreditamos, porém, que

---

<sup>133</sup> “Kuhn’s work has made it clear that – at least insofar as the (...) social practices of scientists are concerned – the establishment of a fundamentally new theoretical perspective is a matter of persuasion, recruitment, and indoctrination.” – Tradução nossa.

ele ocorra na mesma velocidade, mas sim em ritmos diferentes devido aos diversos fatores exógenos, como mito, folclore, cultura, educação, idade, etc.

Enquanto algumas metáforas morrem logo após de seu nascimento, devido à falta de aceitação do novo uso, outras, como vimos no exemplo do predicado *é o sol* em “*Julieta é o sol*”, aparentemente nunca se sujeitam a um uso comum. Isso, como explica Stern, se deve à vitalidade da metáfora que se mostra mediante sua fertilidade de gerar cada vez mais interpretações, tanto no sentido de interpretações mais abrangentes quanto em interpretações novas. (2007, p. 5). São essas as metáforas que não morrem logo após seu nascimento (por falta de adoção do seu uso) e também não envelhecem, por assim dizer, mas que sempre se mantém jovem.

Segundo Davidson, o que a metáfora nos faz notar não é finito em seu escopo. Parece que Davidson discute “metáfora” nos primeiros estágios de seu ciclo vital, sendo que, o que ela nos faz notar é tão indeterminado e indefinido que ela não tem caráter proposicional. Em vez de poder inferir que *S é P* significa que *S é R1 ou R2*, o caráter indefinido faz com que *S é P* significa que *S é R1 ou R2 ou R3 ou R4 ou R5 ... ou Rn-1, ou Rn*. Apesar de seu (pseudo) caráter proposicional, o valor de verdade a ser atribuída a tal proposição é trivialmente verdadeira, já que a quantidade de disjuntivos é interminável. Enquanto um ouvinte possa concordar com o enunciado com relação a determinado disjuntivo, outro ouvinte, talvez, discorde com aquele disjuntivo, mas concorda com o enunciado com relação a outro disjuntivo, apesar deste disjuntivo descrever um predicado oposto ao disjuntivo do primeiro ouvinte. Em outras palavras, todos podem chegar a concordar com o enunciado por razões diferentes e, até, opostas.

Não sabemos, exatamente, como o processo de envelhecimento da metáfora acarreta uma redução de *possíveis valores R*, mas parece plausível supor que a difusão do uso esteja correlato a tal redução. Enquanto mais se difunde o uso extra-ordinário e, assim tornando-se uso ordinário, mais reduzida fica a quantidade de *possíveis valores R*. É neste sentido que entendemos como as expectativas costumeiras ajudam a restringir a gama de tais valores *R*.

O processo de adaptação e acomodação linguística, dá à luz o ciclo vital das metáforas. E é nesse ciclo vital que sugerimos acomodar as

respectivas abordagens de Davidson e de Searle. Enquanto a conjectura de Davidson cabe no lado dos infinitos e indeterminados significados, ou seja, no lado da infância desses tropos, a abordagem de Searle pode ser situada no lado em qual se encontram as metáforas complexas, com poucos valores *R*, e as metáforas simples, ou seja, no lado da idade adulta e da velhice.

Concluimos este capítulo com a constatação que a estrita justaposição entre a noção de *significado literal* e a noção de *significado metafórico* parece mal orientada na medida em que o uso ordinário e o uso extraordinário pertencem ao mesmo ciclo linguístico e na medida em que o ordinário seja potencialmente extraordinário e vice versa, isto é, que caracterizem diferentes lados do mesmo círculo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens da metáfora de Davidson e Searle apresentadas são consistentes com as respectivas teorias do significado nas quais estão baseadas. Enquanto ambos os filósofos concordam que a falsidade patente geralmente se evidencia nos casos em que a metáfora é interpretada literalmente, eles discordam em relação ao seu caráter proposicional.

Por um lado, Davidson convincentemente argumenta que ao invés de considerar metáforas como enunciados que dizem que isso ou aquilo é o caso, as deveríamos considerar um convite de seguir certa, porém indeterminada comparação. Por outro lado, Searle mostra que há um significado metafórico a ser inferido, mas fornece um procedimento específico de como fazê-lo.

Apesar de as duas abordagens das metáforas parecerem contraditórias e, portanto, mutuamente excludentes, ambas as teorias são persuasivas em seu respectivo escopo. Concebemos as abordagens das metáforas de Davidson e Searle não como mutuamente excludentes, mas sim, como abordagens complementares. Essa síntese pressupõe que reconhecemos como aceitável a ideia de que existe um ciclo vital para esses tropos. Quanto mais perto a metáfora se encontra do começo desse ciclo vital, mais aplicável é a teoria de Davidson. Por outro lado, quanto mais perto ela se encontra ao final desse ciclo, mais aplicável é a teoria de Searle.

Nossa abordagem se baseia em dois argumentos fundamentais: Primeiro, não é o significado que determina o uso, mas sim, o uso que determina o significado das expressões. Segundo: em um lado do espectro do seu ciclo vital, as metáforas não são sujeitos às condições de verdade, enquanto, no outro lado do mesmo espectro, elas são sim sujeitas às condições de verdade.

A aparente oposição entre as noções de *significado literal* e *significado metafórico* é sujeito à erosão na medida em que a substituímos pela noção de *uso*. Por um lado, temos o uso comum e ordinário da palavra e, por outro lado, encontramos o uso fora-do-comum e extraordinário da expressão. Esses conceitos não são mais mutuamente excludentes, mas sim, fazem parte do mesmo ciclo vital das metáforas.

A estrita justaposição da noção de *significado literal* com a noção de *significado metafórico* é, conseqüentemente, mal orientada, na medida em que o uso ordinário e o uso extraordinário pertencem ao mesmo ciclo linguístico e na medida em que o ordinário seja potencialmente extraordinário e vice versa.

No começo de seu ciclo vital, consideramos as metáforas um convite de seguir uma certa, porém, indeterminada comparação. Nesse estágio de sua vida, o significado metafórico de uma expressão não é sujeito às condições de verdade e, portanto, não pode ser afirmado ou negado, mas que ele tem sucesso ou não em uma dimensão diferente. A partir de certo ponto em seu ciclo vital, porém, essas metáforas sim podem ser negadas ou afirmadas, isto é, que a elas pode ser atribuído um valor de verdade.

Afirmamos, então, que, ao mesmo enunciado, podem ser atribuídos opostos valores de verdade em função de seu uso, e que o enunciado metafórico, apesar de nascer sem caráter proposicional, pode, no decorrer do seu ciclo vital, desenvolver estas características na medida em que o uso extraordinário se torna uso ordinário.

Uma das razões que dão origem ao uso metafórico de nossa linguagem é a discrepância quantitativa entre nosso dicionário restrito e os fatos brutos. Conseqüentemente, uma das funções da metáfora é a acomodação da linguagem natural a um mundo em transformação, por assim dizer, onde esta transformação se deve, entre outros fatores, aos avanços científicos. Por meio dessa acomodação linguística ou, mais especificamente, por meio da acomodação do uso linguístico, podemos pensar em coisas novas, apesar de nosso recurso linguístico (nosso dicionário do uso comum das palavras) estar esgotado

O pré-requisito para tal acomodação é que o uso da linguagem não seja vinculado a um significado eterno da expressão. Tal acomodação é possível se e somente se o uso linguístico permite que o significado literal de uma palavra, isto é, o uso ordinário de uma expressão, possa mudar, adaptando-se aos avanços científicos.

Vimos que o significado literal de, pelo menos, algumas expressões, isto é, o uso padrão delas, é indeterminado e vago na medida em que não sabemos determinar a fronteira absoluta do seu significado literal. Conseqüentemente, sugerimos que a justaposição entre a noção do metafórico

e a noção do literal, entre uso comum e uso fora-do-comum, entre uso ordinário e extraordinário, está vinculado ao uso padrão, ao uso convencional da linguagem. O uso padrão muda em função da adoção de novos usos, uma vez que está sujeito às influências de variáveis exógenas como mito, folclore e idiossincrasias sócio-culturais.

As alternativas de interpretação são reduzidas na medida em que o uso de uma expressão se torna uso padrão. Apesar disso, concluímos que nenhuma teoria pragmática da metáfora pode prover uma maneira segura de determinar o significado pretendido pelo falante no momento em que ele a utiliza. Ao contrário, pelo fato de ser baseada numa pragmática, sua implicação pode ficar escondida e este fato que, por sua vez, também pode ficar escondido, ou seja, despercebido pelos interlocutores. Isto faz com que a linguagem permaneça inerentemente vaga e indeterminada.

## REFERÊNCIAS

AMORETTI, M. C., VASSALLO, N. (editors). **Knowledge, Language and Interpretation. On the Philosophy of Donald Davidson**. Heusenstamm : Ontos Verlag, 2008.

ARRIBAS, Sonia. **Normativity without Exception**: Donald Davidson on language and Communication. *Sorites*, issue #18, February 2007, p. 76-97. <http://www.sorites.org>

AUSTIN, J. L. Performative Utterances. In: **The Philosophy of Language**. Editor A. P. Martinich, 2nd edition 1990.

BLACK, Max. More about Metaphor. In: **Metaphor and Thought**. Ed. Andrew Ortony. New York: Cambridge University Press, 1984.

BLACKBURN, Simon. **Spreading the Word**. New York: Oxford University Press, 1992.

BOYD, Richard. Metaphor and Theory Change: What is “Metaphor” metaphor for? In: **Metaphor and Thought**. Ed. Andrew Ortony. New York: Cambridge University Press, 1984.

BRANQUINHO, João. MURCHO, Desidério. GOMES, Nelson G. **Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BUSSMANN, Hadumod. **Lexikon Der Sprachwissenschaft**. Stuttgart: Kröner Verlag, 1990.

DAVIDSON, Donald. Semantics for Natural Languages. In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. 2nd ed. New York : Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Theories of Meaning and Learnable Languages. **Inquiries into Truth and Interpretation**. 2nd ed. New York : Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Truth and Meaning. In: **The Philosophy of Language**. Editor A. P. Martinich, 2nd edition 1990.

\_\_\_\_\_. Belief and the Basis of Meaning. In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. 2nd ed. New York : Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Radical Interpretation. In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. 2nd ed. New York : Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. On the Very Idea of a Conceptual Scheme. In: **Inquiries into Truth and Interpretation**. 2nd ed. New York : Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. A Nice Derangement of Epitaphs. In: **The Philosophy of Language**. (3rd Ed.), A. P. Martinich, Ed. New York - Oxford, Oxford University Press, pp.: 465-475, 1996.

\_\_\_\_\_. What Metaphors Mean. In: **The Philosophy of Language**. (2nd Ed.), A. P. Martinich, Ed. New York - Oxford, Oxford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Wahrheit, Sprache und Geschichte**. Frankfurt am Main, Suhrkamp Verlag, 2008.

DRAAISMA, Douwe. **Metáforas da memória. Uma história das idéias sobre a mente**. Bauru, SP, EDUSC. 2005.

FISCHER, Martin. **Davidsons semantisches Programm und deflationäre Wahrheitskonzeption**. Heusenstamm : Ontos Verlag, 2008.

FRASER, Bruce. The Interpretation of Novel Metaphors. In: **Metaphor and Thought**. Ed. Andrew Ortony. New York: Cambridge University Press, 1984.

GRICE, H. P. Meaning. In: **The Philosophy of Language**. (2nd Ed.), A. P. Martinich, Ed. New York - Oxford, Oxford University Press, 1990.

HYDE, Dominic, "Sorites Paradox". **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (*Fall 2008 Edition*), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/sorites-paradox/>. Acesso em 02.08.2001:

KUHN, Thomas S. Metaphor in Science. In: **Metaphor and Thought**. Ed. Andrew Ortony. New York: Cambridge University Press, 1984.

LAKOFF, George, and JOHNSON, Mark. **Metaphors We Live By**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996

LEPORE, E. & LUDWIG, K. **Donald Davidson's Truth-Theoretic Semantics**. Oxford Clarendon Press, 2007.

MALPAS, Jeff. **Donald Davidson**. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (*Fall 2010 Edition*), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2010/entries/davidson>. Acesso em: 12.06.2011.

MARTINICH, A. P. A Theory for Metaphor. In: **The Philosophy of Language** (3rd Ed.), A. P. Martinich, Ed. New York - Oxford, Oxford University Press, pp.: 427-439, 1996.

MCKECHNIE, J. L. **Webster's Unabridged Dictionary**. New York: Dorset and Baber, 1983

MORGAN, Jerry L. Observations on the Pragmatics of Metaphor. In: **Metaphor and Thought**. Ed. Andrew Ortony. New York: Cambridge University Press, 1984.

ORTONY, Andrew. Metaphor. In: **The Oxford Companion to the Mind**. Richard L. Gregory, Ed. Oxford, New York: Oxford University Press, 1989

PRECHTEL, Peter. **Sprachphilosophie. Lehrbuch Philosophie**. Weimar: Metzler, 1999.

PYLYSHYN, Zenon W. Metaphorical Imprecision and the "Top-Down" Research Strategy. In: **Metaphor and Thought**. Ed. Andrew Ortony. New York: Cambridge University Press, 1984.

QUINE, W. V. **Pursuit Of Truth**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press. 1996.

SEARLE, John H. Metaphor In: **The Philosophy of Language**. (2nd Ed.), A. P. Martinich, Ed. New York - Oxford, Oxford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Speech Acts. An Essay in the Philosophy of Language**. New York, Cambridge University Press. 2009.

SORENSEN, Roy. **Vagueness and Contradiction**. New York, Oxford University Press, 2001.

STERN, Josef. The Life and Death of a Metaphor, or the Metaphysics of Metaphor. In: **The Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication**. 2008 Disponível em: [http://philosophy.uchicago.edu/faculty/files/stern/life\\_death\\_met.pdf](http://philosophy.uchicago.edu/faculty/files/stern/life_death_met.pdf), Acesso em: 29.05.2011

UNGER, Peter. **Philosophical Relativity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984

VYGOTSKY, Lev. **Thought and Language**. Cambridge, Massachusetts. The MIT Press. 1986